

# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



## Sociedade em Debate

v.4 | 2024

# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



## Sociedade em Debate

v.4 | 2024

**2024 – Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c	Silveira, Jader Luís da Ciências Sociais e Políticas: Sociedade em Debate - Volume 4 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 129 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5492-060-5 DOI: 10.5281/zenodo.10901207
	1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Sociedade em Debate. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 300.7 CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)  
[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.uniesmero.com.br/2024/03/ciencias-sociais-4.html>



**AUTORES**

**CAMILA CRISTINA FERNANDES SELEIRO  
CAROLINA MARTINS DO VALE  
CLEBER AUGUSTO PEREIRA  
EDIR VILMAR HENIG  
ELIANA GONDIM SAMPAIO  
ELIENE CRISTINA BARROS RIBEIRO  
ELVIRA SIMÕES BARRETTO  
EMILLY BEZERRA FERNANDES DO NASCIMENTO  
JULIANA AROUCHE COSTA  
KATHLEEN PIMENTEL DOS SANTOS  
KATIANE MORAES DA SILVA  
LETICIA ESCORCIO DE ARAÚJO  
LHETICIA DE FREITAS GOMES  
MARIA DE GUADALUPE FURTADO BARROS  
MILENA FERNANDES BARROS  
PAULA JULIA RODRIGUES BARBOSA  
PEDRO CÉSAR PEREIRA FARIA SANTOS  
ROBERTO SANTOS DA CUNHA  
RODRIGO GUSTAVO DE SOUZA  
SOPHYA GARCIA VALE  
SORAIA DA SILVA RONDÃO DO NASCIMENTO  
WALLISON HIPÓLITO DE MEIRA**

## **APRESENTAÇÃO**

No cenário atual, marcado por complexidades e dinâmicas em constante evolução, a compreensão das Ciências Sociais e Políticas torna-se essencial para a apreensão dos processos sociais, estruturas de poder, bem como para a identificação e proposição de soluções aos desafios enfrentados pela humanidade.

Partindo de uma base teórica sólida e fundamentada em evidências empíricas, os autores apresentam uma abordagem analítica que busca não apenas descrever, mas também questionar, problematizar e propor reflexões críticas sobre os fenômenos sociais e políticos abordados.

Diante das rápidas transformações e complexidades crescentes, compreender os fenômenos sociais e políticos não apenas enriquece nosso conhecimento acadêmico, mas também fornece insights cruciais para abordar os desafios e dilemas que enfrentamos enquanto comunidade global.

Ao destacar temas como identidade, globalização, desigualdade, justiça social, participação cívica e governança, este livro visa contribuir para um diálogo informado e enriquecedor sobre os desafios e possibilidades que enfrentamos como sociedade.

Reconhecemos que as questões sociais e políticas frequentemente provocam perspectivas diversas e até conflitantes. No entanto, é através da troca de ideias e da análise crítica que podemos avançar em direção a soluções mais justas e equitativas. Espera-se que a obra seja uma jornada intelectual que enriqueça nossa compreensão do mundo que habitamos e fortaleça nosso compromisso com a construção de um futuro melhor para todos.



## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>A EMANCIPAÇÃO PROLETÁRIA: UMA CRÍTICA AO SISTEMA CAPITALISTA A PARTIR DA TEORIA DE ALAIN BADIOU</b> <i>Camila Cristina Fernandes Seleiro; Leticia Escorcio de Araújo; Sophya Garcia Vale</i>	<b>8</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>FATORES INSTITUCIONAIS E SOCIOECONÔMICOS DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NO MARANHÃO</b> <i>Juliana Arouche Costa; Eliene Cristina Barros Ribeiro; Cleber Augusto Pereira; Rodrigo Gustavo de Souza</i>	<b>20</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS: A (IM) PRODUTIVIDADE DAS MULHERES EM DEBATE</b> <i>Katiane Moraes da Silva; Elvira Simões Barretto</i>	<b>37</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E A LGBTQIA+FOBIA</b> <i>Eliana Gondim Sampaio; Paula Julia Rodrigues Barbosa; Pedro César Pereira Faria Santos</i>	<b>51</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>É POSSÍVEL HAVER BEM-ESTAR NO TRABALHO NO CAPITALISMO? CRÍTICA MARXISTA A CONCEITOS BURGUESES</b> <i>Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento; Edir Vilmar Henig</i>	<b>64</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA FORTALECIMENTO DO SUAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE</b> <i>Kathleen Pimentel dos Santos; Wallison Hipólito de Meira; Milena Fernandes Barros</i>	<b>77</b>
<b>Capítulo 7</b> <b>GERIATRIA, GERONTOLOGIA E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA</b> <i>Roberto Santos da Cunha; Soraia da Silva Rondão do Nascimento</i>	<b>90</b>
<b>Capítulo 8</b> <b>ATUAÇÃO DO NÚCLEO PSICOSSOCIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO LUÍS/MA</b> <i>Maria de Guadalupe Furtado Barros; Lheticia de Freitas Gomes</i>	<b>104</b>
<b>Capítulo 9</b> <b>EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA ESPECIAL PARA MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA</b> <i>Carolina Martins do Vale</i>	<b>115</b>
<b>AUTORES</b>	<b>125</b>



**Capítulo 1**  
**A EMANCIPAÇÃO PROLETÁRIA: UMA CRÍTICA AO**  
**SISTEMA CAPITALISTA A PARTIR DA TEORIA DE ALAIN**  
**BADIOU**

*Camila Cristina Fernandes Seleiro*  
*Leticia Escorcio de Araújo*  
*Sophya Garcia Vale*



# **A EMANCIPAÇÃO PROLETÁRIA: UMA CRÍTICA AO SISTEMA CAPITALISTA A PARTIR DA TEORIA DE ALAIN BADIOU**

***Camila Cristina Fernandes Seleiro***

*Estudante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Graduação em Serviço Social,*

*Endereço Eletrônico: Ccf.seleiro@discente.ufma.br.*

***Leticia Escorcio de Araújo***

*Estudante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Graduação em Serviço Social,*

*Endereço Eletrônico: leticia.escorco@discente.ufma.br.*

***Sophya Garcia Vale***

*Estudante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Graduação em Serviço Social,*

*Endereço Eletrônico: sophya.garcia@discente.ufma.br.*

## **RESUMO**

O presente artigo, através de uma metodologia investigativa, analisa os fundamentos ideológico-estruturais do capitalismo em relação à reificação do trabalho como categoria alienante para a emancipação dos proletários do sistema imposto. Para isso, estuda-se o capitalismo em cortejo com a relação complexa entre Estado e população sob o enfoque da teoria comunista, com subcapítulos. Posteriormente, faz-se a análise crítica de Alain Badiou com “A Hipótese Comunista”, para, por fim, concluir a necessidade de estimular rupturas no sistema capitalista, pois este conduz a uma difusão da liberdade e dos direitos humanos que perpassa a dignidade da pessoa humana a todos.

**Palavras-chave:** Trabalho. Alienação. Alain Badiou.

## **ABSTRACT**

The present article, through an investigative methodology, analyses capitalism's ideological-structural fundamentals related to the rectification of work as an alienating division for the proletariat's emancipation in the imposed system. For that, the capitalism is studied tied to the complex relationship between the State and the population with an emphasis on the communist theory, in subchapters. Afterward,

it was made the critical analysis of Alain Badiou's "The Communist Hypothesis" to, ultimately, conclude the necessity of stimulating ruptures in the capitalist system, since it steers to a diffusion of liberty and human rights that pervades the dignity of the human person to all.

**Keywords:** Work. Alienation. Alain Badiou.

## 1 INTRODUÇÃO

O pensamento comunista surgiu com a estruturação do socialismo científico e dialético feita por Karl Marx e Friedrich Engels e, neste sentido, um dos escritos mais conhecidos desses dois pensadores alemães é o Manifesto Comunista, publicado em 1848. Uma das mais importantes defesas neste texto é a união transnacional da classe trabalhadora, como manifestado na célebre frase: “Trabalhadores de todo o mundo, unidos!” Marx e Engels (2005), proclamam a união dos operários, demonstrando que unidos eles têm força para a conquista de direitos e a minimização da exploração do trabalho.

A teoria aborda duas vertentes divergentes, sendo elas a lógica burguesa e a lógica operária. Marx e Engels explicam que a política, por consequência de paradigmas anteriores, se tornou uma relação de classes, ou seja, as expressões das contradições sociais entre a classe burguesa e a operária, sendo a pessoa humana um animal político complexo e construída socialmente a partir dessa contradição. Os filósofos em pauta analisavam o sistema capitalista, que estava avançando cada vez mais na sociedade.

Contraopondo-se ao capitalista o comunismo, que é uma ideologia social, política e econômica que busca uma mudança na sociedade no sentido da abolição das desigualdades sociais, e possui como uma de suas características principais o fim da dominação burguesa perante os proletários, o que até constitui seu propósito, sendo que atualmente, essa relação entre proletários e burguesia continua, porém de forma complexificada por conta das diversas transformações do sistema capitalista ao longo dos séculos.

Com essa panorâmica, como se desenvolve a alienação da massa de trabalhadores a partir dos processos de trabalho no sistema capitalista? O objetivo deste texto é, portanto, retomar sobre o debate da alienação decorrente do capitalismo como um processo de alheamento do indivíduo na vida social, interferindo, diretamente, na capacidade de um indivíduo agir e pensar por si próprio e expõe como essas relações sociais edificam o pensamento humano ao longo dos anos. Em contínuo, sob o ponto de

vista contemporâneo da realidade, o texto cita a conceituação da teoria comunista feita por Alain Badiou, um filósofo conhecido por sua defesa do comunismo e dos trabalhadores estrangeiros em situação irregular na França. A introdução de “A Hipótese Comunista” se trata de um livro filosófico que não trata diretamente de política. Com isso em mente, Alain Badiou aborda em seus trabalhos a respeito da “Ideia do Comunismo”, resgatando a visão igualitária do ser humano e da sociedade. Desse modo, o artigo manifesta a notável alienação da população a respeito de seus aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos, tornando-os suscetíveis a acreditar cegamente na ideologia posta pela classe dominante.

O texto encontra-se organizado em dois itens, além desta introdução e a conclusão. No primeiro item é feita uma abordagem sobre o trabalho configurado como alienado no modo de produção capitalista, para garantir a exploração da força de trabalho no processo de acumulação de riqueza; no segundo, trata da teoria de Alain Badiou que indica a emancipação proletária a partir da hipótese comunista. Conclui que a luta comunista objurgar os erros do passado e construir novas formas de política que impeça o totalitarismo.

## **2 O TRABALHO ALIENADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

A palavra trabalho vem de origem latina do termo “*tripalium*” ou “*tripalus*”, que designa um instrumento de tortura usado contra escravos presos. Ironicamente, a palavra é atualmente o principal “instrumento” metodológico para a compreensão do fenômeno humano-social, sendo o ponto de rompimento do *homo sapiens* como ser natural para um indivíduo social, traspassando o padrão das atividades na natureza. Ao transformar a natureza o homem também se transforma, pois, o trabalho é um processo composto pela pré-ideação e pela objetivação, resultando na transformação da realidade, do indivíduo e da sociedade.

Para Engels (2005, p.11) o trabalho é a “condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Contínuo a isso, o trabalho passou por diversas transformações até a era contemporânea, e mantém-se como referência importante pela posição que a sociedade lhe destina na composição moral e social, produzindo subjetividades e modos de organizar a vida. Com isso, o trabalho talvez seja, hoje, a atividade humana que conserva

em si um valor fundamental para a integração social, constituindo matéria nuclear do território existencial de homens e mulheres.

Contudo, o trabalho não é, apenas, fundamental para a integração social, essa atividade é essencial, sobretudo ao se referir ao sistema capitalista da sociedade, para o funcionamento do modo de produção capitalista, onde a característica principal vem da mais-valia produzida pelo trabalho. Portanto, a mais-valia define-se: "A formação de mais-valia e a transformação de dinheiro em capital acontecem pela compra da força de trabalho. O trabalhador não é dono do fruto do seu trabalho, que passa a ser objeto estranho."(COSTANZI, 2005, p.8).

O sistema capitalista é um sistema que busca unicamente o lucro através do trabalho proletário, explorando-lhe o máximo possível e expondo-o a situações precárias, com jornadas de trabalho intensivas e extensivas e remuneração mínima, cada vez mais desumanizando a classe trabalhadora. Neste sistema, por um lado, um dos agentes de produção se apropria dos meios de produção e outro mercadeia sua força de trabalho, a ponto de que:

"A transformação da humanidade trabalhadora em uma força de trabalho, em fator de produção, como instrumento do capital é incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho [...]" (BRAVERMAN,1987, p.124).

Nesse sistema, para ocorrer a manutenção de seu funcionamento, é necessária a alienação da classe proletária, que primeiramente demanda a desapropriação do produtor e de seus produtos e afasta o proletário do conhecimento do processo do trabalho e do controle, a fim de tornar-se inacessível, para os trabalhadores, o conhecimento crítico de sua própria vida.

A alienação para Marx é a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao dinamismo de produção, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive, em outras palavras um sujeito objetificado: "A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação" (Marx, 2002, p.122). O trabalhador não pertence à natureza, aos deuses, mas a alguém dissemelhante de si, ou seja, ao capitalista.

O trabalhador ao produzir uma mercadoria, ele se torna uma, com características especiais, pois é responsável por outras mercadorias, reduzindo-se a instrumento de esplendor de outros homens. O sujeito, enquanto mercadoria, deteriora-se em sua relação

com o capitalista, em todas as situações possíveis e imagináveis do ponto de vista da economia, como o crescimento, o salário, as relações sociais, assim como a produção. Para MARX (2001, p. 157):

“A alienação não se revela apenas no fato de que meus meios de vida pertencem a outro, de que meus desejos são a posse inatingível de outro, mas de que tudo é algo diferente de si mesmo, de que a minha atividade é qualquer outra coisa e que, por fim - e é também o caso para o capitalista -, um poder inumano impera sobre tudo.”

O homem é então submetido, tanto materialmente quanto psicologicamente, a uma realidade fragmentada e abstrata, deixando de perceber as mediações entre ele e a totalidade. A divisão social do trabalho atrelada à mecanização progressiva dos meios de produção modifica desde as formas mais primárias de produção até a indústria moderna em processos racionalmente operacionais, subdivididos. Assim, a racionalidade produtiva do capitalismo avançado promove a anulação das propriedades qualitativas dos homens, erradicando a mediação entre o trabalhador e o produto de seu próprio trabalho. Provocando a perda da totalidade presente no objeto produzido, restringindo o trabalho a um exercício mecânico e repetitivo (LUKÁCS, 1989, p.102).

Neste processo, o homem é alienado da natureza, de si mesmo e da humanidade, de forma que esses aspectos estão relacionados entre si fazendo o trabalho garantir, não a satisfação de uma necessidade, mas apenas constituir o meio para a satisfação de outras necessidades, que não são suas. A vida do trabalhador se torna, para ele, apenas um meio que lhe assegura existir.

Para sua sobrevivência, o capital precisa de constante transformação, considerando os avanços da classe trabalhadora em meio às crises econômicas, de forma que o capital encontra sempre uma nova estratégia para a redução do padrão de vida do conjunto dos proletários. Atualmente, por exemplo, muitas são as tentativas de privatização do Estado, com o desmonte de importantes políticas públicas e a mercantilização dos serviços, assim como têm sido adotados mecanismos para a flexibilização da legislação protetora do trabalho; por outro lado a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade, e com elas a reestruturação produtiva. Assim, o Estado se apresenta efetivamente burguês, garantindo a acumulação do capital e impedindo que as relações políticas sejam espelhos plenos da sociedade proletarizada, de modo que a democracia da minoria burguesa se torna uma ditadura para a maioria.

Submetida aos ditames da burguesia, o proletariado luta pelo fim de sua exploração através de processos complexos, porém esta luta se configura a partir de várias dimensões e com configurações diversas, havendo dentre elas, a luta por sua emancipação, o que constitui tema debatido por muitos autores, como Alain Badiou, sobre o que será tratado a seguir.

### **3 A EMANCIPAÇÃO PROLETÁRIA A PARTIR DA "HIPÓTESE COMUNISTA" DE ALAIN BADIOU**

Como sabemos, o comunismo sofre constantemente com a disseminação errônea de suas ideias, muito em decorrência de acontecimentos que ocorreram ao longo do século XX. O primeiro deles, a Revolução Russa, que ocorreu em 1917, e que pôs no palco mundial o primeiro governo socialista da história, provocando reações pelo mundo, inspiradoras em alguns países e de aversão em outros, principalmente em países que tinham como horizonte o desenvolvimento calcado nas diretrizes da economia burguesa.

Por exemplo, no Brasil, o Plano Cohen em 1937, forjado por militares para espantar o "fantasma do comunismo" do país, para a instauração do Estado Novo de Vargas. O Plano tratava de um documento que continha um suposto planejamento de tomada de poder elaborado pela Internacional Comunista, que previa uma série de ações para a implementação do Comunismo no Brasil. Contudo, o documento tinha como objetivo espalhar esse "fantasma" e disseminar na sociedade o medo do ideário comunista, importante pois serviu de base para efetivar o Estado Novo, apoiado pelos militares e pela população em função de "salvar a nação". Na América Latina, ocorreu o fortalecimento de inúmeros movimentos de esquerda em países como Cuba, Chile e Argentina, que sofreram influência da Revolução Russa, mas que foram fortemente combatidas pelas elites nacionais e internacionais.

Esses acontecimentos, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial, foram marcados com o acirramento de conflitos ideológicos entre nações capitalistas e socialistas, notadamente Estados Unidos e URSS, na chamada Guerra Fria, na qual a Revolução em pauta sofreu profundos e sistemáticos ataques ideológicos por parte de países capitalistas hegemônicos que disseminavam distorções políticas do comunismo, acusando a URSS como país comunista com caráter violento e violador dos direitos dos indivíduos.

O comunismo, através dos anos, sofre as consequências da história, mas ganha também novos contornos que possibilitam pensar seu conceito e seus variados tipos de realização. Mas, apesar de qualquer corrente contrária, a Revolução Russa disseminou a ideia da revolução proletária, criando na classe trabalhadora no mundo inteiro, a esperança da emancipação da classe.

Dado o exposto acima, traremos a obra de Alain Badiou, “A hipótese comunista” como sustentação para a emancipação dos trabalhadores. Primeiro, A hipótese comunista da qual o autor aborda não é estratégica, mas filosófica. Com a concepção de comunismo não como um movimento político que visa extinguir a ordem existente, mas uma “ideia” filosófica que permite “o antecipar de novas possibilidades”. Pois sem “ideia”, o desnorteamento das massas populares é irrevogável. Restando então saber qual relação o enunciado filosófico de sua hipótese se mantém à prova da política; e se esse comunismo ideal não permanece apenas de cunho teórico, Badiou propõe, no entanto, uma definição da política como uma ação coletiva e organizada, conforme alguns princípios que visam o desenvolvimento da realidade e as consequências de uma nova possibilidade contida pelo estado dominante.

Antes, o conceito de “ideia” é aqui uma retomada ao significado de ideia em Platão, que significa a verdade, a essência das coisas, a realidade em si. Para Badiou, o sentido da palavra é voltado não só para teorizar sobre as ideias políticas, mas também sobre as ideias em geral, que o autor critica a disseminação desse conteúdo pelo sistema capitalista contemporâneo, fazendo com que as pessoas em geral “vivam sem ideias”.

Segundo o autor, temos que abolir o capitalismo, pois esse sistema é um maquinário recente na história humana, sendo uma maneira de se introduzir os frutos da revolução industrial e técnica na vida coletiva, com seus problemas codificados e regulados pela elite detentora do poder. Alain Badiou afirma: "Ideia é a possibilidade do indivíduo de compreender que sua participação num processo político singular (sua entrada num corpo de verdade) é também, em certo sentido, uma decisão histórica" (BADIOU, 2015, p.71).

Badiou acredita que a democracia está alinhada em paralelo ao capitalismo, pois ela tem o costume de prosperar justamente onde o capital está mais avançado, tornando a democracia frágil e adaptada às exigências do capitalismo, com um grupo “seleto” de políticos e empresários tomando decisões que irão afetar a vida de toda uma nação, onde o povo só tem direito de escolha em eleições periódicas.



Desse modo, o teórico conjectura que, por exemplo, a vida para ser considerada uma vida “verdadeira”, o indivíduo necessita compreender em que sociedade ela se encontra e achar uma solução intermediária, que seria uma vida que encontrou algumas verdades, um equilíbrio em ter e acreditar em valores transcendentais e em não acreditar nesses valores, pois Badiou analisa a democracia imposta como um “semblante”, ou seja, um tipo de aparência falsa que se dá como real, que ofusca a realidade brutal do capitalismo. A “ideia” seria exatamente esse intermediário entre as verdades, e, segundo o autor, sem “ideia” toda a existência é vazia.

Entretanto, a teoria do comunismo do qual o autor se refere não faz parte de uma discussão que se localiza no campo das relações econômicas, interior ao campo da economia política, no sentido de pensar no fim da propriedade privada burguesa e na revolução do proletariado. Mas sim na Ideia Comunista de resgate à emancipação da maioria, do povo, das massas, a vistas de uma sociedade igualitária.

A ideia, como diz o autor, pertence à fronteira entre indivíduo e processo político. Entre o evento, correspondente às possibilidades, e o fato, referente àquilo que é real. A Ideia do Comunismo situa-se nesse meio, corresponde à uma possibilidade em um futuro no qual o indivíduo pertencente a um “corpo” coletivo, a um corpo político que luta pela coletividade, pensa e reflete sobre a organização social, o “viver com ideias”. E o fato, que reforça, em termos práticos, a dificuldade em pensar nessa possibilidade, dado a formação dos Estados capitalistas e do sistema econômico como um todo que suprime a existência de novas possibilidades, políticas, sociais e econômicas, e com isso, sobretudo, de uma possibilidade comunista.

O objetivo é ampliar as reflexões daquilo que é possível e impossível para além da esfera do Estado, e “[...] de que não estamos fadados à formatação de nossa existência pelas exigências do Estado” (BADIOU, 2015, p.75). O indivíduo, participante de um processo de verdade, deve levar esse pensamento tido como uma exceção, para o debate comum, para as massas, partilhar essa ideia, a fim de difundir exceções fora do Estado.

Esse compartilhamento de ideias possibilitará a emergência de novos possíveis, de uma Ideia que é historicamente possível. E como todo esse movimento é dado pelo afastamento de direções, possíveis e impossíveis, do âmbito estatal, o autor afirma a importância de manter constante esse movimento. O enfraquecimento do Estado, a partir desse movimento, é primordial para o surgimento de novos possíveis e de novas ideias,

porque, “Sem Ideia, a desorientação das massas populares é inelutável.” (BADIOU, 2015, p.76).

Daí, presume-se a possibilidade de emancipação proletária, para além do que é posto no sistema capitalista, o trabalho como uma atividade alienante e exaustiva, que não permite e abre espaços para reflexão no dia a dia, a necessidade de pensar reflete o conceito de Ideia por Badiou, pois apresenta uma possibilidade de superação desse sistema de produção. Entrar num corpo coletivo, posteriormente, dará uma dimensão de luta, de mudanças sociais emancipatórias, realizadas pelo salto ontológico da classe em si, para classe para si.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao decorrer do artigo, houve uma exposição da categoria trabalho, como um instrumento que intervém no alheamento da população, dificultando a análise crítica da realidade do trabalhador, ou seja, com a falta de apoio para o desenvolvimento da análise crítica dos proletários, torna-se mais difícil a oposição deles à sua situação e a exploração sofrida nesse sistema. Desse modo, é importante pontuar que a concepção burguesa é parte sistemática do modo de produção capitalista, no qual predomina a exploração da força de trabalho perante o controle dos meios de produção do capital. De acordo com a teoria levantada no Manifesto Comunista, a concepção burguesa, onde a propriedade privada, igualdade jurídica, posse e dominância predominam, transforma a sociedade e suas relações naturais em farsantes, assim o livro aborda que essas interações, antes sólidas, se desmancham e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com naturalidade sua posição social e suas relações recíprocas. É a partir da análise dessa proposta, que o artigo compreende a necessidade de reformulação dos direitos já instituídos para os trabalhadores, além da perpetuação das lutas da classe trabalhadora por mais conquistas, pois, para Badiou, o movimento de massa político é visceralmente proletário.

Infere-se, a partir da exposição a respeito da edificação do homem como ser social por meio das relações entre capital e trabalho, seguida pela análise da alienação ocasionada em meio ao sistema capitalista e a relação do estado e da população, a interpretação do artigo sobre a correlação entre a análise de Badiou em sua hipótese, que não trabalha o capitalismo no campo da economia, mas sim a respeito do ser humano e a sociedade, sendo interligada com o aspecto da emancipação dos proletários e a realidade.

Além disso, a notória presença da contradição entre a relação do Estado e da sociedade, possibilita a preservação desse sistema, pois sem o pensamento crítico da população, ocasionado pela alienação, não há como analisar a sociedade inserida, dificultando a compreensão da realidade pela classe trabalhadora.

Por fim, o texto reforça a teoria do Estado burguês, pois ele se torna uma máquina que impõe instrumentos que perpetuam o direito burguês, impedindo que as relações políticas sejam espelhos plenos da sociedade proletarizada, de modo que a democracia da minoria burguesa se torna uma ditadura para a maioria. Assim, observa-se a respeito da análise sobre a democracia no sistema capitalista por Badiou, que acentua que não importa o governante e seus princípios, se ele estiver governando sob o domínio do capitalismo, sua tendência é tornar-se ou intensificar seus propósitos individuais em prol do capitalismo.

Diante da crise do modelo neoliberal atual, cabe ainda testificar a hipótese comunista buscando objurgar os erros passados, construindo novas formas de política que impeça a ascensão das revoluções de cunho totalitário, construindo uma história que carregue o passado das lutas sociais trabalhistas, pois, segundo Badiou, devemos garantir a nova existência da hipótese comunista, ou melhor, da Ideia comunista, nas consciências individuais das sociedades.

## REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

BADIOU, Alain, 1937- . **A hipótese comunista** / tradução Mariana Echalar São Paulo: Boitempo, 2012. (Estado de Sítio).

BADIOU, Alain. **De quoi Sarkozy est-il le nom ?**, Paris, Éditions Lignes, 2007.

BADIOU, Alain. **L'Hypothèse communiste**, Paris, Éditions Lignes, 2009.

BRAVERMAN. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1997.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade**. 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed. Porto, Portugal, Publicações Escorpão, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001. 198p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

WASSERMAN, Claudia. **A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, p. 19-38, 2010.



**Capítulo 2**  
**FATORES INSTITUCIONAIS E SOCIOECONÔMICOS DO**  
**SISTEMA AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NO**  
**MARANHÃO**

*Juliana Arouche Costa*  
*Eliene Cristina Barros Ribeiro*  
*Cleber Augusto Pereira*  
*Rodrigo Gustavo de Souza*

# **FATORES INSTITUCIONAIS E SOCIOECONÔMICOS DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NO MARANHÃO**

***Juliana Arouche Costa***

*Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: juliana.arouche@hotmail.com*

***Eliene Cristina Barros Ribeiro***

*Doutora em Engenharia e Gestão Industrial. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: eliene.cbr@ufma.br*

***Cleber Augusto Pereira***

*Doutor em Engenharia Elétrica e de Computadores. Professor Adjunto no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: cleber.pereira@ufma.br*

***Rodrigo Gustavo de Souza***

*Doutor em Economia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: rodrigo.gustavo@ufma.br*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos das pressões institucionais sobre o Sistema Agroindustrial Sucroalcooleiro nos municípios maranhenses. Para isso foram analisados, sob enfoque da Teoria Institucional e do Sistema Agroindustrial – SAG, o ambiente e as pressões institucionais. O processamento dos dados foi realizado pelo software IRAMUTEQ e para identificar as influências das pressões institucionais no setor, utilizou-se o modelo de Oliver (1991). Os resultados apontaram que quanto às pressões institucionais as usinas buscam a legitimidade legal. Isso, optando por aceitar as pressões governamentais e estarem em conformidade com as normas e regulamentos exigidos em todo processo produtivo, como licenças de operação emitidas pelos órgãos ambientais, federais e estaduais.

**Palavras-chaves:** Teoria institucional. Pressões institucionais. Usina sucroalcooleira. Cana-de-açúcar

**ABSTRACT**

The general objective of this work is to analyze the impacts of institutional pressures on the Agroindustrial Sugar and Alcohol System in the municipalities of Maranhão. For this, the institutional environment and pressures were analysed, under the focus of the Institutional Theory and the Agroindustrial System - SAG. Data processing was performed using the IRAMUTEQ software tool. To identify the influences of institutional pressures in the sector, Oliver's model (1991) was used. The results showed that regarding institutional pressures, it was found that the plants seek legal legitimacy, opting to accept government pressures, having as their main cause the need for their operation and profit to be in compliance with the rules and regulations required in the entire production process, such as operating licenses issued by federal and state environmental agencies.

**Keywords:** Institutional theory. Institutional pressures. Sugar and alcohol plant. Sugar cane

## 1 INTRODUÇÃO

As primeiras usinas de açúcar e álcool do Maranhão foram implantadas após o surgimento do Proálcool, a partir dos anos 1980. As usinas tiveram incentivos financeiros do próprio Programa, que tinha como ação principal fomentar a produção de etanol em regiões em que a presença das usinas era escassa e até inexistente. De acordo com Shikida e Bacha (1999) esse período foi caracterizado pela fase de expansão acelerada do programa, em que foram destinados um maior volume de recursos ao setor, atraindo assim, um grande número de novos empresários.

A agroindústria canavieira destaca-se por sua importante contribuição na geração de empregos e renda, uma vez que 2,8% do total da população ocupada no agronegócio em 2021 estava nas atividades do setor. Apesar das combinações de fatores positivos para o setor sucroalcooleiro, o mesmo foi fortemente impactado pelas transformações no padrão de produção, sobretudo no cultivo da cana-de-açúcar, que passa a ser feito de modo mecanizado substituindo o trabalho braçal (BARROS *et al.*, 2022).

A nova dinâmica dessa agroindústria em termos de expansão da produção, processamento e comercialização de cana-de-açúcar tem acompanhado as mudanças e demandas nacionais e mundiais, com reflexos no mercado de trabalho, nas atividades



econômicas, nas economias regionais e no uso da terra. Além de provocar mudanças na paisagem agrícola e territorial das regiões atingidas, provocam também diferentes impactos na realidade socioeconômica dos municípios produtores, o que causa uma série de questionamentos acerca desse processo (CASTRO et al, 2022).

Conforme Neves e Conejero (2007), o SAG é composto por vários atores interdependentes e com inúmeras transações, em vários níveis, entre os elos do sistema. Devido a essa complexidade, o SAG se torna o cenário ideal para a aplicação de uma metodologia de estudo que considera os ambientes institucional e organizacional de grande relevância, devido as influências nos rumos que esse segmento tem tomado. A teoria institucional é uma abordagem interdisciplinar que explora como as instituições influenciam comportamentos econômicos, sociais e políticos. No setor sucroalcooleiro, as instituições desempenham um papel fundamental na definição das regras e regulamentos que governam a produção e o comércio de açúcar e álcool (SILVA et al., 2021; BARCELOS, 2021).

Assim, este trabalho objetiva analisar os impactos das pressões institucionais sobre o SAG sucroalcooleiro nos municípios maranhenses, buscando analisar as causas de sua ocorrência, e influência das pressões institucionais sofridas sobre os aspectos socioeconômicos.

Trata-se de um estudo multicaso qualitativo, exploratório e descritivo, uma vez que a investigação visa analisar as pressões institucionais, com foco nas análises socioeconômicas, sendo essa uma das contribuições deste estudo. As unidades de análise foram compostas por 5 agroindústrias processadoras de cana de açúcar, que representam todo o setor sucroalcooleiro do Maranhão, localizadas nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Campestre do Maranhão, Coelho Neto, Aldeias Altas, e Tuntum. Os instrumentos de coleta de dados foram dois roteiros de entrevistas semiestruturados, um destinado às agroindústrias sucroalcooleiras e outro à entidade de representação do setor, sendo o sindicato. As entrevistas foram realizadas entre os meses novembro e dezembro de 2022. Para o tratamento dos dados foram utilizadas técnicas mistas (*mixed research*), baseadas em técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2016), realizadas mediante o processamento eletrônico dos dados por *corpus* textual, utilizando o *software Iramuteq*.

Este estudo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira onde encontra-se a introdução, já inseridos os procedimentos metodológicos. A segunda apresenta as

teorias que dão sustentação à investigação do tema. Na terceira encontra-se a discussão dos resultados e as evidências apresentadas a partir da análise dos resultados, e na quarta e última seção encontram-se as conclusões finais.

## **2 O SAG SUCROALCOOLEIRO E AS PRESSÕES INSTITUCIONAIS**

A produção brasileira sucroalcooleira é baseada em dois modelos de produção de cana-de-açúcar, sendo: a) o modelo tradicional, e o mais comum, com o controle total da produção pela agroindústria, com base na integração vertical para trás (sendo cultivada a cana-de-açúcar em terras próprias ou arrendadas); b) novo modelo, com parceria junto aos produtores de cana-de-açúcar (SILVA; YUSUF *et al.*, 2018; PÉRICO, 2022). Quanto a escolha do modelo utilizado pelas agroindústrias sucroalcooleiras, em relação ao primeiro modelo as causas estão relacionadas ao alto preço da terra agrícola, a falta de tradição de fornecedores, a exigência de altos investimentos em máquinas e equipamento específicos na atividade, que acaba impedindo a entrada de fornecedores. Já as causas do segundo modelo revelam a existência de produtores dispostos ao fornecimento de cana-de-açúcar e a terceirização de atividades pelas agroindustriais canavieiras (QUEIROZ, 2016; CASTRO; GILIO E MACHADO, 2022).

Destarte, a Teoria Institucional é de grande valia para este trabalho, pois relata que as instituições são fundamentais para explicar as diferenças socioeconômicas regionais, mediante as regras, regulamentos e normas sociais que estabelecem o comportamento das empresas. As regras podem ser formais, como leis e regulamentos governamentais, ou informais, como normas sociais e culturais (GARCIA, VILPOUX E CEREDA, 2021).

Já as pressões institucionais são forças externas que afetam a forma como as organizações operam. Elas incluem regulamentos governamentais, expectativas da sociedade, regulamentos da indústria e pressões da concorrência. Essas pressões podem ser positivas ou negativas para as empresas, mas todas têm um impacto significativo em suas operações e decisões. Os regulamentos governamentais são uma das principais fontes de pressão institucional, pois estabelecem regras e regulamentos incluindo leis ambientais, leis de proteção de dados e privacidade, direitos humanos, ética comercial, dentre outros. Se as empresas não cumprirem essas regras, podem enfrentar sanções governamentais ou prejudicar sua reputação. A sociedade também exerce pressão institucional sobre as organizações, uma vez que as expectativas da sociedade em relação

à responsabilidade social e à ética das empresas são cada vez maiores, o que pode motivar as empresas a tomar medidas para melhorar sua imagem pública e proteger seu legado (CASTRO; GILIO E MACHADO, 2022).

Além disso, a regulamentação da indústria e a pressão da concorrência também são importantes fontes de pressão institucional. A regulamentação da indústria estabelece padrões para a qualidade dos produtos e serviços, enquanto a concorrência é uma força motivadora para as empresas se destacarem e se diferenciarem de seus concorrentes. Em suma, as pressões institucionais são importantes para garantir que as empresas operem de forma responsável e ética, protegendo os interesses públicos e mercadológicos (OLIVER, 1991).

As respostas das organizações às pressões institucionais em relação a conformidade vão depender do porquê essas pressões estão sendo exercidas, quem está exercendo, quais são essas pressões, por qual meio estão sendo exercidas e onde acontecem. Oliver (1991) relacionou cinco fatores que definem a natureza das pressões institucionais, úteis para dar suporte às organizações quanto a formulação de respostas estratégicas a essas pressões, sendo eles: causa, constituinte, conteúdo, controle e contexto.

A causa pode ser de origem social ou econômica e refere-se aos desejos e expectativas racionais que dão sustentação às pressões. O constituinte é o agente das pressões institucionais, que pode ser o estado, entidades de classes e a sociedade em geral, e que impõe um conjunto de normas, leis e expectativas sobre a organização. O conteúdo representa os requisitos necessários para alcance da legitimação por parte das organizações (OLIVER, 1991).

Já o controle diz respeito aos meios pelos quais as pressões são impostas às organizações. O controle pode ser exercido por coerção legal ou por difusão voluntária, sendo a influência sobre as ações das organizações, direcionando-as conforme os interesses dos constituintes. Sobre o contexto ambiental, este condiciona as respostas das organizações que sofrem as pressões. No contexto, duas variáveis são relevantes, a incerteza e o nível de interconectividade das relações entre as organizações.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O ambiente institucional é um forte modelador das estruturas de relacionamento que envolvem as cadeias de bioenergia e as normas institucionais influenciam a forma

como essas cadeias se organizam. Portanto, compreender o ambiente institucional é importante para analisar o contexto em que os atores do SAG sucroalcooleiro estão inseridos e como ocorre essa interação (RIBEIRO, 2017).

As intervenções estatais sobre o etanol se devem em parte, pelas mudanças estruturadas pelos órgãos regulamentadores de biocombustíveis. O etanol e outros biocombustíveis eram considerados produtos agrícolas, e por conta disso, era regulamentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Em 2011 através da Lei nº 12.490, o setor passou a ser controlado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP. A ANP, desde então passou a controlar e regular toda a cadeia agroindustrial de biocombustíveis, e a tomar iniciativas para garantir o fornecimento de etanol para o mercado interno, assim como, toda atividade ligada a produção, armazenamento e distribuição dos biocombustíveis em todo o país (TOMÉ, 2013).

Um exemplo dessa intervenção foram as Resoluções ANP nº 67 de 09 de dezembro de 2011 e a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2011 (revogada pela Resolução ANP nº 734 de 28/06/2018). A primeira visa regular a comercialização, garantindo o fornecimento de etanol anidro às distribuidoras, e a segunda é voltada ao controle da ampliação, modificação e operação das unidades produtoras de etanol (ANP, 2011; 2018).

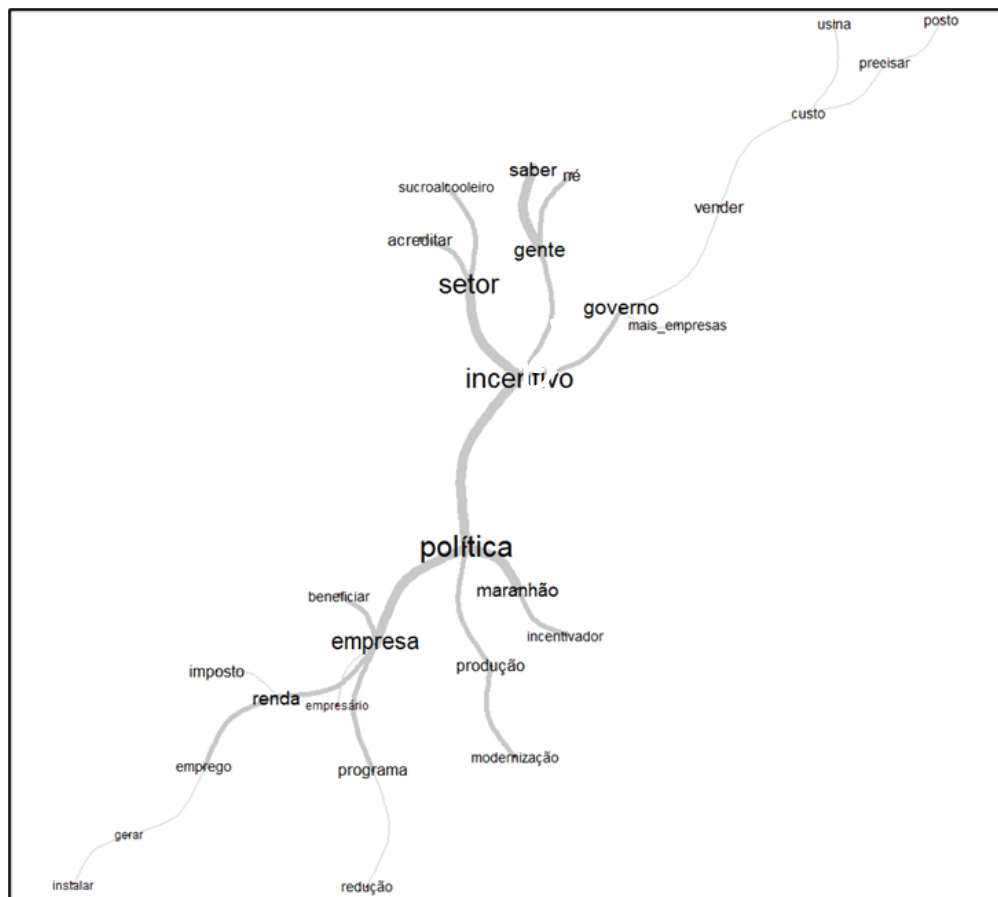
Percebeu-se também que o ambiente institucional tem o poder de induzir mudanças no SAG, sendo um exemplo de mudança, a mecanização na colheita de cana-de-açúcar que pode ser formal ou informal. A alteração no ambiente institucional formal ocorre através de decretos proibindo a queima da cana para colheita manual. No caso do Maranhão não há esse tipo de proibição, embora a Secretária de Meio Ambiente determina as condições e critérios para que essa queima seja controlada. Já as mudanças no ambiente institucional informal são referentes a mudanças do perfil da força de trabalho, devido a evolução social da economia, com profissionais mais qualificados e que não estão mais dispostos a exercer atividades mais pesadas, o que gera falta de mão-de-obra.

Quanto a avaliação das políticas públicas, nos âmbitos estadual e federal, parte das agroindústrias consideram o governo do Estado do Maranhão como parceiro, aberto a negociações. De acordo com a análise de similitude apresentada na Figura 1, os termos que se destacam nas falas dos entrevistados foram “política” e “incentivo”. Ambos os

termos estão interligados, sugerindo que a política no estado do Maranhão é geradora de incentivos.

A política do estado para o nosso setor porque ela sempre foi **incentivadora**, sempre quando ele **incentiva**, mostra que faz sentido para ele manter a empresa dentro do Estado como o empregador e como empresário na atividade que você desenvolve. É uma **política** motivadora, **incentivadora** (Usina A, grifo nosso).

Apesar das agroindústrias sucroalcooleiras se dizerem satisfeitas com o posicionamento do governo do Maranhão, algumas iniciativas foram citadas como forma do Estado fomentar ainda mais o crescimento do setor sucroalcooleiro, como estímulo ao consumo de etanol, investimentos em pesquisa e melhorias na infraestrutura.



**Figura 1** – Análise de Similitude DO SAG sucroalcooleiro  
Fonte: elaboração própria

### 3.1 Pressões institucionais

As organizações precisam seguir um conjunto de normas afim de se tornarem socialmente aceitáveis perante a sociedade e a fim de atingir um grau de legitimidade

legal. Quanto às pressões institucionais presentes no setor, identificou-se os cinco elementos norteadores a seguir: causa, constituinte, conteúdo, controle e contexto.

### 3.1.1 Causa

A causa foi identificada através dos seguintes questionamentos: Por que as usinas de etanol estão sujeitas às pressões institucionais, e se elas acham que alcançar a conformidade com essas pressões aumenta o status ou o prestígio?

As agroindústrias sucroalcooleiras estão sujeitas a uma série de normas e regulamentos que condicionam a atividade.

É um setor extremamente regulado extremamente controlado e com enorme fragilidade intervencionista e com isso não consegue ser um setor de mercado e atuar porque não se consegue prever externalidades. Imprevisibilidade interna e externa, interna decorrente dessas regulações e externa porque a medida que o etanol se globaliza ele virando uma commodity e vai sendo indiretamente colocado num contexto internacional, se o setor tivesse mais um perfil de um setor de livre mercado, se teria um fator de imprevisibilidade menos acentuada, gerando assim, um cenário de insegurança jurídica e institucional (Usina A).

E quando perguntadas o motivo que as levam a se sujeitarem a essas pressões, o primeiro diz respeito a responsabilidade econômica, para obtenção de lucro. Para estarem em conformidade com as normas e regulamentos exigidos em todo processo produtivo precisam ter licenças de operação emitidas pelos órgãos ambientais, federais e estaduais.

E conforme Oliver (1991), as empresas precisam ser aceitas socialmente, por serem vistas como uma atividade intensiva e que utilizam recursos naturais, e que precisa de uma grande quantidade de terras, para ser economicamente viável. Em contrapartida, as agroindústrias precisam mostrar para a sociedade e para o Estado, que entregam produtos seguros, promovem a saúde e segurança do trabalho e preservam o meio ambiente. Dessa forma, as usinas buscam a legitimidade legal, optando por aceitar as pressões governamentais.

### 3.1.2 Constituinte

A identificação do constituinte foi feita a partir do seguinte questionamento: Quem está exercendo as pressões institucionais sobre as usinas?

O governo foi considerado nesse setor como o principal agente institucional que age sobre o SAG sucroalcooleiro. Além das normas e regulamentações, a atuação do Estado é marcante no processo de venda e comercialização do etanol. Atualmente, o Brasil possui um mandato de mistura de 27% de etanol na gasolina, e para garantir o abastecimento desse etanol para atender a demanda, os produtores de etanol precisam formalizar os contratos com as distribuidoras e ainda precisam informar à ANP que a usina vai garantir etanol.

O país tem um mandato de mistura de 27% de etanol na gasolina. Por exemplo, se tem que misturar na gasolina como é que o governo tem garantia de que vai ter o etanol anidro para gasolina que vai ser vendida? Então a usina precisa formar contrato com as distribuidoras e ainda é preciso que a usina preste conta para à ANP para a agência entender que a distribuidora tem etanol anidro garantido com a usina para que aquela consiga vender a gasolina (Usina A).

E quando se fala em governo, há uma certa divergência entre as esferas federal e estadual. Como o setor sucroalcooleiro recebe por parte do governo do Maranhão incentivos fiscais, como já citado acima, em contrapartida precisa aumentar a produção e a geração de empregos nas regiões de origem. Por outro lado, se a usina quiser aumentar sua capacidade de produção precisa atender a uma série de exigências feitas pela ANP.

Apesar de forte intervenção no setor, as usinas não apresentam resistência às pressões nem aos seus constituintes. De acordo com Oliver (1991), mesmo em ambientes institucionais altamente regulamentados, as organizações podem negociar com as agências reguladoras sobre os termos de conformidade. No caso do setor sucroalcooleiro, as usinas possuem uma entidade de representação de interesses que atua na defesa do setor.

### 3.1.3 Pressões institucionais: Conteúdo

Nesse caso, o conteúdo foi identificado nesse estudo da seguinte forma: quais normas as usinas estão sendo pressionadas a se conformarem?



Quanto às normas que instituem as ações das agroindústrias, verificou-se que, apesar de acatadas e cumpridas, os objetivos são os incentivos provenientes das normas institucionais, sobretudo, aquelas usinas que recebem incentivos fiscais através de algum programa. Um fato que acaba tendo incompatibilidade entre o que se é exigido e os objetivos da organização, é a questão da falta de possibilidade de exploração do mercado de etanol, uma vez que, só é permitida a venda da agroindústria para as distribuidoras de combustíveis, ficando a usina impossibilitada de vender diretamente aos postos ou abrir seu próprio posto para fornecimento direto ao consumidor.

Uma outra questão relevante e mais recente quanto a consistência das pressões com os objetivos organizacionais das usinas é o Renovabio, que é uma política de descarbonização para penalizar a produção de fóssil em detrimento da produção de combustível renovável. Para conseguir o certificado nesse programa, as usinas precisam seguir uma relação de exigências, entre elas ter o cadastro ambiental rural atualizado e não pode ter havido supressão ou desmatamento de vegetação nativa. As usinas consideram as exigências muito severas e mesmo aquelas que já estão no programa enfrentam dificuldades para adequar seus objetivos e alcançar a conformidade exigida.

É necessário ter que buscar de forma contínua a uma melhoria na eficiência energética para permanecer no programa e também para avançar inclusive na emissão de CBIOS, então o próprio Renovabio impõe essa condição e que é uma espécie assim de barreira, às vezes, a barreira de entrada muito forte para as empresas entrarem no programa. Isso exige assim um avanço contínuo de eficiência energética, da redução da pegada de carbono etc. (Usina A).

Durante as entrevistas ficou evidente que nem sempre os objetivos das organizações são compatíveis com o grau de consistência das normas ou requisitos institucionais.

#### 3.1.4 Pressões institucionais: Controle

O controle foi identificado através do questionamento seguinte: como e por quais meios são exercidas as pressões institucionais?

Verificou-se que o controle mais utilizado no SAG sucroalcooleiro pelos agentes institucionais é através da coerção legal, dada a força das leis e imposições governamentais sobre as agroindústrias afim de atuarem dentro dos padrões institucionais. A forma de coerção legal mais evidente do setor sucroalcooleiro é a

imposição das resoluções nº 67, de 09 de dezembro de 2011, e nº 734, de 28 de junho de 2018. A resolução nº 67 teve como objetivo principal garantir o fornecimento de etanol anidro às distribuidoras de combustíveis para a mistura com a gasolina do tipo A, originando a gasolina do tipo C, aquela comercializada nos postos. Dessa resolução, surgiram novas especificações para as transações de aquisição do etanol anidro pelas distribuidoras, que devem ser feitas via contratos mensais ou anuais, homologadas pela ANP, e ainda estabelece regras de volume mínimo de etanol anidro para as duas partes, com o intuito de assegurar a manutenção do fornecimento de gasolina C (ANP, 2011).

A resolução nº 734 tem como objetivo regulamentar a produção de etanol no que se refere à construção, aumento da capacidade produtiva, alteração e operação das plantas produtoras de etanol, cabendo a ANP o fornecimento da autorização aos agentes do setor (ANP, 2018). As usinas precisam seguir as resoluções impostas, principalmente porque o grau de coerção legal da ANP é alto, e caso não acatadas, as usinas sofrem o risco de sofrerem penalidades e terem até suas atividades suspensas.

### 3.1.5 Pressões institucionais: Contexto

Para a identificação do contexto foi feito o seguinte questionamento: em qual contexto ambiental a pressão está sendo exercida?

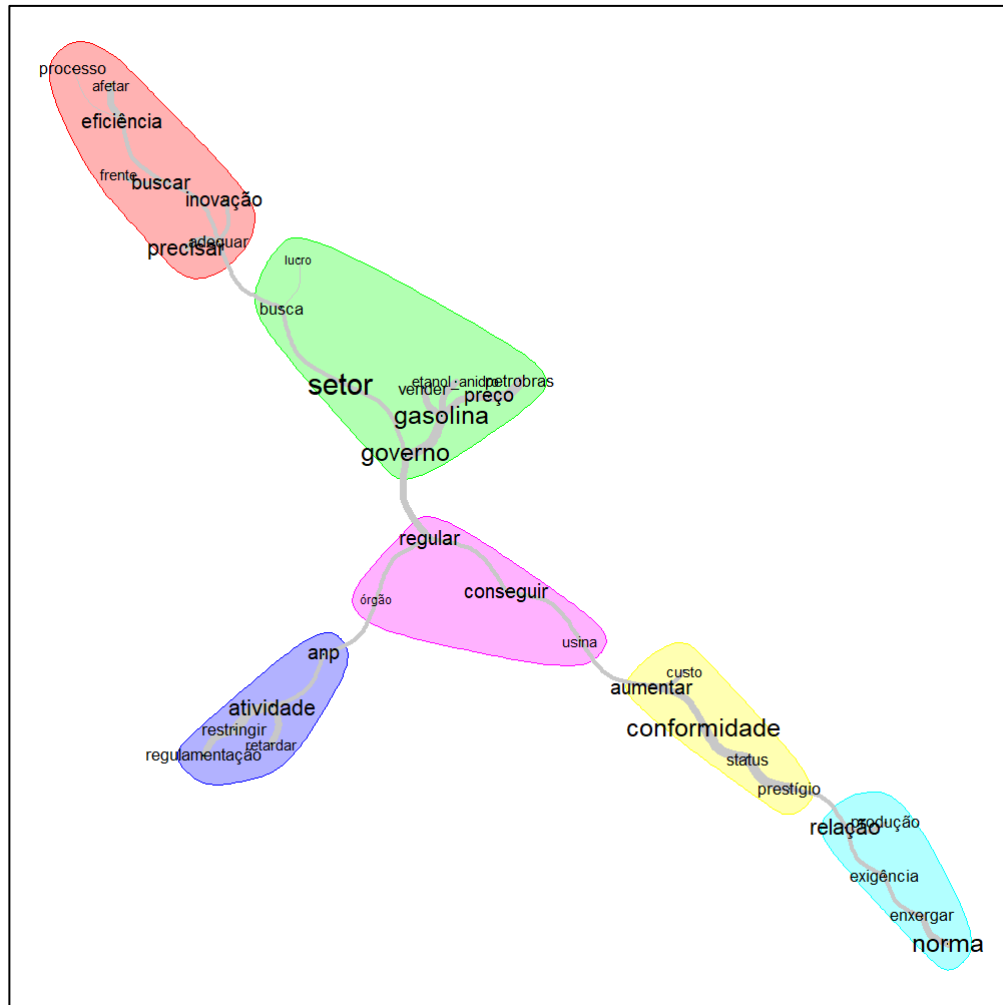
O setor sucroalcooleiro enfrenta alguns cenários de instabilidade e incerteza, e um desses diz respeito a questão fundiária que gera insegurança jurídica para as agroindústrias, sobretudo aquelas mais próximas dos centros urbanos. Para Williamson (1991), a incerteza configura também a dificuldade de antecipar os fatos futuros que são imprevisíveis. Sobre esse fato foi citado que o mercado sucroalcooleiro possui um caráter de imprevisibilidade. Além disso, é fortemente impactado pelas políticas de preços de combustíveis, sobretudo, da gasolina. Conforme relato da Usina A:

O setor do etanol não consegue ser um setor de mercado e atuar porque não se consegue prever externalidades. Tem imprevisibilidade interna e externa, interna decorrente dessas regulações e externa porque a medida que o etanol se globaliza ele virando uma commodity e vai sendo indiretamente colocado num contexto internacional, se o setor tivesse mais um perfil de um setor de livre mercado, se teria um fator de imprevisibilidade menos acentuada, gerando assim, um cenário de insegurança jurídica e institucional. Quem que investe e coloca dinheiro no negócio para retornar em 10, 20 anos se não se sabe o que pode acontecer amanhã? (Usina A).

O etanol é um bem substituto da gasolina, porém, para ser economicamente viável seu valor precisa estar em uma proporção de até 70% do valor da gasolina nos postos, isto é, os preços relativos da gasolina são determinantes para a demanda do etanol. Portanto, a manutenção do preço da gasolina por incentivos do governo acaba impactando o setor sucroalcooleiro e reduzindo a competitividade do etanol e a demanda pelo produto.

Quanto às pressões institucionais, a análise de similitude apresentada na Figura 2 mostram de forma gráfica que o setor é regulamentado pelo governo, sobretudo no que diz respeito às políticas de preços da gasolina. O governo possui agências reguladoras, que regula toda a atividade do setor, inclusive projetos de implantação, expansão e modernização precisam ser autorizados pela ANP.

As usinas sentem que essas regulamentações restringem e até chegam a retardar as atividades do setor. Porém, durante as entrevistas foi indicado que as conformidades não influenciam no *status* ou prestígio das empresas, uma vez que elas são obrigadas a seguir as regulamentações e normas para seu funcionamento, podendo ser penalizadas caso não cumpram.



**Figura 2** – Análise de Similitude sobre as pressões institucionais  
 Fonte: Elaboração própria.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às pressões institucionais foi utilizado o modelo de Oliver (1991) a partir do estudo dos cinco fatores que definem a natureza das pressões: causa, constituinte, conteúdo, controle e contexto. Quanto a causa, as usinas são levadas a se adequarem às pressões, principalmente a que elas precisam para seu funcionamento e obtenção de lucro estarem em conformidade com as normas e regulamentos exigidos em todo processo produtivo, como licenças de operação emitidas pelos órgãos ambientais, federais e estaduais. Assim, as usinas buscam a legitimidade legal, cedendo às pressões governamentais.

Quanto ao constituinte, o governo, a nível federal e estadual é o principal agente das pressões. Mediante as suas agências regulamentadoras impõe às usinas as normas e regulamentos que precisam ser seguidos para o funcionamento do setor, bem como,

controla e normatiza a atividade e a produção de etanol para abastecimento da gasolina nos postos. Devido a obrigatoriedade de mistura de 27% do etanol anidro na gasolina, as agroindústrias são obrigadas a firmarem contrato com as distribuidoras, tendo a ANP como agente fiscalizador, o que acaba limitando a atuação das usinas produtoras de etanol anidro, que perdem poder de mercado e de negociações.

Quanto ao conteúdo, as usinas precisam seguir requisitos impostos pela Resolução nº 67, como a obrigatoriedade de contratos de venda de etanol anidro para as distribuidoras. Grande parte da aceitação e cumprimentos desses requisitos é motivado pelos incentivos gerados, como é o caso das políticas de incentivos fiscais, porém detectou a necessidade de contrapartidas das usinas. Recentemente, o Renovabio tem exigido requisitos para a entrada das usinas nesse programa, que de certa forma possuem um grau de incompatibilidade com os objetivos, chegando a ser até oneroso o atendimento dessas exigências por parte das usinas.

O controle é exercido sob coerção legal, através de resoluções impostas pela ANP, mas também através de licenças de operação. Quanto ao contexto das pressões, o setor sucroalcooleiro enfrenta cenários de instabilidade e incerteza. Um desses cenários diz respeito a questão fundiária que gera uma insegurança jurídica, sobretudo aquelas mais próximas dos centros urbanos.

Esse cenário acaba tornando as usinas mais dependentes do Estado, como principal agente constituinte, e menos resistentes às imposições das pressões institucionais, o que torna sua estrutura organizacional e institucional pouco dinâmica. Isso confere a este setor um poder de decisão limitado, mas com grande impacto econômico e social nos municípios em que está instalado e com grande potencial para expansão, visto que a demanda interna do Estado é acima do que o setor consegue ofertar.

Este trabalho propôs o estudo das pressões institucionais e seus elementos norteadores dentro do SAG sucroalcooleiro maranhense, e concluiu que as organizações do setor estão em conformidade com as regras e expectativas de seu ambiente institucional. Para trabalhos futuros, a sugestão é revisitar a Teoria Institucional sob o estudo das práticas de isomorfismo institucional dentro do SAG, tendo como pressuposto que as usinas estão inseridas em um ambiente comum sujeitas às mesmas regras e repetindo as boas práticas entre elas, em alguns casos até mimético. Assim, identificar, dentre as boas práticas que estão sendo copiadas, o que uma usina faz de diferente das outras e como isso influencia na competitividade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Resolução ANP nº 67, de 09 de dezembro de 2011. Dispõe sobre as definições para fins de aquisição de etanol anidro combustível. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018. Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a autorização de operação da instalação produtora de biocombustíveis. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Dados Estatísticos, 2022. Disponível em: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). Acesso em: 14 nov. 2022.

BARCELOS, M. Políticas de biocombustíveis no Brasil: uma análise da agenda do álcool combustível com base no papel das ideias e dos agentes. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 12–26, 2021.

Bardin L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

BARROS, G.S.C. *et al.* **Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Piracicaba, 4º trimestre de 2021, 2022.

CASTRO, N. R.; GILIO, L.; MACHADO, G. C. Impactos da mecanização na produtividade agrícola agregada da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo de 2007 a 2013. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 60, n. 2, 2022.

GARCIA, M. S.; VILPOUX, O. F.; CEREDA, M. P. Institutional arrangements in the commercialization of electric energy from sugarcane biomass in the Brazilian midwest. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59 n. 3, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.223028>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

NEVES, M. F. Método para planejamento e gestão estratégica de sistemas agroindustriais (GESis). **Revista de Administração**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 331-343, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44486>. Acesso em: 10 set. 2022.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. Sistema agroindustrial da cana: cenários e agenda estratégica. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 587-604, 2007. DOI: 10.1590/S1413-80502007000400007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eoa/article/view/967>. Acesso em: 7 ago. 2022.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Acad. Manag. Rer.** 16 (1), 145–179, 1991.

QUEIROZ, A. Marcos de. Estruturas de governança no complexo agroindustrial sucroalcooleiro goiano. 2016. 313f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

RIBEIRO, E. C. B. **Fatores motivadores, inibidores e facilitadores no relacionamento fornecedor cliente na cadeia de abastecimento do biodiesel.** 2017. 333f. Tese (Engenharia e Gestão Industrial) - Universidade de Aveiro, Portugal, 2017.

SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995. **Revista Brasileira De Economia**, São Paulo, v. 53 n. 1, 1999.

SILVA, G. M. C. D.; PÉRICO, A. E. Eficiência e sustentabilidade: uma análise econômica, social, ambiental e sustentável das usinas paulistas de cana-de-açúcar. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 60 n. 3, 2022.

TOMÉ, L. H. P. **Estruturas de governança na agroindústria canavieira paranaense: uma análise sob a ótica da nova economia institucional.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. 2013.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization. The analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, (36), 269–296, 1991.



**Capítulo 3**  
**A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS**  
**SEXOS: A (IM) PRODUTIVIDADE DAS MULHERES EM**  
**DEBATE**

*Katiane Moraes da Silva*  
*Elvira Simões Barretto*



# A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS: A (IM) PRODUTIVIDADE DAS MULHERES EM DEBATE

***Katiane Moraes da Silva***

*Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Assistente Social e Mestre em Serviço Social formada pela Universidade Federal de Alagoas. katiane-moraes@hotmail.com.*

***Elvira Simões Barretto***

*UFAL. Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, docente da Faculdade de Serviço Social UFAL. elvira.barretto@fssso.ufal.br.*

## **RESUMO**

Traz-se uma reflexão crítica feminista acerca da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos e sua relação com a questão da produtividade. O recorrido teórico e histórico, à luz do pensamento crítico, conduz ao entendimento de que a superação da ordem do capital implica no reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres e na superação da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos em âmbito público e privado.

**Palavras-chave:** Trabalho produtivo; Mulher; Capitalismo.

## **ABSTRACT**

It presents a critical feminist reflection on the asymmetrical division of labor between the sexes and its relationship with the issue of productivity. The theoretical and historical journey, in the light of critical thinking, leads to the understanding that overcoming the order of capital implies recognizing the productive work of women and overcoming the asymmetrical division of labor between the sexes in the public and private spheres.

**Keywords:** Productive work; Woman; Capitalism.

## **1. INTRODUÇÃO**

Como fruto de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório à luz do pensamento crítico, propõe-se a promover uma reflexão teórica e histórica em torno do

trabalho produtivo das mulheres para o desenvolvimento do capitalismo e a divisão assimétrica do trabalho por sexo como mecanismo para assegurar manutenção do capitalismo.

A princípio, considera-se importante apresentar os pressupostos norteadores acerca do trabalho produtivo: 1. este se constitui como trabalho utilizado no processo direto e imediato de produção, ou seja, trabalho produtor de mais-valia (gera novos valores), sendo o trabalhador produtivo aquele ligado à esfera da produção, aquele que serve à autovalorização do capital: “é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1985, p. 109); 2. não importa a natureza em si da mercadoria, por isso, não necessariamente será produzido um bem material, podendo satisfazer uma necessidade do estômago ou da fantasia; 3. como explica Teixeira (1988, p. 7) “encerra, antes de tudo, uma relação social, que se expressa na troca capital/trabalho: o trabalhador produtivo, vendedor de força de trabalho e o capitalista, comprador dessa força de trabalho”. Então, “o trabalhador produtivo é um trabalhador assalariado que produz e valoriza capital, isto é, que produz mais-valia”. Em vista disso, Marx (1988, p. 144) explica: não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’. O mesmo trabalho poderia tanto ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, quanto improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despende renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa.

O trabalho é o âmago da sociabilidade humana a considerar que é a partir da sua realização cotidiana que o ser social se distingue de outros seres vivos. Nessa direção, Marx demonstra que por meio do trabalho há uma interação do ser humano com o mundo natural, pela qual tal indivíduo se apropria da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. O ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1985, p. 149). Assim, o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição essencial para sua existência. Independente de todas as formas de sociedade é o trabalho no seu sentido ontológico que funda o ser social. Netto (2012) acrescenta que o ser humano é natureza historicamente transformada e é essa transformação que o caracteriza como ser social e o situa para além

da natureza. Em diálogo com Marx (1988), Mies (2019) alerta para o fato de que é preciso considerar que homens e mulheres agem na natureza com um corpo qualitativamente diferente e o trabalho das mulheres, em âmbito público e/ou doméstico, é produtivo. Esse pressuposto é norteador da presente reflexão em torno da divisão assimétrica e hierárquica do trabalho entre os sexos. Assim, não é possível esclarecer questões relacionadas a divisão sexual do trabalho a partir de uma lógica regida pela natureza cuja autoridade de explicação do real cabe ao “homem”, enquanto ser genérico e abstrato.

## **2. RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO PRÉ-CAPITALISTAS E AS BASES DA DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS**

O pulsar da história oferece subsídios para apreender que as sociedades originárias matrilineares<sup>1</sup> (HARRISON,1903) permaneceram até a revolução neolítica, período que segundo informações antropológicas, consolidou-se entre 5.500 e 2.000 Antes de Cristo, a considerar que a “revolução neolítica foi um período que mudou radicalmente o modo de vivência humano: deixaram de ser nômades e passaram a ser sedentários, cultivar a terra e criar animais, desenvolvendo a agricultura e a pecuária” (SANTOS, 2016, p. 25).

Com o perdão do salto histórico, no Neolítico, o processo de domesticação de animais e do cultivo da terra, por necessidade objetiva de sobrevivência, conduz a mudanças significativas no âmbito da economia política, já tratadas por Engels (2012), entretanto, é importante salientar outro aspecto significativo e revolucionário, nesse contexto, que diz respeito às relações sociais de gênero e de sexualidade, quando da descoberta do sêmen no processo de reprodução humana. Mais precisamente, quando a convivência cotidiana com os animais levou à tomada de consciência da participação do macho da espécie humana na procriação, após milhares de anos acreditando que a fertilidade e a fecundação eram atributos exclusivamente femininos. Fato esse que deu origem, em vários pontos do planeta, à instituição de processos de disputa de poder dos homens em relação às mulheres, de forma sistemática com a proliferação de mecanismos de afirmação da superioridade masculina (BARRETTO, 2008).

---

<sup>1</sup> Sociedades cuja organização de seus povos se baseava no culto à deusa, visto que a linhagem e descendência eram contadas em linha materna.

Vê-se, portanto, que o período Neolítico traz consigo um marco na divisão social do trabalho e no desenvolvimento das forças produtivas (ENGELS, 2012). Mies (2019), por sua vez, salienta que nesse contexto ascende à hierarquização do trabalho entre homens e mulheres, e critica o determinismo biológico nos estudos sobre as origens da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos:

Este determinismo biológico, manifiesto o encubierto, parafraseando la afirmación de Freud de que nuestra anatomía es nuestro destino, es posiblemente el obstáculo más arraigado para analizar las causas de la opresión y explotación de las mujeres (MIES, 2019, p. 103).

Na direção dos estudos de Mies (2019) é possível afirmar que no neolítico demarca-se a primeira divisão do trabalho por sexo, particularmente com a agricultura, pois a invenção do cultivo habitual de cereais, tubérculos e a necessidade da alimentação diária surgiram durante o neolítico por meio das mulheres, que não apenas colhiam e consumiam o que era posto pela natureza, faziam também crescer. Ao contrário do que propõe o conceito de produtividade limitado e biologista, essa forma de preservação das mulheres foi de extrema importância para a produção do excedente econômico. Nas palavras de Mies (2019)

La continuación del cultivo de plantas alimenticias, principalmente tubérculos y granos, significó una nueva etapa y un enorme incremento en la productividad de la producción del trabajo femenino que, según la mayoría de los autores, permitió la producción de excedentes por primera vez en la historia (MIES, 2019, pág. 121).

A atividade produtiva das mulheres é pré-condição para produtividade masculina, levando em consideração que, “produtividade” nesse contexto, significa a capacidade específica dos seres humanos de produzir e reproduzir a vida no processo histórico. É essa tese que irá nortear a análise da divisão assimétrica do trabalho entre os sexos durante as principais fases da história da humanidade.

La productividad femenina consistía, sobre todo, en la capacidad de proveer la subsistencia diaria, para garantizar la supervivencia de los miembros del clan o grupo. Las mujeres necesariamente tenían que garantizar el "pan de cada día", no sólo para ellas y sus hijos, sino también para los hombres, en caso de que no tuvieran suerte en sus expediciones de caza, ya que la caza es una especie de "economía del riesgo" (MIES, 2019, p 126).

Mies (2019), ao contrário de Marx e Engels reconhece a produtividade das mulheres.<sup>2</sup> Desde os primórdios a relação da mulher com a natureza não era apenas produtiva, mas se tratava, sobretudo, de uma produção social. Argumenta que, ao contrário dos homens, que se limitavam a caçar e colher para si próprios, as mulheres praticavam a divisão da produção com os filhos. A relação da mulher com os filhos é, sem dúvida, uma das principais formas de relações sociais. A tecnologia desenvolvida pelas mulheres permaneceu produtiva, visto que, no sentido mais verdadeiro da palavra, elas produziam algo novo, principalmente, por meio do cultivo.

A tecnologia da caça, pelo contrário, tem caráter improdutivo já que seu significado reside basicamente em matar animais e outros seres humanos. Em sequência, a autora acrescenta que foi essa característica inerente às ferramentas de caça que se tornou decisiva durante o desenvolvimento posterior da produtividade masculina, bem como para as relações sociais exploradoras e desiguais. A autora acrescenta que a natureza do homem caçador é distintamente diferente da natureza da mulher coletora/agricultora. As principais ferramentas dos caçadores não são instrumentos de produção de vida, pelo contrário, são de destruição. Foi dessa forma, que os homens adquiriram poderes inclusive contra outros produtores (mulheres) mediante o uso de armas.

Na sociedade escravista<sup>3</sup>, o trabalho era realizado por meio da violência para a subjugação de corpos escravizados para o labor, onde os produtos derivados de tal trabalho eram apropriados pelo proprietário de terras. Com a divisão da comunidade em classes antagônicas, entram em cena os produtores diretos, responsáveis pela produção do conjunto de bens e os apropriadores do trabalho alheio, aqueles que se apropriavam dos bens excedentes (NETTO, 2012). A partir de então, tornou-se possível à expansão do comércio, a evolução do dinheiro<sup>4</sup> e da propriedade privada<sup>5</sup>, que permitiu a concentração

---

<sup>2</sup> A sobrevivência da humanidade deve muito mais à “mulher coletora” do que ao “homem caçador”. As mulheres são as verdadeiras provedoras da maior parte da alimentação diária. Nessa perspectiva os homens caçadores, para fazer uma boa expedição, dependiam da contribuição alimentar de suas companheiras, e esta não era produzida na caça (Leacock, 1978; Brown, 1970 *apud* Mies, 2019, p. 128).

<sup>3</sup> Ao nos reportarmos à era escravista, Netto (2012) relata que, tal o modo de produção estruturou-se no Ocidente por volta de 3.000 anos antes de Cristo mantendo-se até a queda do Império Romano. Le Goff, (2013) acrescenta que o declínio do Império Romano trouxe grandes transformações que desencadearam um novo mundo, muito diferente do vivenciado até então. Esse processo causou a maior parte das mutações da história da humanidade até hoje.

<sup>4</sup> Mercadoria que funciona como medida do valor e, também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante, é dinheiro, um equivalente universal para trocas (MARX, 1985).

<sup>5</sup> “O conceito de propriedade privada tem dois significados. Um deles é a privação dos meios de produção; o outro é uma atitude geral para com a vida caracterizada pelo desejo de possuir um objeto (ou uma pessoa reduzida à coisa) para poder desfrutar dele, apropriar-se dele” (BOTTFOMORE, 2012, p. 536).

da riqueza e do poder nas mãos de uma pequena parcela dos indivíduos, causando um empobrecimento da maioria que não fazia parte deste grupo.

A partir da evolução das forças produtivas até a crise do Império Romano, o sistema escravista começou a enfraquecer. Diante desse contexto de transição, instituiu-se o modo de produção feudal, cuja estrutura social se funda na posse da terra e nas unidades econômico-sociais, desse período histórico, os feudos.

No feudalismo mantinha-se a produção de mercadorias para troca, baseada principalmente no trabalho artesanal, o que tornou a estrutura social feudal mais complexa. Os comerciantes e mercadores começaram a ganhar importância e a buscar mecanismos associativos, dando um novo rumo ao período feudal por meio da posse da terra, a única fonte de riqueza, implicando no poder de governar para o clero e a nobreza. O crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e o crescimento das cidades proporcionaram ao camponês o rompimento dos laços que o prendiam tão fortemente ao senhor feudal (HUBERMAM, 1981). O capital mercantil atraiu uma nova forma de riqueza, que antes privilegiava a riqueza da propriedade da terra, e agora a riqueza mobiliária, expressa pela acumulação de dinheiro. A sociedade feudal entrou em declínio, e os comerciantes foram tornando-se protagonistas importantes, agora os seus interesses chocavam-se diretamente com os da nobreza feudal (NETTO, 2012). Em paralelo, esse processo fundou suas bases na assimetria entre mulheres e homens. As vantagens que o capital extraiu através da exploração de riquezas, atenuaram-se em comparação às extraídas da degradação do trabalho e da posição social das mulheres (FEDERICI, 2017).

O Feudalismo foi um marco histórico de validação da supremacia dos homens a se consolidar no capitalismo. Se torna fato consumado a separação entre produção e reprodução e, por decorrência, a hierarquização da divisão sexual do trabalho. Ideoculturalmente instituiu-se que os homens estão “destinados” a trabalhos remunerados nos espaços ditos públicos, enquanto as mulheres propensas “naturalmente” ao lar ou condenadas como “bruxas”. A política sexual da caça às bruxas é revelada pela relação entre a bruxa e o diabo medieval. Esse fenômeno não só santificava a supremacia masculina, como também induzia os homens a temer as mulheres, e a vê-las como destruidoras do sexo masculino. A linguagem da caça às bruxas “produziu” a mulher pervertida por natureza, esse foi o primeiro passo na transformação da atividade sexual das mulheres em um trabalho a serviço dos homens e da procriação. Sendo fundamental

nesse processo, a proibição de todas as formas não procriativas da sexualidade feminina (FEDERICI, 2017).

Vê-se que essa arquitetura de gênero, para vida em sociedade, foi cunhada desde os primórdios, solidificada na idade média, a exemplo da Escolástica<sup>6</sup> que proibiu a mulher de produzir conhecimento ou expressar sua lógica racional, se constituiu em uma das bases de sustentação capitalista para instituir o espaço doméstico e o da reprodução – do cuidado, do afeto, da sensibilidade- como o lugar da mulher. O cartesianismo renascentista significou, por outro lado, o coroamento do processo de identificação da mulher com a natureza, ambas reduzidas à matéria inerte, não criativa, a ser plenamente dominada pelo intelecto humano, ou seja, pelo homem (androcentrismo). E até mesmo com a Revolução Francesa, cujo deslanchar contou com a ampla participação das mulheres, lhes fora vetado o acesso à cidadania e ao mundo público (BARRETTO e TIMBÓ, 2008).

### **3. TRABALHO (IM) PRODUTIVO DAS MULHERES E A DIVISÃO ASSIMÉTRICA DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS**

O desenvolvimento do modo de produção capitalista requer a existência de homens e mulheres que detenham apenas sua força de trabalho, para vendê-la no mercado e aqueles que as comprem. Esse processo que divide a sociedade entre trabalhadores/as assalariados/as e capitalistas, não é acidental ou natural, esse antagonismo de classes resulta de um processo histórico, que como diria Marx começou na pré-história do capitalismo, na chamada acumulação primitiva<sup>7</sup> (NETTO, 2012).

Pode-se demarcar que as bases para o advento do capitalismo se inscreve entre os séculos XV e XVI, quando da dissolução dos pilares feudais, quais sejam: a abolição da servidão na Inglaterra e a expropriação da base fundiária do/a camponês/a e quando foi lançada uma massa de trabalhadores/as “livres como pássaros” (MARX, 1985), momento em que o capitalismo adquire o formato de sistema de produção vigente.

---

<sup>6</sup> Filosofia religiosa da idade média.

<sup>7</sup> “A acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de O capital com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de um termo útil na medida em que proporciona um denominador comum que permite conceituar as mudanças produzidas pelo advento do capitalismo nas relações econômicas e sociais” (FEDERICI, 2017, P. 26).

Vale ressaltar que alguns/algumas teóricos/as defendem a tese de que o capitalismo não surgiu na cidade. Problematiza-se que há uma tendência de relacionar o desenvolvimento do capitalismo no ocidente apenas à autonomia das cidades e aos burgueses. Ellen Wood (2001, p. 76-77) defende que,

A tendência a identificá-lo com as cidades e o comércio urbano (...) costuma ser acompanhada por uma inclinação a fazê-lo parecer uma consequência mais ou menos automática de práticas tão antigas quanto a história humana, ou até consequência de uma inclinação 'natural' nas palavras de Adam Smith, a 'comerciar, permutar e trocar'.

Nesse sentido, Wood (2001) ressalta que a dinâmica do capitalismo foi instaurada na agricultura inglesa antes mesmo da proletarização da força de trabalho. Isso significa dizer que a base material da economia emergente da Inglaterra do século XVI era a agricultura e pode-se acrescentar que, com isso, o trabalho produtivo das mulheres tinha a devida importância. Destarte, a dinâmica do capitalismo a que se refere a autora contou com um “fator preponderante na promoção da proletarização do trabalho, na Inglaterra. O fator crucial foi a dependência dos produtores e, também, dos apropriadores em relação ao mercado, além dos novos imperativos sociais criados por essa dependência” (WOOD, 2001, p. 103).

Tais imperativos sociais são tratados por Marx (1988), mas Federici (2017) amplia o espectro quando destaca que a acumulação capitalista não implicou exclusivamente na expropriação da terra do campesinato e na formação do trabalhador independente “livre” mas, também, acarreta profundas transformações na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Pode-se afirmar que a chamada acumulação primitiva não foi apenas uma acumulação e uma concentração de trabalhadores/as exploráveis e de capital. Mas foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, raça e idade se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. É fato que as bases da chamada acumulação primitiva englobam “o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna...” (MARX, 1988, p. 264-265). Esses foram alguns dos métodos para transformar o campo em agricultura capitalista e incorporar a base fundiária ao capital e, assim, ofertar à indústria urbana uma parcela necessária de proletários livres. Cabe destacar, entretanto, que as



mulheres camponesas, em grande parte, não se renderam facilmente ao “canto da sereia” para o ingresso no mercado de trabalho como mão de obra livre e assalariada (FEDERICI, 2017).

Não é por acaso, o movimento de caça às bruxas por mais de trezentos anos, com o objetivo premente de “domesticar” as mulheres que resistiam à ordem do capital. Tal como faz referência Federici (2017),

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas [...] foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos (FEDERICI, 2017, p. 305).

Na engenharia capitalista, a opressão e a desvalorização do trabalho feminino são fenômenos importantes para a garantia do desenvolvimento e manutenção da ordem do capital, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. De acordo com Federici, (2017) a história que cria as bases do patriarcado e torna as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi e é de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo, pois, impõe uma divisão sexual do trabalho implicando diferenciação não apenas nas tarefas desempenhadas por mulheres e homens, mas em todas as esferas da vida em sociedade, lançando uma relação de poder sobre o trabalho feminino e destinando as mulheres para a esfera reprodutiva. Pouco discutido, mas importante, é que a desvalorização e a feminização do trabalho reprodutivo é um desastre, também, para os homens trabalhadores, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvaloriza o seu produto: a força de trabalho.

A divisão do trabalho, em especialidades produtivas, gera uma hierarquia social e de gênero na qual, engendram-se a exploração e opressão de classe, gênero e raça. Para Hirata e Kergoat (2007, p.599) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). Cabe destacar que para apreender a essência da divisão sexual do trabalho é preciso ir além do plano conceitual, mas apreender essa forma particular da divisão

social do trabalho a partir de dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais remetendo ao “destino natural” da espécie (HIRATA, KERGOAT, 2007). Assim, justifica-se a relação assimétrica do trabalho entre os sexos, a improdutividade do trabalho das mulheres e, em última instância, maquia-se a real necessidade do capital – manutenção da exploração e opressão de gênero, classe e raça para sua sustentação, assegurar a mais-valia.

As mulheres, sobretudo, as mulheres negras são impelidas a todo custo para a esfera reprodutiva, além de serem atravessadas por violências diversas e pelas condições de subalternidade e desvantagem.<sup>8</sup> É patente a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, onde o processo de divisão social do trabalho é subordinado às relações classistas, racistas e machistas existentes. Por isso, quando se entende a divisão do trabalho somente como um elemento técnico da produção, tende-se a pensá-la somente como uma força produtiva, desligada de seu outro lado, básico para a realização da troca, colocada nas relações sociais de produção.

No trilhar da presente reflexão, cabe reafirmar que o surgimento do capitalismo se dá em condições mais adversas à mulher do que ao homem. A divisão sexual do trabalho, que antes era apontada como uma divisão natural e técnica é profundamente modificada no capitalismo. Com a complexificação das relações sociais, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vai modificando essas diferenças. Relegar as mulheres para esfera reprodutiva é sem dúvida a forma mais perversa de controle, inclusive de seus corpos, como no caso da criminalização da contracepção e atualmente a criminalização do aborto.

No mundo do capital o trabalho produtivo das mulheres, no âmbito doméstico, é desvalorizado e desconsiderado, inclusive, segundo o marxismo tradicional não gera mais valia. O que não condiz com a realidade, haja vista que o lucro produzido pelo trabalho assalariado não seria possível sem o trabalho doméstico não remunerado. As mulheres tornaram-se a infraestrutura necessária que permite os trabalhadores irem diariamente

---

<sup>8</sup> Ver: FRANÇOISE. Vergès. Uma Teoria feminista da violência. Ubu editora, 2020; BORGES, Juliana. O que é Encarceramento em Massa? Belo Horizonte – MG:Letramento: Justificando, 2019; GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de Negro. Editora Marco Zero, 1982.

ao emprego. Elas tentaram resistir a este fato, mas diante das táticas opressoras e intimidatórias que usaram contra elas, fracassaram (FEDERICI, 2021).

#### 4. CONCLUSÃO

As breves digressões teóricas e históricas conduzem a apreensão de que o desenvolvimento capitalista conta, sobremaneira, com o trabalho produtivo das mulheres desde os primórdios, quando, então, instituiu as primeiras formas de relações sociais responsáveis pelo surgimento do excedente econômico.

Assim, concluímos que o trabalho das mulheres dito “improdutivo”, desvalorizado e assimétrico tem uma relação recíproca e interdependente com a lógica de sustentação do modo de produção capitalista.

O trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres trabalhadoras oferece as condições necessárias ao desenvolvimento capitalista, ao assegurar a mais valia por meio da produção e reprodução da força de trabalho. O trabalho não remunerado das mulheres é pilar da acumulação capitalista (MIES, 2019). Isso significa dizer o capitalismo depende do ocultamento do trabalho produtivo das mulheres. Assim, considerá-lo improdutivo é fundamental para torna-lo hierarquicamente desigual no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e manutenção da ordem vigente, visto que, a acumulação do capital é dependente da acumulação de diferenças e de desigualdades.

#### REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elvira Simões; TIMBÓ, Regina. **“Não faça do seu carro uma arma. A vítima pode ser você”**: onde está o gênero nas notícias jornalísticas sobre acidentes de trânsito? MARTINS Moisés de Lemos e PINTO, Manuel (2008) Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) ISBN 978-989-95500-1-8

BARRETTO, Elvira Simões. **Identidades de Género en las series de televisión**: una reflexión en torno a la Cultura de la Violencia. Barcelona-Espanha, 2008. 398p. Tese doutoral do Programa de Doctorat “Periodisme i Ciències de la Comunicació”.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro. ZAHAR Editores, 2012. Disponível: Acesso em: Junho de 2023

CHAPMAN, Anne. **Los Selk'nam, la vida de los Onas**, Buenos Aires, Emecé Editores, 1989.

EISLER, Raine. **O cálice e a espada: a nossa história, o nosso futuro**. Imago editora. Rio de Janeiro. 1987.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e acumulação Primitiva**. Rio de Janeiro. Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero, feminismo**. ed 1. São Paulo. Boitempo, 2021.

GEVEHR, Daniel Luciano; SOUZA, Vera Lucia de. **As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas**. Revista Acadêmica Licencia&acturas· Ivoti · v. 2 · n. 1 · p. 113-121 · janeiro/junho 2014.

HARRISON, J. E. **Prolegomena to the study of Greek Religion**. Cambridge UP. 1903. In: <https://archive.org/details/prolegomenatostu00harr>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HARTMANN, Heidi. **Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex**. Signs, Vol. 1, No. 3, no. 3, 1976, pp. 137-169. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173001>. Acesso em: 9 abr.2023.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino / Femenino. El Pensamiento de la Diferencia**. Barcelona, Ariel, 1996.

HARRISON, J. E. **Prolegomena to the study of Greek Religion**. Cambridge UP. 1903. In: <https://archive.org/details/prolegomenatostu00harr>. Acesso em: 15 fev. 2023.

HARTMANN, Heidi. **Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex**. Signs, Vol. 1, No. 3, no. 3, 1976, pp. 137-169. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173001>. Acesso em: 9 abr.2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. ZAHAR Editores, 1981. Disponível: Acesso em: setembro 2022.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda: Arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo**. Ed. Ver. E ampliada. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2007

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Economistas, v. 1).

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Economistas, v. 2).


MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. 1ed Editora Traficantes de sueños. Madrid, 2019.

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga, ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a seivageria, através da barbárie, até a civilização**. Evolucionismo Cultural, 1877. Disponível em: [https://www.academia.edu/37279121/Lewis\\_Henry\\_Morgan\\_A\\_SOCIEDADE\\_ANTIGA](https://www.academia.edu/37279121/Lewis_Henry_Morgan_A_SOCIEDADE_ANTIGA) Acesso em: 15 fev. 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica, v. 1).

SANTOS, Milena. **Estado, Política e Controle do Capital**. Maceió: Col. V, 2016. p. 11-78.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem agrária do Capitalismo**. In: A origem do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001. p. 75-100.



**Capítulo 4**  
**O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E A**  
**LGBTQIA+FOBIA**

*Eliana Gondim Sampaio*  
*Paula Julia Rodrigues Barbosa*  
*Pedro César Pereira Faria Santos*



## **O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E A LGBTQIA+FOBIA**

***Eliana Gondim Sampaio***

*Atua como professora da rede pública estadual de ensino do estado do Ceará e como advogada em direito da família. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor); especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela UECE. E-mail: eliana.sampaio@aluno.uece.br*

***Paula Julia Rodrigues Barbosa***

*Pesquisadora das categorias de gênero e de sexualidades. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social também pela UECE. E-mail: paula.julia@aluno.uece.br*

***Pedro César Pereira Faria Santos***

*Pesquisador das categorias de gênero, de sexualidades e de processos de envelhecimento. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); e mestrando em Sociologia também pela (UECE). E-mail: pedroadv1991@gmail.com*

### **RESUMO**

A LGBTQIA+fobia é uma problemática extremamente presente na sociedade brasileira. Isto é evidenciado nos dados relacionados ao tema. O Brasil é o país que mais registra assassinatos de pessoas LGBTQIA+s no mundo. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a LGBTQIA+fobia como expressão da questão social, o que a torna diretamente relacionada ao campo de atuação do assistente social. Além disso, busca compreender como as políticas sociais abordam a população LGBTQIA+ no Brasil. Desta forma, conclui-se que muitos indivíduos LGBTQIA+s têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, entre outros campos, os quais são promotores da dignidade humana, devido à LGBTQIA+fobia, sendo necessária a aplicação de políticas sociais por parte de equipe multiprofissional, dentre outras categorias, do serviço social, para ao menos amenizar a problemática.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+fobia; questão social; políticas sociais.

### **ABSTRACT**

LGBTQIA+phobia is an extremely present problem in Brazilian society. This is evidenced in the data related to the topic. Brazil is the country that records the most murders of LGBTQIA+ people in the world. Thus, this article aims to analyze LGBTQIA+phobia as an expression of social issues, which becomes directly related to the social worker's field of activity. Furthermore, it seeks to understand how social policies address the LGBTQIA+ population in Brazil. Therefore, it concluded that many LGBTQIA+ individuals have difficulty accessing the job market, among other fields, which promote human dignity, due to LGBTQIA+phobia, requiring the application of social policies by the multidisciplinary team, among other categories, of social services, to at least alleviate the problem.

**Keywords:** LGBTQIA+phobia; social issue; social policies.

## **1 Introdução**

Na sociedade brasileira, o cotidiano da população de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+) é marcado pela negação e restrição de direitos, além de um índice alarmante de todos os tipos de violência, inclusive, assassinatos. Portanto, é uma expressão da questão social<sup>9</sup> que tem muito impacto na sociedade brasileira. É importante destacar que a questão social, cuja gênese é o conflito entre capital e trabalho, atualmente possui expressões múltiplas, tais como: pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, de raça, de etnia, de identificação sexual, de identidade de gênero, dentre outras. Ainda, para a sua manutenção, a sociedade capitalista precisa excluir pessoas, mantê-las à margem dos direitos, não acolher sua diversidade e pluralidade. Assim, o preconceito e a intolerância em relação à diversidade sexual e de gênero tornaram-se expressões da questão social na contemporaneidade, tornando imprescindível a intervenção profissional do Assistente Social no campo da promoção de direitos da população LGBTQIA+.

Ademais, com o crescente discurso de ódio, de intolerância, de *fake news*<sup>10</sup> e de correntes religiosas retrógradas, que se espalharam pelo país de forma assustadora,

---

<sup>9</sup> A questão social diz respeito a um conjunto de expressões das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais acarretadas pelo modo de produção capitalista (Iamamoto; Carvalho, 2014).

<sup>10</sup> As *fake news* são um agravo à aquisição de conhecimento na atualidade, pois têm como principal característica a distorção da realidade e modificação do teor verossímil das informações (Cardoso, 2021).



principalmente nesses últimos anos, com o fortalecimento das correntes políticas de extrema direita, de características neofascistas, grupos que não são considerados “modelos de homens ideais”, “cidadãos de bem”, que não se enquadram no modelo patriarcal (homem, branco, burguês) e heteronormativo são excluídos e exterminados de todas as formas possíveis (Seffner, 2013).

Desse modo, observa-se que o cenário brasileiro é caracterizado pela pouca materialização de direitos para a diversidade sexual e de gênero, o que instiga os profissionais das diversas áreas, como da Educação, do Direito, da Saúde e especificamente do Serviço Social a lutarem pela criação e implementação de políticas sociais que atendam a essa população.

Em relação às competências do assistente social, Yamamoto (2003) argumenta que a intervenção profissional necessita ir para além dos hábitos institucionais e buscar apreender, nas mudanças da realidade, as tendências e possibilidades. Sendo assim, é de extrema importância para o Serviço Social conseguir identificar a forma como a LGBTQIA+fobia se manifesta e buscar, em sua atuação, contrapor-se a essa expressão da questão social, que subjuga, ataca e oprime a diversidade sexual e de gênero na sociedade. Para isso, o presente trabalho tem como objetivos: analisar a LGBTQIA+fobia como expressão da questão social; identificar as formas como esse fenômeno se manifesta na sociedade; e verificar as políticas sociais observadas até então que atendem à população LGBTQIA+ no Brasil. Esses objetivos foram alcançados por meio da análise de referências bibliográficas e documentais pertinentes ao tema.

## **2. LGBTQIA+fobia, questão social e políticas sociais**

### **2.1 LGBTQIA+fobia no Brasil**

No aspecto da homofobia, existem questões complexas e fortemente enraizadas no Brasil. Evidentemente, este fenômeno irá se manifestar de formas distintas, nas mais diferentes localidades. Todavia, independentemente da localidade, é comum existir algum tipo de homofobia por parte da população, pois a sexualidade é moldada de tal maneira, em normas e valores, que até mesmo pessoas que se identificam como heterossexuais podem sofrer preconceitos caso não cumpram as expectativas sociais de virilidade e de masculinidade exigidas. Exemplifica-se que a homofobia compreende um fenômeno social tão nocivo que chega a interferir no relacionamento entre pais e filhos, pois se uniformiza

que determinadas intimidades um pai não pode ter com um filho, delegando-se exclusivamente à mãe, como um abraço ou um beijo no rosto. Trevisan (2018, p. 487) corrobora esse fato ao relatar que:

Em 2011, um homem teve metade da orelha cortada, ao ser atacado por um grupo de jovens, no recinto da Exposição Agropecuária Industrial e Comercial (Eapic), em São João da Boa Vista, interior de São Paulo. Como estava abraçado ao filho de dezoito anos, os jovens o abordaram pensando se tratar de um casal gay. O pai negou a suposição, mas ainda assim ambos foram surrados. Não satisfeito, um dos atacantes arrancou um pedaço da orelha do pai com uma mordida. Curiosamente, no local da festa havia 150 seguranças, além da Polícia Militar.

Em relação à manifestação da sexualidade no Brasil, no período colonial, a vivência da sexualidade, na prática, não seguia rigidamente as normas socialmente impostas. Homens mantinham relações fora do casamento, mulheres escravizadas eram frequentemente violadas, além de padres que tinham relações sexuais com indígenas e negras, chegando a manter uniões estáveis e ter filhos com estas (Trevisan, 2018). Por conseguinte, no que se refere à vivência homossexual no Brasil colônia, a homossexualidade era configurada como crime de sodomia, este ato sendo passível de punição com a pena de morte. Destarte, Trevisan (2018, p. 137) relata que: “[...] além dos crimes contra a fé, havia aqueles contra a moral e os costumes; parece que esses raras vezes mereceram o castigo da pena de morte, ainda que as Ordenações do Reino previssem morte por fogueira em casos de sodomia [...]”.

Mais adiante, no período higienista<sup>11</sup>, a conduta homossexual passa a ser definida como pederastia e ser duramente reprimida. O intuito do Estado passa a ser o de civilizar, por meio da ciência, visando a melhores condições sanitárias do lar patriarcal brasileiro. Assim, como o índice de mortalidade infantil era muito alto, chegou-se à conclusão de que a antiga família patriarcal não tinha condições de manter sadios os seus membros infantis, daí ocorreram prescrições científicas e cuidados para os lares do ponto de vista da saúde e da educação. Até esse momento, não existia problema, porém a questão é que os especialistas, em higiene, exerciam seu trabalho de forma moralizante, objetivando manter uma unidade normalizadora de família (Trevisan, 2018).

---

<sup>11</sup> O período higienista foi um período brasileiro iniciado na terceira década do século XIX baseado nos altos índices de mortalidade infantil e nas péssimas condições sanitárias do lar patriarcal então existentes no país. Em virtude da ideia de que se devia fazer filhos mais saudáveis para a pátria que a independência recém-inaugurara, impôs-se a convicção de que a velha família patriarcal não era capaz de zelar pela vida dos seus membros, havendo a necessidade de modernizar esse lar, abarrotando-o com prescrições científicas e cuidados mais satisfatórios, do ponto de vista da educação e da saúde (Trevisan, 2018).

O médico higienista passou a impor o seu fazer profissional para além das questões de enfermidade, passando a intervir também nas emoções e na sexualidade das pessoas. Era colocado que o prazer sexual poderia e deveria acontecer somente nos relacionamentos conjugais e heterossexuais, pois se acreditava que existiria mais segurança física e moral, melhorando os padrões reprodutivos para garantir filhos melhores e saudáveis à pátria. Tudo o que fugia desse padrão regulador era considerado anormal, dando margem à perseguição de celibatários, homossexuais e os chamados libertinos (Trevisan, 2018).

Isto posto, percebemos que, em diversos momentos da formação sócio-histórica do Brasil, a diversidade sexual representou uma abominação, sendo vítima dos mais diversos tipos de preconceitos. O período higienista empenhou-se em combater qualquer desvio sexual daquilo que considerava ser o correto para apresentar um Brasil “limpo”. Passados alguns séculos, é possível perceber forte reflexo do Brasil colonial e higienista no Brasil contemporâneo. Um exemplo, na atualidade, de controle das identidades sexuais e de gênero tidas como desviantes é o projeto de lei chamado de “Escola sem Partido”<sup>12</sup>.

O próprio Foucault (1988) já declarava que diversos dispositivos, como a psiquiatria e a justiça penal a partir do século XVIII e/ou do século XIX, passaram a ser utilizados como forma de coação para a manifestação da sexualidade, principalmente a homossexual. Entretanto, o tabu gerado em torno do sexo apenas serviu para inquietar as pessoas quanto ao tema e produzir uma sociedade adoecida. Exemplo disso é a pandemia da Aids, a qual poderia ter sido menos impactante caso as pessoas discutissem mais sobre questões sexuais.

Dados estimam que, entre 2021 e 2022, o número de mortes violentas desta comunidade cresceu cerca de 33,3% de acordo com o dossiê de mortes e violências contra LGBTQIA+ no Brasil. O país é atualmente, pelo quarto ano consecutivo, o que mais mata essa população (Bohrer, 2022). Trata-se de um índice alarmante, o qual demonstra que é necessário, de fato, um trabalho de uma rede de profissionais capacitados, entre eles assistentes sociais, para diminuir este número trágico.

---

<sup>12</sup> Escola sem Partido (EsP) é um movimento criado pelo jurista Miguel Nagib, em 2004, inspirando posteriormente um Projeto de Lei (PL) com o mesmo nome. O referido coletivo inspirou diversos PLs pelo Brasil, os quais visavam a impedir professores de lecionarem com criticidade sobre temas como gênero, sexualidade, religião e política em colégios (Chagas; Souza, 2018).

Além dos homicídios, um estudo recente da revista científica americana *Pediatrics* revelou que a população LGBTQIA+ também tem seis vezes maior chance de cometer suicídio. O risco de cometer o ato chega a 21,5% quando estes convivem em ambientes hostis à sua identidade de gênero ou à sua identificação sexual (Brunelli, 2021).

Essa população também tem dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTT), apenas 4% da população trans possui um emprego formal e cerca de 90% de transexuais e travestis no Brasil têm que recorrer à prostituição como forma de sobrevivência. Ainda sobre o mercado de trabalho, uma pesquisa realizada pelo Center for Talent Innovation concluiu, após levantamento, que 33% das empresas do Brasil não contratariam pessoas LGBTQIA+ para cargos de liderança (5 Dados [...], 2022).

Percebe-se, portanto, o motivo da predominância da homofobia no Brasil, além do fato de que ainda caminhamos a passos lentos quanto à discussão das problemáticas relacionadas à comunidade LGBTQIA+, como a formulação de políticas públicas de educação que estimulem o respeito à proteção dos seus direitos civis. Por exemplo, uma disciplina voltada ao estudo da diversidade sexual e de gênero nos colégios de ensino público e privado poderia ser criada.

## **2.2 A relação das políticas sociais e da questão social com a LGBTQIA+fobia**

Estamos vivenciando um contexto social no qual observamos um aumento do conservadorismo, fato esse derivado de múltiplos agentes, dentre estes, merece destaque o crescimento de correntes religiosas que se inseriram no meio da política, que são as chamadas bancadas evangélicas, que se proliferaram no meio da sociedade, adentrando massivamente no seio da população mais carente, na qual é notória a omissão do Estado e do poder público diante das mais variadas formas de mazelas, miséria, violência e sofrimento vivenciadas por essa população.

Nesse cenário, os grupos excluídos da sociedade (negros, pobres, LGBTQIA+, mulheres, indígenas) dependem de políticas sociais para minimizar as situações extremas de desigualdades sociais e violências que enfrentam diariamente. No entanto, é crescente o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas pertinentes, com as privatizações e as cobranças postas aos serviços sociais, transformando-os em mercadorias. Esses fatores são característicos do sistema capitalista contemporâneo, que

tem o neoliberalismo como projeto societário. Nesse sistema, a democracia, além da cidadania, é restrita, assim como a concentração de riqueza e patrimônio pertencem a determinada classe, a burguesia.

Para Ianni (1994), a mundialização do capital também produz e reproduz, de forma ampliada e globalizada, a questão social, tornando-se, dessa forma, um dilema mundial. Assim, a globalização da questão social é uma globalização, na qual estão presentes as contradições do trabalho, do capital, das etnias, dos gêneros, das religiões, dos idiomas, dentre outras.

O Brasil está inserido no mercado mundial do trabalho como um país de economia dependente, o que significa a sua subordinação às economias imperialistas, as quais ditam as normas e regras a serem seguidas pelos países periféricos. Assim, é imposta a ideologia política, econômica, social e cultural do neoliberalismo. Nesse sentido, o Brasil apresenta as desigualdades sociais próprias do sistema capitalista, além de aprofundá-las, devido à formação da sociedade brasileira, que foi fundada a partir de uma burguesia autocrática e de um sistema patriarcal e heteronormativo.

As formas de opressão como o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia auxiliam o modelo capitalista, na medida em que essas acabam por criar sistemas desiguais onde privilégios são criados e violências são normalizadas (Arruzza, 2015). Essas hierarquias facilitam a exploração dos grupos oprimidos pelo sistema. A exclusão de determinados sujeitos é extremamente lucrativa para o capital, o que torna essas opressões uma expressão direta da questão social.

A questão social, portanto, expressa as desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais das classes que disputam projetos societários. Nesse embate, as classes desfavorecidas lutam em prol do respeito aos direitos sociais, políticos, civis, econômicos e humanos. Contudo, o Estado, que, na maioria das vezes, quer resolver a questão social com ações repressivas através do poder coercitivo, vê-se obrigado, em alguns momentos, a atender a demandas da população através das políticas sociais. As políticas sociais são enfrentamentos às expressões da questão social no capitalismo, no entanto são focalizadas, buscando apenas reduzir essas expressões de forma separada, e não contribuem para o enfrentamento da questão social como um todo.

Mesmo com as suas problemáticas, as políticas sociais são extremamente necessárias. Quando debatemos a LGBTQIA+fobia no Brasil, um dos avanços mais importantes foi o programa Brasil sem Homofobia, de 2003, que buscava combater o

preconceito e a violência contra essa comunidade e tinha como principais objetivos: a promoção da cidadania LGBTQIA+, a denúncia de violação de direitos e a capacitação de profissionais que lidam diretamente com essa comunidade (Mello; Brito, 2012).

Em 2009, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, que tinha como objetivo principal “Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBTQIA+, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (Brasil, 2009, p. 10). Por meio do Plano Nacional e do Programa Brasil sem Homofobia, foi aberto o caminho para a construção, em 2012, da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+, que tem como objetivo:

Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2009, p. 32).

Outro exemplo importante de política pública para essa população foi a instituição dos Centros de Referência LGBTQIA+. Esses centros possuem a difícil missão de enfrentar as situações de violências que são vivenciadas por essa população e potencializar o desenvolvimento e emancipação dos indivíduos por eles atendidos (Dantas; Souza; Pinheiro, 2021). Seu funcionamento é similar aos Centros de Referência Especializados de Serviço Social e busca atender à população LGBTQIA+ em situação de violência ou de vulnerabilidade.

### **2.3 A relação das políticas sociais e da questão social com a LGBTQIA+fobia**

Na atualidade, o Serviço Social requer profissionais propositivos, que possam ser formuladores de políticas públicas, gestores e executores de políticas sociais, assim precisam, além de preservar, efetivar direitos a partir das demandas sociais contemporâneas, das novas formas de expressões da questão social, que surgem com as variadas formas das relações sociais, do mercado de trabalho e da mundialização. Portanto, para Netto (2011), o assistente social executa políticas sociais e políticas públicas, assim é um executor terminal de políticas sociais que intervêm na relação direta com a população usuária. Na atualidade, contudo, o próprio mercado demanda, além de

um trabalho, na esfera da execução, também a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais.

Dessa maneira, o Serviço Social, cujo aparecimento está relacionado com as mazelas próprias à ordem burguesa (Netto, 2011), depara-se, na contemporaneidade, com as mais variadas formas de opressão da classe proletária, dentre elas, as questões pertinentes à população LGBTQIA+, tornando imperioso que debates e reflexões sejam colocados em prática dentro da formação do profissional do Serviço Social, uma vez que a diversidade sexual e de gênero e todas as problemáticas que envolvem essa temática são colocadas diretamente na linha de frente de atuação desse profissional, que deve estar preparado para compreendê-las.

Ademais, a LGBTQIA+fobia está instituída nas mais variadas dimensões, sejam institucionais, jurídicas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Desse modo, é um fenômeno social e, como tal, deve ser combatido, de forma a desconstruir as representações que a validam. A discussão precisa sair do eixo da moral<sup>13</sup>, da guerra ideológica, e assumir um enfoque voltado para a garantia efetiva de direitos e para o fim da discriminação, da exclusão e das violências sofridas por essa parte da população.

O Código de Ética do Assistente Social pauta a defesa intransigente dos direitos dos cidadãos. Os assistentes sociais devem, assim, estar atentos para as múltiplas formas de opressão existentes na sociedade brasileira, atuando na proteção e garantia de direitos de pessoas de sexualidades e de gêneros dissidentes. Além disso, o Código de Ética do Assistente Social tem como um de seus princípios básicos: “[...] empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Cfess, 2012).

Toma-se como exemplo a campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 2006, intitulada: “O amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”, que teve como um de seus objetivos: “[...] sensibilizar a categoria das/os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate da livre orientação e expressão sexual como direito humano” (Cfess, 2016, p. 1).

Ainda observando o papel da atuação do/a Assistente Social para com a população LGBTQIA+, vale destacar que sua atuação na luta contra a opressão é respaldada pela resolução do CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, que, no artigo 1º, relata que:

---

<sup>13</sup> A moral trata-se de um conjunto de regras sociais baseadas em valores e juízos de valor, as quais irão nortear as condutas sociais dos indivíduos pertencentes a determinada sociedade (Cardoso, 2013).

As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir das reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente (Cfess, 2018, p. 1).

Isso demonstra o respaldo que o próprio Código de Ética dá aos/às Assistentes Sociais quanto à luta pela democratização dos direitos civis da comunidade LGBTQIA+, além do combate às diversas formas de preconceito e discriminação sofridas.

### **3 Conclusão**

O objeto de estudo perpassa a categoria do Serviço Social pelo fato de muitos e muitas LGBTQIA+ terem vários direitos sociais essenciais negados, como uma educação formal, assim diversas pessoas não terminam o ensino básico, devido ao preconceito e à discriminação, principalmente no caso de transexuais e das travestis, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho e fazendo com que fiquem à margem da sociedade quanto ao consumo de bens. Dessa forma, vendo-se, muitas vezes, obrigados a recorrer à criminalidade e/ou à prostituição, logo obedecendo à lógica capitalista de exclusão e aumentando seu exército industrial de reserva.

Diante dessa realidade, são de extrema importância as políticas sociais e a reflexão acerca da diversidade sexual e de gênero. Aquelas por tentar atender às demandas urgentes e necessárias pertinentes à comunidade LGBTQIA+ (inserção no mundo do trabalho, no meio escolar/acadêmico, nos diversos espaços de lazer, nas instituições de saúde, no acesso à justiça, entre outras áreas); esta com o objetivo de aprofundar o respeito mútuo, a tolerância entre os diversos pares, a convivência harmoniosa e a construção de uma sociedade mais solidária, ética e promotora da dignidade humana, que acolha as pessoas em suas subjetividades, modo de ser e viver, sem discriminações, preconceitos e/ou violências. Assim, teremos o combate efetivo à LGBTQIA+fobia.

Logo, em um contexto de recrudescimento do conservadorismo na sociedade, é essencial o posicionamento dos/as Assistentes Sociais contra qualquer tipo de discriminação. Desse modo, a luta continua contra os mais variados modos de opressão, compreendendo-se que estas se constituem como expressões da questão social, as quais são o foco principal da atuação da profissão.



## Referências

5 dados que expõem o desafio da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho. **Guia do Estudante**, São Paulo, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/orientacao-profissional/5-dados-que-expoem-o-desafio-da-populacao-lgbtqia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, [S.l.], n. 23, p. 33-58, 2015.

BOHRER, Larissa. Mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ sobem 33% em um ano no Brasil, diz relatório. **Rede Brasil Atual**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/05/12/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-sobem-33-em-um-ano-no-brasil-diz-relatorio/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção à Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRUNELLI, Felipa. Falar de suicídio entre as pessoas LGBTQIA+ é delicado, mas necessário. **Rede Brasil Atual**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/falar-de-suicidio-entre-as-pessoas-lgbtqia-e-delicado-mas-necessario/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CARDOSO, Davi Valois. O impacto das “fake news” na educação dos jovens do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 6, 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CFESS. **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CFESS. **O amor fala todas as línguas**: assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Brasília, DF: CFESS, 2016.

CFESS. **Resolução nº 845, de 26 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília, DF: CFESS, 2018.

CHAGAS, Inara; SOUZA, Isabela. Escola sem Partido: entenda a polêmica. **Politize**, [S.l.], 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DANTAS, Michel Hudson; SOUZA, Luana Vanessa Soares Pinto de; PINHEIRO, Samya Katiane Martins. Atuação do Serviço Social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 155-172, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octávio. **As ciências sociais na época da globalização**. São Paulo: Universidade de São Paulo 1994.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98919/000881973.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



**Capítulo 5**  
**É POSSÍVEL HAVER BEM-ESTAR NO TRABALHO NO**  
**CAPITALISMO? CRÍTICA MARXISTA A CONCEITOS**  
**BURGUESES**

*Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento*

*Edir Vilmar Henig*

# É POSSÍVEL HAVER BEM-ESTAR NO TRABALHO NO CAPITALISMO? CRÍTICA MARXISTA A CONCEITOS BURGUESES

***Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento***

*Doutorando em Serviço Social – UFRN*

*emillybezerraf@gmail.com*

***Edir Vilmar Henig***

*Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas – Universidade de Coimbra*

*edirhenig@hotmail.com*

## **RESUMO**

A busca por produtividade no trabalho levou o sistema capitalista a criar mecanismo que contribuam para que o trabalhador desempenhe suas funções de maneira mais eficiente para a acumulação de capital. O bem-estar no trabalho é uma destas ferramentas que possibilita que os trabalhadores se dediquem cada vez mais ao trabalho. De perspectiva multidisciplinar, o bem-estar no trabalho utiliza o conhecimento de várias áreas para produção de “felicidade” aos trabalhadores no ambiente de trabalho. Sendo assim, o objetivo deste estudo é realizar um debate sobre o bem-estar vinculado ao trabalho na sociedade capitalista contemporânea e compreender quais as suas limitações diante ao cenário de degradação do trabalho em sentido ontológico frente às modificações realizadas na reestruturação produtiva do capital.

**Palavras-chave:** Bem-estar no trabalho. Trabalho. Capitalismo.

## **ABSTRACT**

The search for productivity at work led the capitalist system to create mechanisms that contribute to the worker performing his functions more efficiently for the accumulation of capital. Well-being at work is one of these tools that enables workers to dedicate themselves more and more to their work. From a multidisciplinary perspective, well-being at work uses knowledge from several areas to produce “happiness” for workers in the work environment. Therefore, the objective of this study is to carry out a debate on the well-being linked to work in contemporary capitalist society and to understand what are its limitations in the face of

the degradation of work in an ontological sense, in view of the changes carried out in the productive restructuring of capital.

**Keywords:** Well-being at work. Work. Capitalism.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo bem-estar possui uma perspectiva holística, está muito presente nos discursos acadêmicos, nos setores organizacionais responsáveis pela gestão de pessoas. De perspectiva multidisciplinar o bem-estar no trabalho (BET) está ligado a estudos em áreas como a Saúde Coletiva, Psicologia, Administração, Medicina, Serviço Social tendo principal foco as questões relacionadas aos debates como saúde mental e das perspectivas da saúde no trabalho de forma geral.

Neste sentido, o trabalho é um ato da sociabilidade humana, tendo como fundamentos a relação com a natureza e sua transformação. Sendo assim, é possível destacar que os sujeitos são condicionados as sujeições do ambiente de trabalho e este influenciar o comportamento nas outras dimensões da vida humana, uma vez que a até mesmo a identidade do sujeito pode ser influenciada pelas imposições do trabalho. Conforme destaca Marx (2008, p. 47) “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”

Importa destacar que os trabalhadores passam significativa parte de suas vidas em função do trabalho, isso leva as organizações a pensarem maneiras de tornar este ambiente mais acolhedor, oferecendo condições que garantam certo nível de conforto aos trabalhadores. A percepção do bem-estar no trabalho torna o sujeito mais produtivo e conseqüentemente, poderá contribuir com os objetivos empresariais de maximizar sua acumulação com maior satisfação, sem questionar inclusive sua posição de explorado no sistema capitalista.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é realizar um debate sobre o bem-estar vinculado ao trabalho na sociedade capitalista contemporânea e compreender quais as suas limitações diante ao cenário de degradação do trabalho em sentido ontológico frente às modificações realizadas na reestruturação produtiva do capital.

Na esteira do que foi exposto, a nossa análise parte do que está aparente, ou seja, a preocupação do capital com o bem-estar do trabalhador no ambiente de trabalho, para uma crítica à essência dos interesses que não são percebidos pelo imediato. Neste sentido,

partimos da análise da concretude, tal qual Marx propõe, se deve começar pelo real e pelo concreto, aprofundando a percepção pelas abstrações que surgem como um processo natural.

A escolha metodológica para a interpretação do BET é então, o materialismo histórico e dialético que tem por prerrogativa a interpretação da realidade concreta do objeto, levando em conta sua construção histórica sem perder de vista suas contradições, nomeadamente, a contradição capital x trabalho.

## **2 CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS SOBRE BEM-ESTAR NO TRABALHO**

De princípio, é possível apontar que não há consenso na definição conceitual do BET. No entanto, importa destacar que o bem-estar não é um sinônimo para qualidade de vida ou felicidade, mas que são construtos divergentes que caminham no mesmo sentido. Sendo assim, recorreremos à Garcez, Antunes e Zarife (2018) para sustentar a informação de que não existe consenso sobre um conceito de bem-estar no trabalho.

Embora o BET não apresente um conceito estruturado e aceitável pelos teóricos, encontramos necessidade de conceituar o bem-estar enquanto sentido geral e para isso, partimos dos pensamentos e apontamentos de Santos e Ceballos (2013), que destacam a importância fundamental das pesquisas e dos debates fundamentais na área do bem-estar, corroboram para a discussão os estudos de Paschoal e Tamayo (2008); e Siqueira e Padovam (2008).

De acordo com Santos e Ceballos (2013) existem três concepções contemporâneas na perspectiva do bem-estar, sendo elas: bem-estar psicológico (BEP), bem-estar subjetivo (BES) e bem-estar no trabalho (BET) que representam as evoluções mais recentes no debate em torno da temática para a construção de conhecimento deste campo.

Rossi *et al.*, (2020) destacam o conceito de bem-estar subjetivo como sendo uma percepção geral que o sujeito tem de sua própria vida, fazendo um balanço sobre as experiências positivas e negativas experimentadas ao longo da vida. Os afetos positivos podem ser compreendidos como sentimentos transitórios, aos quais estão relacionados à atividade do ser, motivação, ao processo de alerta e entusiasmo. Já os afetos negativos também são sentimentos transitórios, mas que se vinculam às emoções como ansiedade, depressão, pessimismo, entre outras (ALBUQUERQUE; TRÓCOLLI, 2004 apud PASCHOAL; TAMAYO, 2008).

A satisfação da vida seria, portanto, um julgamento cognitivo que o indivíduo apresenta frente às circunstâncias da vida e os relacionando aos seus aspectos morais. Desse modo, um estado de bem-estar seria desenvolvido em um cenário que a construção de vida se amparasse na predominância de afetos positivos. Neste cenário os afetos negativos seriam quase nulos, ocasionando de fato uma satisfação com a vida.

Já a concepção de bem-estar psicológico compreende outro entendimento do que é felicidade, pois alinha seu entendimento com o pensamento aristotélico. O filósofo grego Aristóteles destacava que todos os comportamentos humanos buscavam a felicidade - em uma perspectiva hedônica - em si ou a eudaimonia. Este conceito

(...) refere-se ao estado subjetivo de felicidade, denominado bem-estar subjetivo (BES), enquanto a segunda tem como foco o potencial humano - bem-estar psicológico. O BES refere-se à autoanálise das pessoas com relação às suas vidas, considerando-se as reações emocionais e os julgamentos sobre a satisfação com a vida em aspectos variados, como trabalho e casamento (OLIVEIRA; GOMIDE JUNIOR; POLI, 2020).

Sendo assim, é possível definir que o bem-estar psicológico pode compreender as dimensões de autoaceitação na perspectiva de autonomia, propósito de vida, crescimento pessoal, além das potencialidades e/ou habilidades que um indivíduo é capaz de desenvolver. Seguindo neste sentido, Horn et al. (2004) apontaram cinco dimensões para embasamento da análise: a dimensão afetiva, de bem-estar profissional, de bem-estar social, de cansaço cognitivo e de dimensão psicossomática. O segundo aspecto parte do entendimento de Siqueira, Orengo e Peiró (2014) sobre bem-estar no trabalho, o qual seria formado por uma tríade composta por: satisfação, envolvimento e comprometimento organizacional afetivo com o trabalho.

Seguindo a terceira perspectiva de bem-estar, nomeadamente, bem-estar no trabalho, contudo Rossi *et al.* (2020) apontam que não uma delimitação conceitual que tenha consenso no meio acadêmico especializados para esta categoria. Sendo assim, é proposto apresentá-la com uma perspectiva hedonista, uma vez que se compreende a felicidade como momentos de prazer ou desprazer associados aos elementos da vida, os quais podem ser julgados como positivos ou negativos mediante o contexto. Nesse sentido, as emoções e os humores, conhecidos também como afetos, estariam muito atreladas ao processo de satisfação com a vida (PASCHOAL; TAMAYO, 2008).

Com base no entendimento do conceito de felicidade aplicado pela teoria do bem-estar subjetivo, se considera uma dupla dimensão dos afetos, nomeadamente, positivos e

negativos em torno da satisfação com a vida (ALBUQUERQUE; TRÓCOLLI, 2004 apud PASCHOAL; TAMAYO, 2008). O afeto positivo pode ser compreendido como um sentimento transitório, o qual está relacionado à atividade do ser, motivação, ao processo de alerta e entusiasmo. Já o afeto negativo também é um sentimento transitório, mas que se vincula a emoções como ansiedade, depressão, pessimismo, entre outras.

A satisfação da vida seria, portanto, um julgamento cognitivo que o indivíduo apresenta frente às circunstâncias da vida e os relacionando aos seus aspectos morais. Desse modo, um estado de bem-estar seria desenvolvido em um cenário que a construção de vida se amparasse na predominância de afetos positivos. Neste cenário os afetos negativos seriam quase nulos, ocasionando de fato uma satisfação com a vida.

Dentro dessa concepção de bem-estar no trabalho, é possível relacionar a produção de emoções positivas no trabalho ao modo como o indivíduo desenvolve suas habilidades na organização, ao passo que alcança metas pessoais ou no próprio ambiente de trabalho (GARCEZ; ANTUNES; ZARIFE, 2018).

Apresentadas as principais concepções do bem-estar no trabalho, nosso objetivo a partir desse momento é fazer a crítica a partir do entendimento marxiano do trabalho e suas imbricações na sociedade moderna contrapondo a ideia de bem-estar no trabalho na sociedade capitalista.

O primeiro componente da tríade já apresentados, a satisfação pessoal, está relacionada com a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras sobre seu trabalho, intencionando saber se este os/as preenche ou se ao menos tem consentimento para tal.

Já o segundo pilar desta tríade, o envolvimento com o trabalho, está relacionado ao grau de identificação do indivíduo com as suas atividades de trabalho, além de compreender a importância deste para a formação de sua autoimagem. Quando os trabalhadores e trabalhadoras estão altamente envolvidos no processo produtivo, lhes são possibilitadas grandes satisfações e realizações, pois estão completamente imersos durante a realização de suas atividades (MUCHINSKY, 2004 apud GARCEZ, ANTUNES; ZARIFE, 2018, p. 144). Neste sentido, a ciência burguesa produz técnicas para a extração de mais-valor dos trabalhadores produzindo neles sentimentos de valorização pessoal e profissional.

Por fim, a última base que sustenta essa concepção é a do comprometimento organizacional afetivo, onde os trabalhadores e trabalhadoras se identificam com a



empresa para a qual vendem sua força de trabalho com o objetivo de nela permanecerem para o alcance dos seus próprios objetivos (SIQUEIRA; OREGON; PEIRÓ, 2014).

Contrapondo esta perspectiva, Lukács (2013, p. 465) destaca que “A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” sendo assim, a afetividade se apresenta como expressão subjetiva dos seres humanos, resultado da atividade social desenvolvidas que se demonstram da sensação de prazer, bem-estar, satisfação, entre outros sentimentos naturais da humanidade.

Sendo assim, o trabalho na perspectiva marxista é compreendido em seu sentido ontológico, sendo assim, Marx (2017) estabelece a categoria trabalho como sendo um processo relacional existente entre o indivíduo e a natureza. Sendo que, por meio de sua ação, o sujeito pode mediar, regular e controlar o fluxo da sua relação com a natureza, sendo o único ser capaz de realizar tal atividade.

A sua exclusividade em realizar tal feito está relacionada à sua capacidade teleológica<sup>14</sup>, a qual possibilitou o salto ontológico, ou seja, momento de transição da animalidade para a sociabilidade. É a partir da construção e complexificação do ser social, que as necessidades de satisfação surgem no cotidiano dos sujeitos, oriundos do desenvolvimento e complexificação das próprias relações humanas - por exemplo, através da linguagem (LUKÁCS, 2013).

No entanto, o modo de produção capitalista que tem no trabalho sua centralidade se manifesta nas relações diretas com o seu desenvolvimento. O trabalho em sentido ontológico sofre alterações e ocupa um novo espaço nesse modelo de produção, adquirindo lugar central.

Ao analisarmos o bem-estar psicológico no trabalho a partir do que já foi discutido, recorreremos a Ferraz (2020, p. 78) para apontar uma das tendências que Marx apresenta ainda no século XIX para o capitalismo tardio, onde “o indivíduo concreto pode vir a sucumbir objetivamente e subjetivamente”, chegando ao ponto onde ele não reconhece a si mesmo dentro do processo produtivo e nem ao que de fato produziu. Neste sentido, o indivíduo perde sua capacidade de se reconhecer no processo produtivo, implicando na obrigação dos trabalhadores e trabalhadoras de entregar a riqueza produzida por eles para os compradores de sua força de trabalho.

---

<sup>14</sup> expressão utilizada para apresentar o fato de que o ser humano é o único ser da natureza a pensar no resultado do seu trabalho, de elaborá-lo no plano ideal antes de vir a reproduzi-lo no plano real

Um dos responsáveis por estimular essa ausência de reconhecimento é o trabalho assalariado. Netto (2009, p. 104) destaca que "(...) Do ponto de vista ideológico, aliás, o regime salarial contribui para difundir a falsa ideia, tão cara aos capitalistas, segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho." Neste sentido, importa destacar que é por meio do assalariamento que se estabelece na sociedade burguesa um acordo que teoricamente expressa igualdade, mas que esconde um caráter de exploração da força de trabalho porque se apropria do mais-valor e reforça o estranhamento do trabalhador mediante o processo produtivo.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. [...] O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que se produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente a vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob domínio do seu produto, do capital (MARX, 2010, p. 80, 81) (Grifos do autor).

Nesse sentido, como seria possível então se identificar? Ser preenchido por um trabalho que visa a produção de objetos onde o valor de troca assume maior importância do que o valor útil e receber uma parte apenas do que produziu, pois fez um acordo desigual com os proprietários dos meios de produção sem ao menos estar ciente disso?

Siqueira e Padovam (2008) destacam que quando os trabalhadores e trabalhadoras estão altamente envolvidos no trabalho, eles irão encontrar satisfação sendo absorvidos na realização de suas atividades. Quando envolvidos em um cenário de completa absorção, os trabalhadores irão ter um desgaste imenso (físico e mental) e, mesmo que recebam um salário acima da média, não conseguirão usufruir da sua

produção, pois precisam de até mesmo de tempo para a reprodução da força de trabalho, tornando impossível o enriquecimento de suas capacidades humanas.

O enriquecimento pertence apenas aos proprietários dos meios de produção, aos que vendem a força de trabalho cabe a ilusão de superação da pobreza, contudo cabe apenas o empobrecimento - a perda de suas capacidades mentais e subjetivas. Assim, perde a si a partir do momento em que sua vida não é mais de sua posse, mas pertence ao objeto, neste sentido Engels (2010, p. 143) salienta que "(...) a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto (...)".

Tal movimento impossibilita o trabalho de ocupar seu lugar ontológico como produção emancipada da humanidade, afastando-o de sua perspectiva de transformação e sendo considerado apenas uma forma de subsistência (FERRAZ, 2020). Os novos modelos de gestão associados às teorias organizacionais que se desenvolveram através do tempo, buscam mascarar a exploração da força de trabalho e a apropriação da mais-valia pelos capitalistas.

(...) A condenação a semelhante trabalho, que toma do operário todo tempo disponível, que mal o deixa comer e dormir, e não lhe permite fazer exercícios físicos e desfrutar da natureza, sem fala da ausência de atividade intelectual - a condenação a um tal trabalho não rebaixa o homem a condição animal? (...) (ENGELS, 2010, p. 158).

Este movimento, amparado pela ciência - burguesa - condicionam os trabalhadores e trabalhadora a acreditar que está se realizando enquanto indivíduo ao passo que estão sendo usados e explorados em um ritmo cada vez maior e em um cenário que fomenta adoecimentos, como veremos a seguir.

As modificações na esfera produtiva a partir da década de 1970 e a ampla adesão das novas tecnologias no processo produtivo possibilitaram a intensificação do trabalho e deram novas roupagens a sua precarização.

[...] as alterações na base tecnológica não liberaram o homem para o ócio, para o lazer, para a autorrealização, mas sim para a pauperização dos que vivem sem emprego ou para a intensificação da jornada laboral pela liberdade espaço-temporal adquirida via tecnologias de comunicação (FERRAZ, 2010, p. 97).

Neste sentido, de acordo com Marx (2006, p. 25) "está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...]". N'O capital, Marx faz uma análise econômica e social, onde a partir destas apresenta a condição de sofrimento da classe trabalhadora

mediante o cenário de exploração e de novas formas de precarização. Sendo assim, as necessidades do capital se encontram acima das próprias necessidades dos trabalhadores, resultando no desgaste físico e mental.

O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e pela duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? (MARX, 2013, p. 342).

A análise de conjuntura feita por Marx apresenta expressões do pauperismo, do sofrimento, da loucura e até mesmo do suicídio estão sendo produzidas de modo dialético (COSTA, 2022). Nesse sentido, Bechara-Maxta (2022, p. 58) apresenta que o grau de desenvolvimento das forças produtivas, do dispêndio de energia durante o processo de trabalho e considerando os limites da jornada deste, “o consumo da força de trabalho pode levar à perda das capacidades físicas, cognitivas e psíquicas, ou mesmo esgotar a vida do trabalhador”.

Quando os estudos sobre adoecimento nos trabalhadores estão sendo desenvolvidos, muitas enfermidades não são consideradas como doenças profissionais, pois não se observa a relação direta entre o adoecimento e o processo de trabalho. Aparecem elementos, ainda, como a poli sintomatologia, impactando trabalhadores e sua produtividade.

Quando identificadas são vinculadas à idiosincrasia da classe trabalhadora, compreendendo que os sintomas apresentados resultam de escolhas particulares e que não apresentam elo com o processo produtivo. Neste sentido, Engels (2010, p. 155) ressalta que “(...) A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar (...)”.

De acordo com dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2023), os transtornos mentais e comportamentais têm como posição o 3º lugar no ranking dos adoecimentos que mais causam afastamento do trabalho. Vale reforçar que esses dados apresentam um quantitativo inenarrável de subnotificações, pois é como responsabilizar questões subjetivas e condições genéticas na análise desses adoecimentos.

Outro dado importante é o apresentado pela *Pan-American Organization* (PAHO), a qual revela que o Brasil ocupa 2º lugar entre os países Pan-Americanos com maiores

índices (levando em consideração uma idade padrão a cada 100.000 habitantes) de pessoas que perderam anos de vida com plena saúde (PAHO, 2021) devido a transtornos mentais.

Assim, acreditamos que o modo de ordenamento orquestrado pelo capitalismo, principalmente no tocante ao trabalho, fomenta a origem de determinações para o adoecimento.

### **3 CONCLUSÃO**

As reflexões aqui postas não estão objetivadas no estabelecimento de um fim a discussão, antes, é necessário dar amplitude a discussão, aprofundar as reflexões sobre a relações capitalistas e o trabalho. Expor a necessidade dos trabalhadores em usufruir de bem-estar no trabalho não elimina a contradição existente na prática entre capital x trabalho.

O que se percebe é que o BET surge na eminência de trazer maior produtividade no trabalho via técnicas que aprimoram a qualidade de vida na perspectiva da proporcionar felicidade ao trabalhador no ambiente de trabalho. Neste sentido, as organizações passam a produzir um ambiente que elimine a sofrimento ao trabalhador, um flagrante contradição ao modo de produção capitalista.

(...) Ou devemos desesperar inteiramente da humanidade, de suas aspirações e de seus empenhos, ao ver que todo nosso sofrimento e nosso trabalho conduziram a resultados que nos escarnecem ou devemos admitir que, até hoje, a sociedade humana procurou a felicidade por caminhos errados (ENGELS, 2010, p. 184).

As conquistas da classe trabalhadora em melhores condições de trabalho, de qualidade de vida e de bem-estar no ambiente de trabalho, não devem sucumbir a busca pela emancipação desta classe, ao contrário. Um ambiente de trabalho minimamente saudável deve servir para que a classe trabalhadora se organize e busque sua emancipação rumo a superação do modo de produção capitalista.

### **REFERÊNCIAS**

BECHARA-MAXTA, B. S. B. **As lutas operárias na determinação do desgaste e reprodução da força de trabalho na ordem do capital: construção compartilhada**

**do conhecimento sobre trabalho e saúde com operários no Vale do Aço-MG.** Tese de Doutorado em Saúde Pública - Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

BRASIL. Observatório de Saúde do Trabalhador. **Afastamentos conforme a Classificação Internacional de Doenças - Tipos Acidentários (B91).** Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilCasosAfastamentos>. Acesso em: 04 abr. 2023.

COSTA, P. H. A. da. Marx sobre a loucura. **Revista Dialectus**, v. 26, n. 26, 2022, pp. 11-31.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal : rediscutindo categorias.** 2010. 274 f. Tese de Doutorado em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22741/000738968.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

FERRAZ, J. de M. A noção de sucesso na sociedade capitalista: entre o mérito e a impessoalidade no trabalho. **Scribes-Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, v. 1, n. 2, 2020.

GARCEZ, L.; ANTUNES, C. B. L.; ZARIFE, P. DE S. Bem-estar no trabalho: revisão sistemática da literatura brasileira. **Aletheia**, v. 51, n. 1-2, p. 143-155, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-03942018000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-03942018000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 19 abr. 2023.

HORN, J. E. et al. The structure of occupational well-being: A study among Dutch teachers. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 77, n. 3, p. 365-375, set. 2004.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Sobre o Suicídio.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. *Contribuições à Crítica da Economia Política.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital I: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma introdução crítica.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

OLIVEIRA, Áurea F.; GOMIDE JUNIOR, Sinésio; POLI, Bânia V. S. Antecedentes de Bem-estar no Trabalho: Confiança e política de gestão de pessoas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, n. 1, p. eRAMD200105, 2020.

PAHO. **The Burden of Mental Disorder**. Disponível em: <https://www.paho.org/en/enlace/burden-mental-disorders#specmh>. Acesso em: 06 abr. 2023.

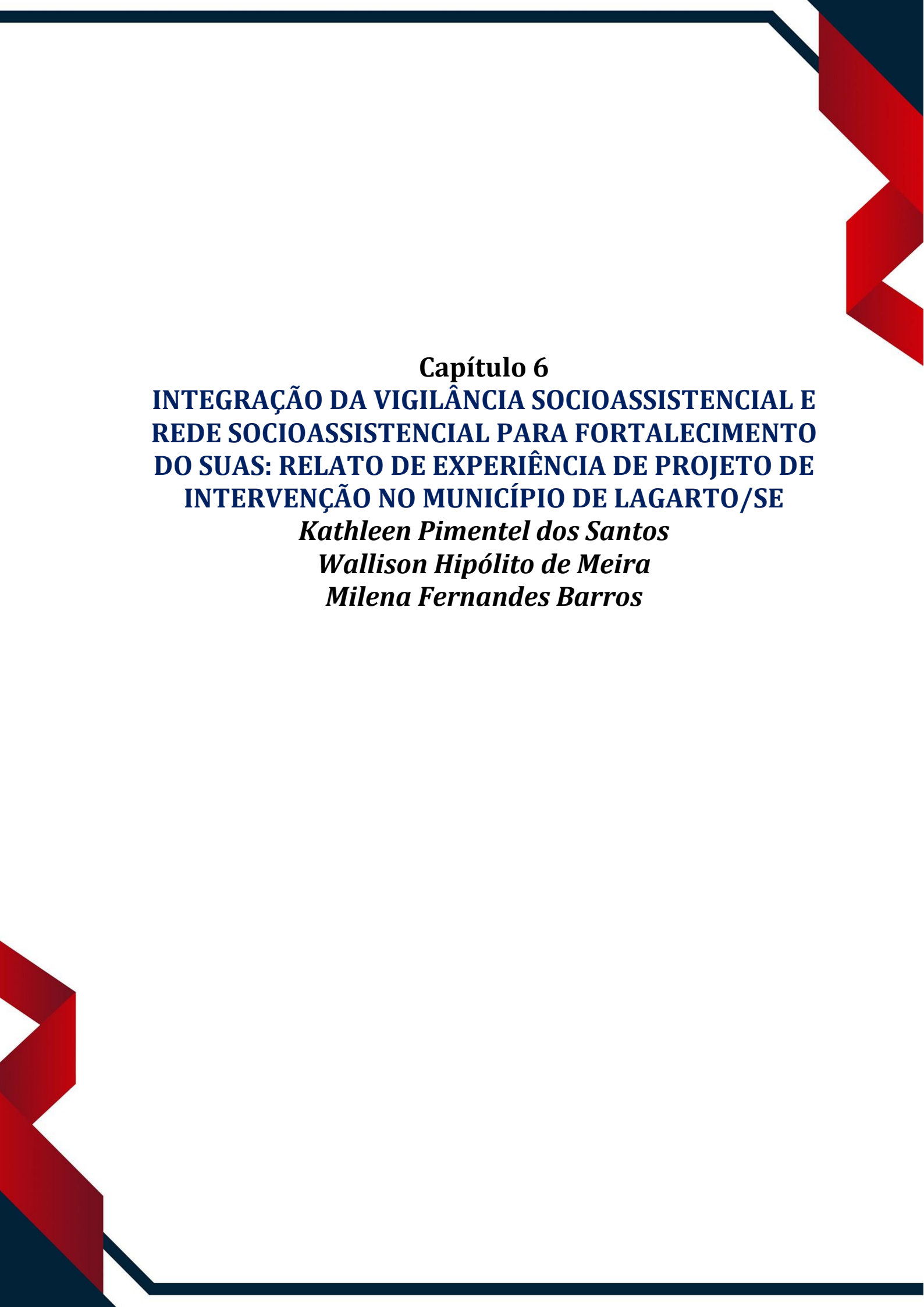
PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Construção e validação da Escala de bem-estar no trabalho. **Avaliação Psicológica**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 11-22, abr. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712008000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ROSSI, Valquíria Aparecida *et al.* Reflexões sobre Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. **Revista Organizações em Contexto**, v. 16, n. 31, p. 151–175, 24 nov. 2020.

SANTOS, G. B.; CEBALLOS, A. G. DA C. D. Bem-estar no trabalho: estudo de revisão. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 2, p. 247–255, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yxSpyr53Njj8Z8HxmsTp7CJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 201–209, jun. 2008.

SIQUEIRA, M. M. M.; ORENGO, V.; PEIRÓ, J. M. (2014). Bem-estar no trabalho. In: M. M. M. Siqueira (Org.). **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**.



**Capítulo 6**  
**INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E**  
**REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA FORTALECIMENTO**  
**DO SUAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE**  
**INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE**

*Kathleen Pimentel dos Santos*

*Wallison Hipólito de Meira*

*Milena Fernandes Barros*



**INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E REDE  
SOCIOASSISTENCIAL PARA FORTALECIMENTO DO SUAS: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
LAGARTO/SE**

***Kathleen Pimentel dos Santos<sup>15</sup>***

*Assistente Social; Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe; e-mail: pimentelk18@hotmail.com;*

***Wallison Hipólito de Meira<sup>16</sup>***

*Assistente Social; Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe; e-mail: wallisonhipolito@hotmail.com;*

***Milena Fernandes Barros<sup>17</sup>***

*Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS).  
Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail:  
mibarroso@yahoo.com.br*

**RESUMO**

O presente artigo apresenta reflexões acerca da Vigilância Socioassistencial enquanto eixo da Política de Assistência Social capaz de potencializar as ações do Sistema Único de Assistência Social em integração com a rede socioassistencial. Trata-se de um relato de experiência do projeto “Vigilância Visita: tecendo estratégias de aproximação com a rede socioassistencial” desenvolvido no setor da Vigilância Socioassistencial do município de Lagarto/SE junto a rede

---

<sup>15</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: [pimentelk18@hotmail.com](mailto:pimentelk18@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6539-6056>.

<sup>16</sup> Assistente Social. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [wallisonhipolito@hotmail.com](mailto:wallisonhipolito@hotmail.com)

<sup>17</sup> 3 Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [mibarroso@yahoo.com.br](mailto:mibarroso@yahoo.com.br).

socioassistencial do município em 2022. As análises efetuadas evidenciam que a Vigilância Social ao cumprir a função de produzir informações territorializadas reconhece a importância dos equipamentos sociais na identificação e repasse das informações territoriais, além de evidenciar como esta construção possibilita formular estratégias com vistas à proteção social e à melhoria da qualidade de vida da população favorecendo os programas, projetos e benefícios ofertados por esses equipamentos.

**Palavras-chave:** Vigilância Socioassistencial. Rede Socioassistencial. Informações territorializadas.

#### **ABSTRACT**

This article presents reflections on the Socio-Assistance Surveillance as an axis of the Social Assistance Policy capable of enhancing the actions of the Unified Social Assistance System in integration with the social assistance network. This is an experience report of the project "Surveillance Visits: weaving strategies of approximation with the social assistance network" developed in the sector of the Socio-Assistance Surveillance of the municipality of Lagarto/SE together with the social assistance network of the municipality in 2022. The analyses carried out show that Social Surveillance, when fulfilling the function of producing territorialized information, recognizes the importance of social equipment in the identification and transfer of territorial information, in addition to evidencing how this construction makes it possible to formulate strategies with a view to social protection and improvement of the quality of life of the population, favoring the programs, projects and benefits offered by these equipments.

**Keywords:** Socio-Assistance Surveillance. Socio-assistance Network. Territorialized information.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta reflexões teóricas acerca da aproximação da Vigilância Socioassistencial com a rede socioassistencial num município de médio porte, com o objetivo de destacar como essa integração pode potencializar as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Vigilância Social promove a sistematização de informações territorializadas e requer o permanente diálogo com a rede socioassistencial por meio de um princípio comum: a adequação da oferta dos serviços e benefícios tendo como base o território e as necessidades da população, como preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS).

Este contexto fomentou o desenvolvimento do Projeto de Intervenção "Vigilância Visita: tecendo aproximações com a rede socioassistencial", desenvolvido por ocasião do

estágio supervisionado em Serviço Social realizado no setor da Vigilância no município de Lagarto/SE no período de 31 de janeiro de 2022 a 13 de dezembro de 2022. Por meio de revisão bibliográfica e, também, de observações do estágio supervisionado desenvolvido no setor, elaborou-se uma proposta para contribuir com a redução do desconhecimento por parte da rede socioassistencial do papel da Vigilância enquanto eixo da Assistência Social, além da incompreensão da relevância dos equipamentos sociais na produção de dados e informações territoriais.

Assim, o presente artigo é uma sistematização do Projeto e consta de dois itens. o primeiro, aborda aspectos da Vigilância Socioassistencial, evidenciando a importância da sua relação com a rede socioassistencial para o fortalecimento da gestão do SUAS. O segundo apresenta o relato de experiência a partir do desenvolvimento do projeto de intervenção. Destaca-se as atividades realizadas, o alcance dos objetivos e os resultados obtidos a partir da sua aplicação.

## **1 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, REDE SOCIOASSISTENCIAL E INFORMAÇÕES TERRITORIALIZADAS: VINCULAÇÃO FUNDAMENTAL PARA A GESTÃO DO SUAS**

Em sua dimensão teórico-conceitual, a concepção de território adotado pela Política Nacional Assistência Social não se limita a apreensão do espaço geográfico, apontando diferentes arranjos e configurações socioterritoriais (BRASIL, 2004). Essa dimensão é reforçada novamente por meio da Norma Operacional Básica - NOB SUAS/2005 que estabelece a lógica de organização, gestão e provisão das ações no âmbito da assistência social, concebendo o território como base de organização do sistema.

Autores como Koga e Nakano (2005) apontam a necessidade da compreensão e incorporação da dimensão territorial como ação estratégica para o desenvolvimento das políticas públicas de Assistência Social ao despontar as potencialidades ativas no território. Essa perspectiva contempla o que pressupõe a PNAS (2004) quando determina em suas diretrizes a territorialização como princípio fundamental para a organização do SUAS/2005 em observância a heterogeneidade e a desigualdade socioterritorial. Essa assertiva traz a compreensão de que as ações continuadas da Assistência Social devem “ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais” (BRASIL, 2004, p.37).

Assim, a perspectiva territorializada na operacionalização dos serviços e benefícios da Assistência Social incorporada pela NOB-SUAS/2005 vincula-se fundamentalmente à função da Vigilância Socioassistencial. A Vigilância Socioassistencial foi concebida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) enquanto um dos objetivos da Assistência Social, mas conquistou centralidade no conteúdo da Norma Operacional Básica do SUAS de 2012, que a define como uma das três funções da Política de Assistência Social.

A Vigilância Social constitui-se como área vinculada à gestão do SUAS que tem como responsabilidade precípua a sistematização de informações territorializadas. Representa, dentro das funções da Assistência Social, um instrumento capaz de identificar e prevenir as situações de riscos e vulnerabilidade social identificadas no território. De acordo com a LOAS, a Vigilância Socioassistencial deve “analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” (BRASIL, 2011).

Conforme determinado pela NOB-SUAS (2012), a Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa nas esferas municipal, estadual e federal da Política de Assistência Social, em permanente diálogo com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial e com a própria Gestão do SUAS. Essa direção está vinculada a compreensão de que os serviços ofertados devem seguir “à lógica de proximidade com o cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43).

Portanto, a Vigilância Social se encontra com a rede socioassistencial através de dois pontos principais: em primeiro, são os equipamentos sociais que mantêm contato direto com as demandas sociais pertencentes a sua localidade, atendendo diariamente as requisições das famílias e comunidades a partir do território, entregando como devolutiva o preenchimento de instrumentos, como o Relatório de Gestão e o RMA, com dados e informações referentes aos serviços prestados em cada território. Em segundo, a Vigilância Social ao produzir planos e diagnósticos por meio da incorporação e análise das informações repassadas pela rede socioassistencial consegue apresentar uma visão de totalidade sobre o território, possibilitando a construção de estratégias que potencializem as ações dos programas, projetos e serviços prestado ao evidenciar as particularidades territoriais.

A necessidade que move a aproximação entre a Vigilância Socioassistencial e a rede socioassistencial motivou o planejamento e desenvolvimento do Projeto de Intervenção “Vigilância Visita: tecendo estratégias de aproximação com a rede socioassistencial”, ao considerar que esta aproximação permite “construir uma relação intrínseca entre as necessidades da população e as ofertas necessárias para o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais” (SANTOS; MEIRA; SANTOS, 2022, p. 5). Sendo está uma realidade que deve ser difundida e defendida no município de Lagarto/SE, a fim de consolidar da Vigilância Social como fundamental à Política de Assistência e ressaltar a requisição da Rede de Proteção Social na promoção dessa função.

## **2 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E REDE SOCIOASSISTENCIAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA**

A Vigilância Socioassistencial tem enfrentado dificuldades no que diz respeito ao seu reconhecimento. Embora seja estabelecida como uma das funções da Política de Assistência Social e tenha potencial de favorecer melhorias na gestão do SUAS, há um impasse na sua adesão por parte das gestões estaduais e municipais, além de um desconhecimento por parte da rede socioassistencial (SANTOS; MEIRA; SANTOS, 2022). Considerando que essa realidade também se aplica no município de Lagarto, torna-se necessário uma aproximação da rede com a realidade da Vigilância de modo a fornecer visibilidade para sua função e fortalecer estrategicamente sua relação com a rede.

A implementação da Vigilância Socioassistencial no município ocorreu em meados de 2019. Portanto, suas ações iniciais aconteceram em contexto atípico devido à pandemia da Covid-19, que chegou ao Brasil com alto número de infectados e mortes a partir de 2020. Essa condição pode ter, em algum grau, comprometido a celeridade do processo de sua implantação no município, visto que a vigilância socioassistencial ainda possui uma equipe reduzida e mantém-se em caráter informal<sup>18</sup>. Essa condição não é uma exceção da Vigilância de Lagarto, posto que segundo o Censo SUAS (2019), a adesão

---

<sup>18</sup> De acordo com o Manual Censo SUAS (2022), caracteriza-se como formal “a existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação etc.), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros”. Considera-se informal: a existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com gerência, coordenação etc., mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros. Considera-se não constituído: não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão” (MANUAL CENSO SUAS, 2022, p. 3).

formal da Vigilância Socioassistencial na gestão municipal da Assistência Social não ultrapassava a taxa 31,8%, enquanto na gestão informal marcava 36,9%.

Em Lagarto, a Vigilância Socioassistencial conta com uma equipe formada por um assistente social na função de coordenador e um técnico de informática, como apoio técnico. A equipe profissional da Vigilância dispõe de um espaço físico com sala própria na Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho e de materiais como internet, pastas de arquivamentos, mesa, cadeira, computador, papel, canetas, etc., ofertados pela própria instituição. Cabe destacar que por não existir formalmente os recursos da Vigilância são oriundos de “brechas” dentro do próprio orçamento da Assistência Social.

Os desafios encontrados no âmbito da Vigilância Socioassistencial no município de Lagarto estão ligados à implantação informal da Vigilância. A ausência de um orçamento formal interfere nos recursos que seriam próprios da Vigilância, o que torna o setor como um todo limitado ao repasse do orçamento da Assistência Social que não foi utilizado.

Essa mesma questão afeta na formação da equipe multidisciplinar, dado que, embora Lagarto seja um município extenso do ponto de vista populacional e territorial, a vigilância ainda segue com equipe reduzida, o que acarreta sobrecarga de tarefas para o coordenador, como profissional de Serviço Social. Outro ponto identificado como desafio é a falta de reconhecimento, por parte da rede municipal, da importância da função da Vigilância Socioassistencial no contexto do SUAS.

Afirmar a função da Vigilância na realização de planos e diagnósticos com base no reconhecimento das especificidades territoriais e do conhecimento das famílias para a rede de proteção social do município representa a possibilidade de fortalecer e ampliar o alcance da Política de Assistência Social. Em primeiro, porque o contato aproximado dos equipamentos da rede socioassistencial com a comunidade, através do atendimento e da prestação de serviços sociais, são essenciais para verificação e repasse das particularidades locais. Em segundo, porque as informações coletadas podem fornecer subsídios para formulação de estratégias para o fortalecimento da proteção social e a garantia da oferta de programas, projetos e benefícios por esses equipamentos, que são cruciais para a sobrevivência de inúmeras famílias.

Para consolidar a importância da Vigilância Socioassistencial na gestão do SUAS e reforçar a necessidade de sua articulação com a rede foi desenvolvido um projeto de intervenção vinculado ao estágio supervisionado de Serviço Social com a proposta de

realizar atividades informativas e de capacitação voltadas aos/às coordenadores/as dos equipamentos dos SUAS e demais sujeitos constitutivos da gestão municipal da assistência social em Lagarto.

O projeto de intervenção “Vigilância Visita: tecendo estratégias de aproximação com a rede socioassistencial” realizou um encontro geral com coordenadores/as dos equipamentos dos SUAS, a gestão municipal e a equipe da Vigilância Socioassistencial de Lagarto. A proposta central do encontro foi a apresentação do papel da Vigilância Socioassistencial para a Política de Assistência Social e os desafios de uma aproximação com a rede socioassistencial, a ação dedicou-se em superar o desconhecimento das equipes da rede socioassistencial sobre a função da Vigilância Social para potencializar mudanças favoráveis na gestão do SUAS. Um outro ponto do encontro consistiu na exposição produtos desenvolvidos pela equipe da Vigilância, priorizando o Diagnóstico Socioterritorial<sup>19</sup> produzido durante o ano de 2022. A ideia de apresentar o Diagnóstico Socioterritorial de Lagarto objetivou ampliar o conhecimento territorial das equipes de referência, além de reforçar a relevância da construção de informações territorializadas para a gestão do SUAS.

No segundo momento da intervenção ocorreu a realização de oficina com coordenadores/as dos equipamentos dos SUAS e demais profissionais envolvidos na Política de Assistência Social visando capacitá-los/as sobre a dimensão territorial no desenvolvimento de políticas públicas a partir das particularidades encontradas. A proposta teve como objetivo a construção de estratégias de fortalecimento da dimensão territorial com as equipes do SUAS para possíveis melhorias na gestão da Política de Assistência Social no município de Lagarto, ressaltando a necessária aproximação da rede socioassistencial com a Vigilância Socioassistencial.

As atividades desenvolvidas trouxeram provocações a respeito das dificuldades do trabalho resultado do desconhecendo do território e da população, trazendo relatos da realidade vivenciada pelos/as participantes em seus respectivos equipamentos. O objetivo dessa dinâmica era justamente ressaltar como é difícil produzir uma intervenção qualificada sobre um território onde não há conhecimento adequado. Foi também

---

<sup>19</sup> De acordo com o Ministério da Cidadania o diagnóstico socioterritorial é um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social, de forma preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento e avaliação. A implantação de serviços socioassistenciais na perspectiva regional deve partir do conhecimento da realidade local, das necessidades do território, sendo fundamentada em diagnóstico socioterritorial conforme orienta a NOB/SUAS/2012.

destacado a dificuldade que a Vigilância enfrenta com dados incorretos e de informações descontinuadas repassadas pelas equipes. Ou seja, foi pontuado a relevância do conhecimento do território para o fortalecimento da prestação de serviços e benefícios socioassistenciais.

Nas discussões fomentadas, os comentários feitos demonstravam que os/as profissionais reconheciam a importância do conhecimento territorial, foi também um momento para identificar o nível de conhecimento e de informações sobre os respectivos territórios. A atividade contribuiu para que as equipes pudessem ter uma noção da abrangência do conhecimento territorial adquirido, e como isso poderia ser estratégico para a gestão do Sistema Único de Saúde. Esses aspectos sinalizam para o alcance dos objetivos da intervenção, o que ficou mais evidente através dos resultados do instrumento avaliativo aplicado nos dois dias de intervenção.

Cada dia da intervenção contou com a aplicação de um questionário avaliativo diferente, relacionado aos conteúdos discutidos no dia e estruturado com base nos objetivos do projeto para que fosse possível mensurar quantitativamente quais objetivos foram atingidos. No primeiro dia foram contabilizadas 47 respostas e no segundo 40, pois alguns participantes tiveram que ir embora antes do repasse do questionário. O resultado dos questionários aplicados no encontro geral e na oficina podem ser acompanhados nos gráficos 1 e 2, respectivamente.

**Gráfico 1.** Questionário avaliativo “Encontro Geral”



**Fonte:** Elaboração própria.

Os resultados da avaliação do primeiro dia, em que ocorreu o encontro geral, indicam que 70% do público tinha um nível de conhecimento razoável sobre o papel da



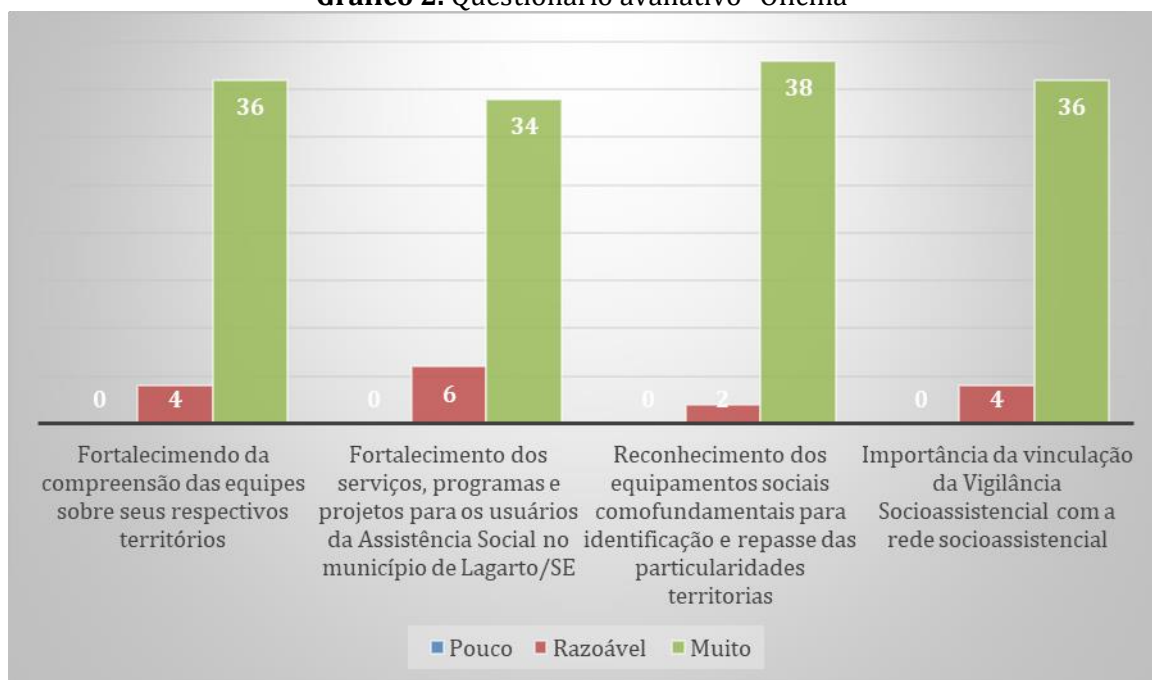
Vigilância Socioassistencial antes do momento da intervenção, 23% possuíam pouco e 7% declararam ter muito, o que confirmou o pressuposto que motivou a intervenção de que há um desconhecimento por parte da rede acerca dessa função da Política de Assistência Social.

Identificou-se, ainda, que quase 90% dos/as participantes considerou que a intervenção serviu muito para aproximar a rede socioassistencial à Vigilância Socioassistencial e que teve muito impacto para o fortalecimento da gestão da Assistência Social no município, o que indica que o objetivo de aproximar a rede socioassistencial do município de Lagarto em relação à Vigilância Socioassistencial como função da Política de Assistência Social e o objetivo de divulgar a importância da Vigilância Socioassistencial para a gestão do SUAS foram integralmente atingidos.

Além disso, 87% dos/as participantes julgaram que a discussão realizada na intervenção sobre as informações territorializadas impacta muito na qualidade das informações repassadas pelas equipes da Proteção Social à Vigilância Socioassistencial, enquanto 13% consideraram um impacto razoável. Percebe-se, portanto, a intervenção conseguiu reforçar a ideia da necessidade de melhorar as informações repassadas pelas equipes da proteção social à Vigilância Socioassistencial no município de Lagarto, o que pode gerar resultados positivos a longo prazo.

Em relação ao questionário do segundo dia de intervenção, observado no gráfico 2, nota-se que 90% do público avaliou que a atividade prática acerca do tema informações territorializadas alcançou muito o objetivo de fortalecer a compreensão das equipes sobre seus respectivos territórios e 10% consideraram razoável. Ademais, 95% dos/as participantes reconheceram que os equipamentos sociais são muito fundamentais para identificação e repasse das particularidades locais.

**Gráfico 2.** Questionário avaliativo “Oficina”



**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto ao impacto da intervenção no fortalecimento dos serviços, programas e projetos para os/as usuários/as da Assistência Social no município de Lagarto/SE, 85% julgaram que impactou muito e 5% que impactou de forma razoável. Também, 90% acreditam que a intervenção serviu muito para consolidar a importância da Vigilância Socioassistencial na gestão do SUAS e reforçar a necessidade de sua articulação com a rede socioassistencial.

Em relação ao objetivo de incentivar a legalização da Vigilância Socioassistencial no município pela gestão, considera-se que este também foi alcançado, tendo em vista o envolvimento e a participação da gestão no encontro geral, que foi o primeiro dia da intervenção, onde foi enfatizada a importância da Vigilância para a rede socioassistencial e a necessidade da sua formalização no município. Espera-se, portanto, que esse momento suscite mudanças futuras em relação a sua institucionalização.

#### 4 CONCLUSÃO

O relato de experiência procurou evidenciar o processo e os resultados do projeto de intervenção realizado na Vigilância Socioassistencial do município de Lagarto/SE, por ocasião do estágio Supervisionado em Serviço Social. Destaca-se o papel do estágio na formação acadêmica e profissional, considerando que se constitui como um processo

imprescindível de reflexão e análise da realidade e do processo de trabalho com vistas a qualificar a intervenção profissional.

Nesse sentido, o projeto “Vigilância Visita: tecendo aproximações com a rede socioassistencial” foi de fundamental importância por possibilitar a aproximação com os dilemas, limites e potencialidades dos/as assistentes sociais na área da gestão, em especial no setor da Vigilância Socioassistencial, contemplando a união do exercício e formação profissional, visão defendida pelo Serviço Social. De igual maneira, a execução do projeto possibilitou uma aproximação do setor da Vigilância com a rede socioassistencial, atingindo os objetivos traçados inicialmente: visibilizando o setor da Vigilância Social; intensificando a importância do contato entre a rede socioassistencial e a Vigilância; destacando a relevância do repasse de informações por parte da rede.

Ademais, os resultados da intervenção puderam ser visualizados logo após a execução, tendo em vista que a Vigilância Socioassistencial passou a ser requisitada para reuniões com as demais secretarias do município e eventos para apresentação dos produtos elaborados pela Vigilância, bem como passou a prestar informações solicitadas pelos/as profissionais da rede socioassistencial acerca das informações territorializadas, evidenciando os impactos positivos dessa ação interventiva na integração da rede socioassistencial junto a Vigilância Social do município.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo do Sistema Único de Assistência Social 2019 (Censo SUAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2020. (Banco de dados). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 1, 2008.

KOGA, Dirce Harue Ueno; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 85, p. 98-108, 2005.

SANTOS, Kathleen Pimentel dos; MEIRA, Wallison Hipólito de. A atuação do assistente social na gestão da Política de Assistência Social: contribuições à função da Vigilância Socioassistencial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CFESS; ABEPSS; ENESSO, 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Censo SUAS 2022. Manual de preenchimento do questionário Gestão Estadual**. 2022. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Manual\\_Censo\\_SUAS\\_2022\\_Gestao\\_Estadual.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Manual_Censo_SUAS_2022_Gestao_Estadual.pdf). Acesso em: 10 maio 2023.



**Capítulo 7**  
**GERIATRIA, GERONTOLOGIA E A SISTEMATIZAÇÃO DA**  
**PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À**  
**PESSOA IDOSA**

*Roberto Santos da Cunha*  
*Soraia da Silva Rondão do Nascimento*

# GERIATRIA, GERONTOLOGIA E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA

**Roberto Santos da Cunha<sup>20</sup>**

*Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro*

*Assistente Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho*

**Soraia da Silva Rondão do Nascimento<sup>21</sup>**

*Assistente Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho*

## RESUMO

O Serviço Social atua no campo do envelhecimento pautado na perspectiva da gerontologia social crítica. Reverbera como um esforço no cotidiano da prática do assistente social, visto a escassez das produções teóricas e frente as expressões da questão social. A prática reflexiva no âmbito da saúde faz parte do escopo da atenção integral a pessoa idosa em face ao processo do envelhecimento humano e orientações sobre o exercício dos direitos da pessoa idosa. Objetivos: apresentar a sistematização do fazer profissional de assistentes sociais inseridos no Programa de Geriatria, localizado em um hospital universitário na cidade do Rio de Janeiro. Metodologia: revisão teórico-bibliográfica, pesquisa documental, historicização do programa, apresentação dos instrumentos utilizados na geriatria, identificação das frentes de trabalho dos assistentes sociais, reflexão sobre possibilidades do fazer profissional, a partir dos instrumentos do programa. Resultados: sistematização do fazer profissional no programa, criação de projeto de intervenção do serviço social na geriatria, contribuição para o debate do envelhecimento humano na perspectiva da gerontologia social crítica. Considerações Finais: O escopo da experiência profissional apresentada no trabalho, alinham-se à preocupação e a necessidade de ampliar o debate sobre a atenção integral à saúde do idoso no cenário das práticas de saúde e de atenção às famílias, compreender a complexidade da construção de um plano de cuidados para a pessoa idosa, vai muito além do cabível nos protocolos de avaliação utilizados em Geriatria e Gerontologia. Espera-

---

<sup>20</sup> Mestre em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; [betohugors@yahoo.com.br](mailto:betohugors@yahoo.com.br)

<sup>21</sup>Graduado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; [soraia rondao@hucff.ufrj.br](mailto:soraia rondao@hucff.ufrj.br)

se, dessa forma oferecer uma visão panorâmica quanto a princípios que orientem aos profissionais da saúde a abordagens integrais, explorando diferentes dimensões do envelhecimento e situando, criticamente, o campo das políticas públicas que norteiam essa área.

**Palavras-chave:** Gerontologia; Serviço Social; Saúde.

#### **ABSTRACT**

Social Work operates in the field of aging based on the perspective of critical social gerontology. It reverberates as an effort in the daily practice of social workers, given the scarcity of theoretical productions and expressions of the social issue. Reflective practice in the field of health is part of the scope of comprehensive care for older people in the face of the human aging process and guidance on the exercise of older people's rights. Objectives: to present the systematization of the professional work of social workers inserted in the Geriatrics Program, located in a university hospital in the city of Rio de Janeiro. Methodology: theoretical-bibliographical review, documentary research, historicization of the program, presentation of instruments used in geriatrics, identification of social workers' work fronts, reflection on possibilities of professional practice, based on the program's instruments. Results: systematization of professional work in the program, creation of a social service intervention project in geriatrics, contribution to the debate on human aging from the perspective of critical social gerontology. Final Considerations: The scope of the professional experience presented in the work aligns with the concern and need to expand the debate on comprehensive health care for the elderly in the scenario of health practices and care for families, understanding the complexity of building A care plan for the elderly goes far beyond what is applicable in the assessment protocols used in Geriatrics and Gerontology. In this way, we hope to offer a panoramic view of principles that guide health professionals towards comprehensive approaches, exploring different dimensions of aging and critically situating the field of public policies that guide this area.

**Keywords:** Gerontology; Social service; Health.

## **INTRODUÇÃO**

O processo do envelhecimento humano (Teixeira, 2008), tem se configurado como um fenômeno mundial sem precedentes, ocorrendo no mundo de forma gradual e célere, consolidando importantes impactos políticos, sociais e econômicos, evidenciando, também, os avanços na ciência e tecnologia que contribuem com o aumento da longevidade humana. Em contraponto, o privilégio da longevidade ainda é restrito a algumas parcelas da população, pois nem todas as pessoas atingem a faixa etária acima

dos 60 anos, devido às condições de vida e de acesso aos bens e serviços produzidos pela classe trabalhadora em sociedades fundamentalmente neoliberais.

No Brasil, o fenômeno do envelhecimento humano tem se constituído frente a um cenário ultraconservador, em um contexto de redução do Estado e de direitos sociais com o aumento do desemprego, da violência e da desproteção das famílias. Principalmente, em meio ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), destacando-se como importante desafio da saúde pública, principalmente pela alta morbidade entre os idosos, exigindo dos serviços uma escuta especializada como forma de atender às múltiplas necessidades de saúde desse segmento, trabalho interdisciplinar correspondente à integralidade da atenção e a intersectorialidade como facilitador para o acesso aos direitos previstos para a população idosa.

Segundo a OMS (2015) as DCNT podem ser definidas como patologias de origem não contagiosa, que precisam de cuidados constantes, controle e o monitoramento da doença. No entanto, os determinantes sociais que se configuram nas desigualdades sociais, nas diferentes formas de acesso aos bens e serviços, na baixa escolaridade, na falta de acesso à informação, além dos fatores de risco modificáveis, como tabagismo, consumo de bebida alcoólica, inatividade física e alimentação inadequada potencializam o acometimento da população idosa por essas doenças (BRASIL, 2011).

O outro fator importante para o acometimento do agravo no estado de saúde da pessoa idosa é o processo causado pelas doenças neurodegenerativas, identificadas como demências. Segundo a OMS (2015), em 2012, mais de 35 milhões de pessoas no mundo apresentavam algum grau de demência. Para Burlá et al. (2013), um exemplo típico são as síndromes demenciais, cuja prevalência cresce com a idade, embora não seja um componente normal do envelhecimento. As demências consistem numa síndrome cujo efeito é acometer o funcionamento cerebral. Têm natureza crônica e progressiva, comprometendo várias funções cerebrais, incluindo memória, raciocínio, orientação, compreensão, cálculo, capacidade de aprendizagem, linguagem e julgamento.

São doenças que comprometem a integridade física, mental e social do idoso de maneira gradativa nas diferentes fases: inicial, moderada e avançada. Na fase avançada, normalmente o indivíduo idoso apresenta perda total de funcionalidade causando a dependência integral e exigência de cuidados cada vez mais complexos (LUZZARDO; GORINI; SILVA, 2006), requerendo a presença constante de um cuidador.



Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar a sistematização do fazer profissional, de assistentes sociais, inseridos no Programa de Geriatria, localizado em um hospital universitário na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, reflete-se a partir do referencial teórico-metodológico crítico-dialético, através de pesquisa bibliográfica e documental, dialogando com os autores, principalmente do campo marxista, como as obras Teixeira (2008) e Bernardo (2019), como representativas de uma vertente mais alinhada com a gerontologia social crítica, que contesta a generalização das abordagens e a incipiência de análises sobre a velhice na sociedade capitalista.

Portanto, reverbera como um esforço no cotidiano da prática do assistente social, visto a escassez das produções teóricas e frente as expressões da questão social. A prática reflexiva no âmbito da saúde faz parte do escopo da atenção integral em face ao processo do envelhecimento humano e orientações sobre o exercício dos direitos da pessoa idosa. Adiante, apresentaremos a sistematização do trabalho do assistente social no referido programa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Programa de Geriatria do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (PGHUCFF) foi criado no ano de 1997, com objetivo de ofertar à população idosa atendimento integral e multidisciplinar neste nosocômio, como também, ser uma unidade de formação, aperfeiçoamento e investigação nas diversas áreas ligadas à geriatria e gerontologia. A priori, a equipe que constituiu o início dos trabalhos contava com a participação de uma equipe mínima, composta por médico, enfermeiro e assistente social, tendo, no decorrer dos anos, uma inserção de profissionais de diferentes áreas. O processo de trabalho na Geriatria do HUCFF segue uma ótica multiprofissional e interdisciplinar, com a participação de todos os profissionais das equipes pertencentes às áreas de Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia e Fisiatria.

Atualmente, a equipe é composta por quatro médicos, duas enfermeiras, dois assistentes sociais e uma neuropsicóloga. Os atendimentos são realizados às terças-feiras e quartas-feiras, pela manhã, e às quintas-feiras, manhã e tarde. Os idosos são avaliados por meio do instrumento denominado “Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional” (IVCF 20), que é um questionário que contempla aspectos multidimensionais da condição de saúde do idoso, sendo constituído por 20 questões distribuídas em oito seções. Cada

seção tem pontuação específica que perfazem um valor máximo de 40 pontos. Quanto mais alto o valor obtido, maior é o risco de vulnerabilidade clínico-funcional do idoso, sendo este o critério para a inserção no Programa.

O referido instrumento é aplicado pela equipe de enfermagem e discutido com a equipe médica quanto a sua elegibilidade no referido Programa. Todavia, o idoso que não for absolvido será contra referenciado à unidade básica de saúde ou a sua especialidade de origem. Ele pode vir encaminhado por demanda interna (através de um parecer de uma clínica médica do próprio HUCFF) ou por demanda externa (via SISREG).

Após avaliação e atendendo os critérios do programa, os idosos avaliados que forem inseridos no serviço são agendados para a Avaliação Multiprofissional no Ambulatório de Cognição ou Ambulatório Geral de Geriatria, onde será realizada a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA) que engloba a avaliação do Serviço Social, da Enfermagem e da Medicina, ou a Avaliação Cognitiva pela equipe multiprofissional.

Destarte a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, estimula ações com ênfase em uma abordagem global, interdisciplinar e multidimensional, levando em consideração a interação entre os fatores físicos, psicológicos e sociais que interferem na saúde do idoso. Assim, o atendimento destinado ao idoso requer uma abordagem multidisciplinar e a intervenção deve ser sempre precedida de uma avaliação abrangente, levando em consideração que, na maioria das vezes, somente uma equipe multidisciplinar integrada é capaz de reabilitar a capacidade funcional de uma pessoa idosa.

Segundo o documento oficial do Ministério da Saúde, a Resolução – RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005, existem diferentes necessidades e graus de dependência da população idosa, e dividem-se da seguinte forma: a) Grau de Dependência I b) Grau de Dependência II – idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada; c) Grau de Dependência III – idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

Um método para avaliar o grau de dependência desse perfil de pacientes e que tem sido usado na área de geriatria é chamado de avaliação funcional e também:

da gerontologia área de conhecimento que propiciou um olhar ampliado sobre o envelhecimento, emergindo uma nova perspectiva na atenção à saúde do idoso, visto em sua totalidade e por isso a necessidade do trabalho multiprofissional e multidisciplinar para tentar dar conta de

suas múltiplas dimensões e especificidades do próprio envelhecer. (ALVES, 2013, p. 30)

Esse método vem sendo bastante divulgado e conhecido pelos profissionais da área, além de ter se apresentado como fator sensível e relevante para avaliar necessidades e determinar a utilização dos recursos necessários. Esta avaliação funcional, integra a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA) ou Avaliação Global da Pessoa Idosa, apresentado no documento do Ministério da Saúde, Cadernos de Atenção Básica nº 19 (BRASIL, 2006), que compreende a avaliação multiprofissional. Nesse caso, as múltiplas dimensões do idoso são consideradas com o objetivo de rastrear os problemas de saúde, sociais, psicológicos e funcionais do idoso de forma que possa ser estabelecido um planejamento de cuidados.

A AGA forma um conjunto de técnicas, procedimentos e ambientes operacionais onde se associa às intervenções habituais de várias disciplinas de saúde a uma avaliação funcional abrangente. Os componentes básicos e dimensões mensuráveis da AGA incluem a avaliação dos problemas médicos e comorbidades relevantes, do estado funcional, estado psicológico, rede de suporte familiar e social, e atividades sociais, necessidades econômicas e moradia e de fatores de risco. Idealmente, em um grupo interdisciplinar, cada profissional da equipe que, em seguida, levará os dados para a discussão na conferência do grupo objetivando a definição diagnóstica e a proposta terapêutica.

Em uma avaliação social são colhidas muitas informações que permitem ao profissional traçar o perfil do idoso em atendimento e conhecer um pouco da sua dinâmica familiar. Mesmo que o guia de entrevista abarque vários aspectos, consideramos importante destacar três dimensões que devem ser alvo constante na avaliação: rede de suporte familiar e social, situação socioeconômica e situação de risco social.

A avaliação social é utilizada em todas as atividades que requeiram a intervenção do serviço social, seja na avaliação geriátrica ampla, seja na avaliação do cuidador de idosos dependentes, ou, ainda, na avaliação de idosos que ingressam nos grupos de promoção de saúde. Cada um desses momentos tem um modelo diferenciado e objetivos específicos. (2009, p. 30).

Sanches (2009) destaca que, para que uma avaliação dessa natureza forneça subsídios para um plano terapêutico adequado, faz-se necessário que as informações colhidas apresentem um retrato de todos os aspectos clínicos, além de uma avaliação das condições sociais do indivíduo. Neste sentido, a avaliação social é parte importante neste

processo. Dentre as atribuições do assistente social, a avaliação social é realizada com o objetivo de conhecer a realidade do usuário e suas interações no contexto em que está inserido. É nesse momento que são identificadas condições sociais que, porventura, podem interferir no seu processo de adoecimento e no restabelecimento de sua saúde, para tanto, o profissional utiliza como instrumento a avaliação social. Ainda conforme Sanches:

No que se refere à atuação do assistente social, há três frentes de trabalho no programa, a dizer, o ambulatório geral, o ambulatório de cognição, por fim, a competência privativa na formação de acadêmicos de Serviço Social e residentes da Residência Multiprofissional de Saúde em Serviço Social, que se fundamentam majoritariamente nos processos teórico-práticos em curso, neste espaço de atuação, intervenção, ensino e pesquisa frente a realidade apresentada.

No ambulatório geral, o primeiro atendimento do assistente social é a avaliação social integrada à avaliação multidisciplinar de saúde do idoso (AGA), que possibilita a observação e o acolhimento, identificação de demandas e fatores sociais dos usuários admitidos. É possível ainda, identificar demandas sociais e fatores determinantes que envolvem o processo de adoecimento do idoso. A avaliação social visa permitir, a partir de uma ação integrada à dos demais profissionais, uma visão integral do sujeito que está em processo de adoecimento neurocognitivo e favorecer maior compreensão dos Determinantes Sociais em Saúde

Essa avaliação é importante para subsidiar a tomada de decisões na implementação do Plano de Cuidados, pois as observações realizadas na entrevista são essenciais para um planejamento adequado que respeite os limites e não fuja das possibilidades do usuário e de sua rede de suporte. A avaliação do Serviço Social e da Enfermagem, sempre que possível, acontecem juntas, antecede a avaliação da Medicina, que ocorre na última quinta-feira do mês, possibilitando aos integrantes da equipe um conhecimento da real situação do idoso. Estabelecido o plano de cuidados o idoso poderá ser encaminhado para outros profissionais da equipe multiprofissional do HUCFF ou serviços da rede de saúde, da assistência, do sociojurídico, previdência, entre outros.

Cabe explicitar que o acompanhamento pela medicina é obrigatório para a permanência no programa, tendo em vista a necessidade do acompanhamento do quadro clínico. Já o Serviço Social e a Enfermagem, avaliara a necessidade de acompanhamento, ou não, ao idosos. No entanto estes profissionais ficam à disposição para atendimento, a posteriori, de acordo com as demandas que possam surgir ao longo de seu

acompanhamento no ambulatório. As condutas estabelecidas após construção dos planos de cuidados e discussão de casos com a equipe serão esclarecidas e apresentadas ao idoso e a família, buscando estratégias para sua efetivação.

Por ser a avaliação geriátrica ampla uma avaliação multidimensional, compreende em sua estrutura uma avaliação do contexto social do idoso obtida através de uma entrevista que, em um ambiente multidisciplinar, fica sob a responsabilidade do assistente social. Este analisa amplamente as circunstâncias sociais e sugere que intervenções ou alternativas são necessárias para a resolução do problema apresentado pelo usuário. (SANCHEZ, 2009, p. 25).

O importante aqui é ter a clareza de que a prática do assistente social na geriatria não deve ser uma atividade rotineira de coleta de informações. Silva (1995) destaca a importância de um momento de reflexão após a entrevista que possa embasar a sua ação, ou ainda concretizar a sistematização da prática, uma vez que isto possibilita o aprimoramento do profissional no espaço institucional.

É na entrevista o momento em que o profissional lança mão dos aspectos educativo, pedagógico e reflexivo para esclarecimento da população usuária dos serviços, com relação aos seus direitos e deveres como cidadãos. Os idosos que seguirão em acompanhamento com o serviço social serão agendados atendimentos individuais e/ou com familiares/colaterais para a realização do acompanhamento social. Nesse sentido o instrumento de avaliação social será utilizado para identificar as condições gerais de vida que influenciam na saúde e bem-estar dos idosos. Os aspectos sociais abordados são: família, habitação, recursos econômicos (trabalho e previdência), sociabilidade e situações de risco social. O acompanhamento em conjunto com a equipe, possibilitará um olhar sobre a inserção do idoso e as possíveis implicações dessas áreas no quadro de saúde apresentado. De acordo com as necessidades ou problemáticas identificadas, o Serviço Social definirá possíveis intervenções nas áreas comprometidas.

A entrevista é um instrumento técnico operativo que não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas um meio que favorecerá, num processo mais amplo, a avaliação social. Com este instrumento é possível avaliar as demandas do usuário do serviço e da situação relatada por ele para que futuramente seja realizada uma avaliação mais abrangente com todos os dados coletados para uma possível elaboração de um plano de intervenção para o problema apresentado. (SANCHEZ, 2009, p. 25).

Os desdobramentos desta avaliação se darão através da realização de encaminhamentos às políticas sociais públicas de proteção à pessoa idosa, com vistas ao

acesso aos direitos sociais. Todavia, as questões apresentadas são discutidas com equipe multiprofissional e acompanhadas à curto, médio e longo prazo pelos assistentes sociais.

Ambulatório de cognição: aumento do número de pacientes idosos acometidos por doenças neurodegenerativas atendidos no ambulatório geral de geriatria, apresentou-se relevante para a equipe que considerou a importância de realizar uma avaliação mais conclusiva com objetivo de fundamentar a etiologia dos diagnósticos dos referidos casos. Deste modo, surgiu a priori, o projeto de cognição, atualmente denominado ambulatório de cognição, onde são realizados os atendimentos aos pacientes idosos que apresentam algum comprometimento cognitivo. A equipe composta por duas médicas, uma assistente social, uma enfermeira e uma neuropsicóloga, além dos estagiários e residentes de Serviço Social, residentes de geriatria e psiquiatria, como também os alunos de especialização em neuropsicologia.

O fluxo de atendimentos, segue a mesma rotina de acesso ao ambulatório geral de geriatria, via SISREG e/ou pedido de parecer de outras especialidades, porém há idosos encaminhados também, do próprio ambulatório geral para o ambulatório de cognição. As demandas apresentadas, normalmente são: perda da funcionalidade, quadro de esquecimento, lapsos de memória, alterações de comportamento, luto mal elaborado, humor entristecido, choro fácil e depressão.

A avaliação acontece por meio de instrumento multiprofissional específico utilizado pelos referidos profissionais, que registram através das entrevistas, dos testes, dos exames clínicos e de imagens, informações sobre o quadro biopsicossocial e fatores que possibilitam compreender as causas que impactam no envelhecimento. Como também, a aplicabilidade do teste neuropsicológico nos casos de difícil diagnóstico. As condutas interdisciplinares são definidas em reuniões de equipe que acontecem logo após aos atendimentos realizados.

O objetivo do trabalho da equipe multiprofissional neste ambulatório é avaliar a cognição e os comprometimentos apresentados, como também, a inserção do idoso na comunidade e as redes de suporte, apoio e assistência pré-estabelecidas com familiares e/ou colaterais. A definição de cognição é compreendida como o processo de aquisição de conhecimento que envolve fatores diversos, tais como: o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória e o raciocínio, que fazem parte do desenvolvimento intelectual. Cabe ressaltar a importância da participação de um informante na avaliação, objetivando a fidedignidade das informações, visto o prejuízo cognitivo apresentado pelo idoso.

Sobre a intervenção do assistente social neste ambulatório, são realizadas entrevistas com os idosos e seus familiares/colaterais, com vistas à avaliação social. O revelar das informações obtidas sobre a história de vida, arranjos familiares, condições de moradia, renda, inserção comunitária, situações de risco e vulnerabilidades sociais, entre outros, são de fundamental importância para a construção da história de vida e o olhar integral do estado de saúde do idoso e o seu processo de adoecimento. A partir das demandas identificadas, e da conduta interdisciplinar definida, o assistente social junto à equipe, ou em ações individuais, iniciará a intervenção aos idosos e seus familiares.

No fim de cada diagnóstico, conduta e proposta terapêutica, os idosos são contra referenciados aos seus ambulatórios de origem ou a unidade básica de saúde do seu território, de onde se deu o referido encaminhamento. Sinalizamos que os pacientes com diagnósticos de doenças neurodegenerativas, ou com comprometimentos cognitivos leves, em acompanhamento ou admitidos no HUCFF, seguirão em avaliações periódicas neste ambulatório a cada 6 meses. O objetivo é acompanhar possíveis avanços da doença e traçar novas propostas terapêuticas, com buscas a melhorar a qualidade de vida dos idosos e de seus familiares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo apresentado se baseia no trabalho realizado pelos assistentes sociais do Programa de Geriatria do Hospital Clementino Fraga Filho (HUCFF), em conjunto com a equipe multiprofissional. Nesta experiência, a integralidade se apresenta através do exercício de uma lógica de abordagem que considere os sujeitos em sua totalidade, frente ao seu processo saúde-doença-cuidado. Significa reconhecer e considerar o contexto de vida dos idosos e seus familiares e suas relações sociais, representações sobre velhice, saúde e doença, potencialidades, recursos e o acesso às políticas públicas – como parte essencial do diálogo que estrutura o projeto assistencial.

Pensar a saúde do idoso na visão da integralidade é perceber como as relações sociais influenciam no seu contexto de vida e nos problemas que afetam os idosos e suas famílias no Brasil requerem programas voltados às necessidades específicas dos mais velhos, como implantados aos poucos no circuito da política do idoso. A reflexão sobre envelhecimento e saúde do idoso é especialmente relevante na formação do profissional da saúde. Ela é necessária pela ótica da maior expressão da população idosa nas práticas

de saúde, e também por conduzir ao repensar da própria existência do indivíduo, como a pessoa que envelhece, um familiar ou um amigo, igualmente confrontada com os desafios do envelhecimento.

O escopo da experiência profissional apresentada, alinham-se à preocupação e a necessidade de ampliar o debate sobre a atenção integral à saúde do idoso no cenário das práticas de saúde e de atenção às famílias, compreender a complexidade da construção de um plano de cuidados para a pessoa idosa, vai muito além do cabível nos protocolos de avaliação utilizados em Geriatria e Gerontologia. Espera-se, dessa forma oferecer uma visão panorâmica quanto a princípios que orientem aos profissionais da saúde a abordagens integrais, explorando diferentes dimensões do envelhecimento e situando, criticamente, o campo das políticas públicas que norteiam essa área.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, G; COSTA, L A; RIBEIRO, APS. Revista Brasileira de Atenção Domiciliar. In: Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar. 2017, São Paulo. Núcleo de Assistência Domiciliar Interdisciplinar – NADI. Holambra: Ed. Setembro, São Paulo, n. III, 2017, p. 70.

BERNARDO, M. H. J. Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares: desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro. 2019. 300 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRAGA, P. P. et al. Oferta e demanda na atenção domiciliar em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 903-912, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: MS; 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 2.029, de 24 de agosto de 2011. Revogada pela PRT GM/MS nº 2.527 de 27.10.2011. Institui a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 825, de 25 de abril de 2016. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF) 26 abr. 2016. Seção 1, p. 33-38. 2016b. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0825\\_25\\_04\\_2016.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0825_25_04_2016.html). Acesso em: 18 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:



[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf). Acesso em: 10. set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no sistema único de saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoa\\_idosa.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoa_idosa.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar, Brasília (DF), v. 1, 2012.

BURLÁ, C.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D.; NUNES, R. Panorama prospectivo das demências no Brasil: um enfoque demográfico. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2949-2956, 2013.

CAMARANO, A. A. IPEA. Nota Técnica. Cuidados para a População idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. n. 64. Abril de 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9934/1/NT\\_64\\_Disoc\\_Cuidados%20para%20a%20populacao%20idosa%20e%20seus%20cuidadores.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9934/1/NT_64_Disoc_Cuidados%20para%20a%20populacao%20idosa%20e%20seus%20cuidadores.pdf) Acesso em: 15 jan. 2021.

DIEESE. Boletim Especial. Quem são os idosos brasileiros. n. 01, abr. 2020, Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial01.html>. Acesso em: 07 jun. 2021. DIAS, M. B. et al. A Política Nacional de Atenção Domiciliar no Brasil: potencialidades, desa-fios e a valorização necessária da atenção primária à saúde. Journal of Management & Primary Health Care, Brasil, v. 6, n. 1, p. 1-7, 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Fundamentos sociales de las economías postindustriales. Barcelona, Ariel, 2000.

FEUERWERKER, L. C. M., MERHY, E. E. A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação das práticas. Rev. Panam Salud Publica, Washington, v. 24, n. 3. p. 180-188, 2008.

FIOCRUZ. Nota técnica do comitê de saúde da pessoa idosa-FIOCRUZ: acesso prioritário à vacinação contra a covid-19 para as pessoas idosas com limitações funcionais e seus cuidadores(as). FIOCRUZ, 2021 Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota\\_vacinacao\\_idoso\\_cuidador\\_fiocruz\\_01\\_02\\_21.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota_vacinacao_idoso_cuidador_fiocruz_01_02_21.pdf). Acesso em: 02 fev. 2021.

IBGE. Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9336-indicadores-sociodemograficos-e-de-saude-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 jun. 2021.

LUZZARDO, A. R.; GORINI, M. I. P.; SILVA, A. P. S. Características de idosos com doença de Alzheimer e seus cuidadores: uma série de casos em um serviço de neurogeriatria. Rev. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v.15, n.4, p. 587-94, 2006.

NASCIMENTO, M. B. Idosos assistidos no serviço de atenção domiciliar: integralidade das ações em saúde. 2016. 81 p. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

OMS. ONU. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: MIONE, A. S.; MATOS, M. C. ; LEAL, M. C. (orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 25-42.

RAJÃO, F. L.; MARTINS, M. Atenção Domiciliar no Brasil: estudo exploratório sobre a consolidação e uso de serviços no Sistema Único de Saúde. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 1863-1876, 2020.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. New York, 2014.

RIO DE JANEIRO. SMS/RJ. Diário Oficial do Rio de Janeiro. Secretaria de Saúde. Despachos da secretaria. 2019  
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9019443/4247845/HomologacaoPADI.pdf>

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SANCHEZ, M. A. S.; MOTA, G. M. S. A entrevista social na avaliação geriátrica. Rev. Brasileira de Geriatria e Gerontologia, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 25-33, 2009.

SILVA, J. A. P. O papel da entrevista social na prática do Serviço Social. Rev. em Pauta, Rio de Janeiro, v. 12, p. 12-123, 1995 THUMÉ, E. Assistência domiciliar a idosos: desempenho dos serviços de atenção básica. 2010. 212 p. Tese (Doutorado em ciências) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2010.

**Capítulo 8**  
**ATUAÇÃO DO NÚCLEO PSICOSSOCIAL DA DEFENSORIA**  
**PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO NO**  
**ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**EM SÃO LUÍS/MA**

*Maria de Guadalupe Furtado Barros*

*Lheticia de Freitas Gomes*

# ATUAÇÃO DO NÚCLEO PSICOSSOCIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO LUÍS/MA

***Maria de Guadalupe Furtado Barros***

*Assistente Social Núcleo do Psicossocial Defensoria Pública do Estado do Maranhão; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão; Especialista em Saúde do Idoso, Gestão em Gerontologia pela Faculdade Laboro; Pós-graduada em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade Santa Fé; Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; [guadalupefbarros@gmail.com](mailto:guadalupefbarros@gmail.com)*

***Lhetícia de Freitas Gomes***

*Estagiária de pós-graduação em Serviço Social do Núcleo Psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Maranhão; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão; Especialista em “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” e “Direitos Humanos e Movimentos Sociais” pela Uninter; Pós-graduanda em Gestão do SUAS na Laboro; [lfgomes.servsocial@gmail.com](mailto:lfgomes.servsocial@gmail.com)*

## **RESUMO**

Este trabalho aborda sobre a atuação do Núcleo Psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, através do assistente social no atendimento à população em situação de rua em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Como metodologia foi utilizado o materialismo histórico-dialético, a pesquisa bibliográfica referenciando sobre a temática abordada. Como empiria foi utilizado o cotidiano profissional do assistente social na atuação e atendimentos realizados à população em situação de rua em São Luís. Como resultados destacam-se as principais demandas atendidas pelo Núcleo Psicossocial ao público em questão, assim como os procedimentos técnicos e instrumentais utilizados de acordo com as demandas apresentadas.

**Palavras-chave:** População em situação de rua. Atuação do Assistente Social. Núcleo Psicossocial.

## **ABSTRACT**

This work deals about the performance of the Psychosocial Nucleus of the Public Defender of the State of Maranhão, through the social worker in assisting the homeless population

in São Luís, capital of the state of Maranhão. As a methodology, historical-dialectical materialism was used, with bibliographical research referring to the theme addressed. As empirical evidence, the professional daily life of the social worker was used in the performance and assistance provided to the homeless population in São Luís. As a result, the main demands met by the Psychosocial Nucleus for the public in question stand out, as well as the technical and instrumental procedures used according to the demands presented.

**Keywords:** Homeless population. Role of the Social Worker. Psychosocial Nucleus.

## 1 INTRODUÇÃO

As áreas urbanas são quase que exclusivamente frequentadas e ocupadas por determinadas classes sociais. Isso é o reflexo das desigualdades sociais no acesso ao direito à cidade e espaços públicos, que nas palavras de Lefebvre (2001) é onde se desenvolve e acontece a vida política.

Os desdobramentos do modo de produção capitalista agravam as expressões da questão social intensificadas nos últimos anos pelo avanço do neoliberalismo. A lógica defendida pelo neoliberalismo evidencia uma justaposição de elementos, em que há a culpabilização dos indivíduos na condição social em que eles se encontram, criminalizando a pobreza e judicializando a questão social (WACQUANT, 2003).

Nesse sentido, o Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que promulga a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), conceitua a população de rua como um público heterogêneo, que possui muitas características em comum, como a extrema pobreza, inexistência de moradia convencional, vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, utilização da rua como espaço social de moradia e subsistência (BRASIL, 2009).

A população em situação de rua é um dos públicos mais atingidos pelas desigualdades sociais decorrentes do sistema capitalista. Este grupo é composto por pessoas de diferentes origens, perfis, sendo um dos mais afetados com os desdobramentos da Questão Social, como desemprego, violência urbana, uso abusivo de substâncias psicoativas, intensificadas, sobretudo, após a pandemia da COVID-19, dentre outras.

Nessa perspectiva, destacamos neste trabalho a atuação do Núcleo Psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) em São Luís, na realização de atendimentos através de equipe multidisciplinar, com assistentes sociais, psicólogas,

defensores públicos, dentre outros profissionais, à população em situação de rua na capital maranhense, promovendo atendimentos e orientações sociais e jurídicas, com o recorte da temática voltado aos direitos humanos.

Por isso, este artigo aborda sobre as principais demandas atendidas pelo Núcleo Psicossocial na DPE/MA, destacando a atuação profissional do Assistente Social através do trabalho de equipe multidisciplinar, em prol da realização de atendimento humanizado com escuta qualificada, viabilizando direitos básicos e fundamentais. Abordamos ainda, sobre as demandas mais recorrentes, estabelecendo um fluxo de atendimento e os procedimentos técnicos-operacionais adotados para cada situação apresentada.

A metodologia utilizada como referencial teórico foi o materialismo histórico-dialético, com pesquisa teórica de revisão bibliográfica em livros, revistas científicas e legislações em sites oficiais do governo federal. Como empiria, utilizamos as experiências e vivências cotidianas profissionais do Assistente Social no Núcleo Psicossocial nos atendimentos à população em situação de rua em São Luís/MA.

## **2 ATENDIMENTO SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: atuação do Núcleo Psicossocial da DPE/MA;**

O Serviço Social na Defensoria Pública cumpre um papel importante no acesso ao judiciário, visto que “a prestação da assistência jurídica integral pressupõe uma defesa ampliada de direitos, compreendendo que não é somente pelo acesso ao poder judiciário que a garantia de direitos poderá ser concretizada.” (BARROS, 2018, p.29).

Nesse sentido, o Núcleo Psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) realiza atendimentos de prevenção, promoção e garantia de acesso a direitos, atendendo a diversas situações que violem a proteção social dos cidadãos. Nas palavras de Barros (2018) a atuação do Serviço Social na área sociojurídica, levando em consideração as particularidades da assistência judiciária, pode ser compreendida como uma atuação que busca a “desjudicialização da vida”, pois o assistente social consegue atender algumas demandas, apresentadas às instituições jurídicas, de forma extrajudicial (BARROS, 2018).

Através da execução do trabalho de equipe multiprofissional, a atuação do Assistente Social no Núcleo Psicossocial é realizar atendimento social de escuta qualificada, fornecendo orientações jurídicas e sociais sobre programas, benefícios

socioassistenciais, garantia de direitos humanos fundamentais, dentre outros. Além disso, atuar no planejamento e execução de serviços e projetos, para que grupos sociais vulneráveis tenham seus direitos assegurados, como no caso do recorte de atendimento à população em situação de rua.

Sobre este público em questão, Silva (2009) caracteriza-os como:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. (SILVA, 2009, p. 136).

Nessa perspectiva, percebe-se que por ser um público segregado socialmente, o atendimento realizado pelo Núcleo Psicossocial é em defesa dos direitos humanos, um tema de grande relevância em debates políticos e sociais. Os atendimentos realizados são desenvolvidos com base na Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída a partir do Decreto Nº 7053/2009, o qual prevê a intersetorialidade das políticas públicas no atendimento à população em situação de rua.

Dentre os objetivos dessa política, destacam-se a implementação de centros de referência especializados para atendimento a esse público no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); as articulações entre as políticas de saúde e assistência social qualificando a oferta de serviços; ações de segurança alimentar, habitação, oferta de qualificação profissional para a promoção ao mercado de trabalho, dentre outros (BRASIL, 2009).

Para a realização dos atendimentos pelo Núcleo Psicossocial na DPE/MA há um Assistente Social de referência de Direitos Humanos e estagiárias curriculares, extracurriculares e, mais recentemente, de pós-graduação, de Serviço Social. Para os atendimentos jurídicos há dois defensores públicos atuando no Núcleo de Direitos de Humanos da DPE/MA, onde os atendimentos jurídicos à população em situação de rua são desenvolvidos pela 1ª Defensoria de Direitos Humanos (1ªDDH).

A população em situação de rua busca atendimento social e jurídico no Núcleo Psicossocial da DPE/MA quando têm dificuldades ou não conseguem acessar políticas públicas e benefícios socioassistenciais ofertados pelas instituições públicas. Por esse

motivo, os atendimentos realizados neste Núcleo são fundamentais para a garantia da visibilidade e dignidade da pessoa humana.

## **2.1 Principais demandas, instrumentais e procedimentos técnicos utilizados**

O Núcleo Psicossocial da DPE/MA realiza atendimentos à população em situação de rua que busca esta instituição de forma espontânea (quando os assistidos comparecem por iniciativa própria), ou através de encaminhamentos pela rede de atendimento do município, através do Serviço de Abordagem Social (SEAS) e Centro POP, vinculados à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Consultório na Rua / SEMUS; e também pela rede estadual, através dos atendimentos pelo CAPS-AD da rede da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Há também o encaminhamento feito pelas casas de apoio filantrópicas, que prestam assistência e apoio à população em situação de rua em São Luís.

Dentre os principais serviços ofertados à população em situação de rua estão o atendimento de registro público, sendo a demanda mais recorrente com a solicitação de 2ª via de certidão de nascimento ou de casamento em nome dos assistidos para os cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais em todo o território nacional, cadastrados no sistema da Central de Informações Registro Civil (CRC JUD). A CRC JUD é um portal destinado somente aos cartórios de registro, instituída pelo Provimento N° 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que somente alguns setores de instituições jurídicas têm acesso a esse dispositivo.

A certidão de nascimento é o primeiro documento com validade jurídica para qualquer nascido vivo no país. Através dela, a criança passa a ter nome, sobrenome, nacionalidade, filiação e acesso a emissão de documentação básica, direitos à saúde, à educação, políticas públicas, dentre outros. É o comprovante de existência do cidadão, pois sem a certidão de nascimento a pessoa é impedida de exercer os seus direitos civis, sociais e políticos.

Ao solicitar a 2ª via de certidão de nascimento ou casamento via CRC JUD, os cartórios enviam-nos a certidão pelo próprio sistema. A certidão recebida é salva na pasta pessoal do assistido, assim como todos os registros do seu atendimento. A entrega da 2ª via de certidão de nascimento ou casamento é feita presencialmente ao titular da documentação mediante a assinatura do termo de entrega pelo próprio assistido, pois



este é um documento pessoal único e intransferível. Nesse atendimento também fornecemos um encaminhamento junto com uma declaração de hipossuficiência assinada pelos próprios assistidos, para garantir a gratuidade na emissão de 2ª via de registro geral (RG) pelo Viva Cidadão ou Instituto de Identificação (IDENT).

Nos atendimentos de registro público, também há solicitações para retificação e restauração de certidões de nascimento ou casamento. A retificação é necessária quando ao receber a 2ª via da certidão de nascimento ou casamento percebe-se um erro na escrita, troca ou ausência de alguma informação na certidão, como nome, sobrenome, local de nascimento etc. Havendo a comprovação de que há algum erro nessa documentação, é elaborado um ofício anexando toda a documentação comprobatória das informações corretas e solicitando administrativamente via CRC JUD a correção desses dados. O cartório negando essa solicitação, o caso é encaminhado para o atendimento jurídico com os defensores da 1ª DDH da DPE/MA.

Já os atendimentos de restauração de registro civil ocorrem quando os cartórios informam que a emissão da 2ª via da certidão de nascimento ou casamento não pode ser feita devido a danos causados pelo tempo ou por ocorrência de algum acidente no livro do acervo do cartório. Esta solicitação pode ser feita pela via administrativa ou judicial. O Núcleo Psicossocial solicita a restauração administrativa quando o assistido apresenta a certidão original ou uma cópia, sendo elaborado um ofício anexado com a documentação comprobatória e enviado via CRC JUD. Nos casos da restauração judicial, são feitas solicitações de certidões negativas a todos os cartórios da cidade onde a pessoa foi registrada, anexando a declaração de hipossuficiência para serem tomadas as providências pela 1ª DDH da DPE/MA.

Outro atendimento realizado é o registro tardio de pessoas em situação de rua em São Luís. O registro tardio é quando a pessoa nunca foi registrada em cartório nem emitiu nenhuma documentação básica. Para confirmação dessas informações é feita a busca no portal SPD do IDENT, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP/MA) para averiguação de registro de emissão de RG. É feita ainda, a busca cartorial nas cinco serventias da capital, caso o assistido informe ter nascido em São Luís. Se o assistido informar ter nascido em outro município, é solicitado a este, a busca cartorária comprovando assim, nenhum registro civil do assistido. Em seguida, é realizada a juntada de documentos impressos quais sejam: as certidões negativas dos cartórios, a relação de testemunhas, a declaração de hipossuficiência, o Provimento n.º 12, de 22 de Abril de

2022, que trata sobre registro tardio extrajudicial da pessoa em situação de rua e o ofício assinado pela 1ª DDH/DPE-MA. Após estas providências, o assistido acompanhado das testemunhas, dirigem-se, com esta documentação, ao cartório de plantão, estabelecido pela Corregedoria do Tribunal de Justiça para a emissão gratuita da 1ª certidão de nascimento.

Além de atendimentos de registro público, a atuação do assistente social no Núcleo envolve principalmente a orientação sobre a oferta de serviços especializados no âmbito das políticas públicas. Em relação às principais demandas recebidas neste núcleo pela população em situação de rua destacam-se abrigo institucional, recâmbio, auxílio moradia, atendimento de saúde, tratamento de substâncias psicoativas, entre outros.

Para as demandas mencionadas acima, a DPE/MA não se configura como instituição executora, por isso a assistente social adota como procedimentos técnicos a escuta qualificada, com a orientação e elaboração de encaminhamento para os órgãos executores da política, para a população em situação de rua.

## **2.2 Rede municipal e estadual de atenção à população em situação de rua**

A política pública da Assistência Social municipal é executada pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) garantindo o acesso a direitos socioassistenciais por meio dos equipamentos sociais: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Abrigo Institucional, Casa de Acolhimento Temporário (CAT); na esfera da saúde municipal o Consultório na Rua, as Casas Terapêuticas e todas as unidades básicas de saúde, como as principais portas de entrada preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS); e na saúde estadual, o Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS-AD).

Segundo o artigo 1º da LOAS:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, Lei nº 8.742/1993 art 1).

Nesse sentido, o Núcleo Psicossocial atua na garantia dos direitos da população de rua, na efetivação do acesso aos serviços ofertados pela rede municipal e estadual na

proteção social de média complexidade no âmbito do SUAS. Na execução municipal, são realizados os serviços de abordagem social nas ruas por meio da equipe da SEAS/SEMCA.

O centro de referência especializado CENTRO POP é responsável pelo atendimento social, encaminhamentos e inclusão nas políticas públicas, emissão de documentação básica, acesso a benefícios socioassistenciais e auxílio moradia, inscrição em programas do governo federal, estadual e municipal.

A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) é responsável pela execução da Estratégia Consultório na Rua, instituída pela Política de Atenção Básica, através da Portaria n.º 122, de 25 de janeiro de 2011, garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As ações desenvolvidas têm como objetivo o cuidado in loco, a partir da “abordagem ampliada” das situações de saúde e sociais, assim como ações intersectorializadas às Unidades Básicas de Saúde, popularmente conhecidas como UBS (BRASIL, 2012).

A Secretaria Estadual da Saúde (SES) por meio de uma equipe especializada oferece o tratamento e o acompanhamento aos assistidos em saúde mental, promovendo assistência intensiva ou ambulatorial para as pessoas em situação de rua no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD Estadual).

Para acesso a esses serviços, em alguns casos, a população em situação de rua procura o Núcleo Psicossocial, onde é feito o atendimento social de escuta qualificada para direcionamento correto do assistido. Para isso, é utilizado como instrumental um encaminhamento impresso, sendo entregue em mãos ao próprio assistido, para que ele apresente à instituição executora (municipal ou estadual), que tomará as providências de atendimento de acordo com cada situação apresentada.

### **3 CONCLUSÃO**

As pessoas em situação de rua enfrentam desafios diários na cidade de São Luís/MA. Quando se trabalha diretamente com este público, percebe-se as particularidades e vulnerabilidades vivenciadas por eles, seja individual e/ou na coletividade.

A população em situação de rua é um público heterogêneo, mesmo que haja muitos relatos e situações semelhantes vivenciadas nas ruas: maior exposição às desigualdades sociais, violência urbana, dentre outros. Neste sentido, o Núcleo Psicossocial da DPE/MA atua no atendimento à população em situação de rua na perspectiva da garantia de

direitos humanos e fundamentais, na defesa da vida, no acesso às políticas públicas de saúde, assistência social, dentre outras.

O atendimento realizado pelo assistente social no Núcleo Psicossocial está diretamente relacionado com as instituições municipais e estaduais executoras das políticas de atendimento a este público, garantindo a efetivação das políticas públicas. Para isso, o conhecimento sobre a rede de atendimento é fundamental para realizar os encaminhamentos corretamente.

Para o atendimento à população em situação de rua neste Núcleo, o assistente social tem como desafios diários altas demandas diante dos cortes e reduções de recursos públicos, em âmbito federal, estadual e municipal, nas instituições executoras, como por exemplo a quantidade insuficiente de vagas nos abrigos institucionais. Além disso, para a realização dos atendimentos, o Núcleo tem uma equipe relativamente pequena, diante da alta demanda de assistidos que procuram esses serviços na DPE/MA.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Luiza Aparecida de. **Serviço Social na defensoria pública: potências e resistências** / Luiza Aparecida de Barros. - São Paulo: Cortez, 2018. - (Coleção temas sociojurídicos / coordenação Maria Liduína de Oliveira e Silva, Silvia Tejedas).

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, **Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 23/06/2023.

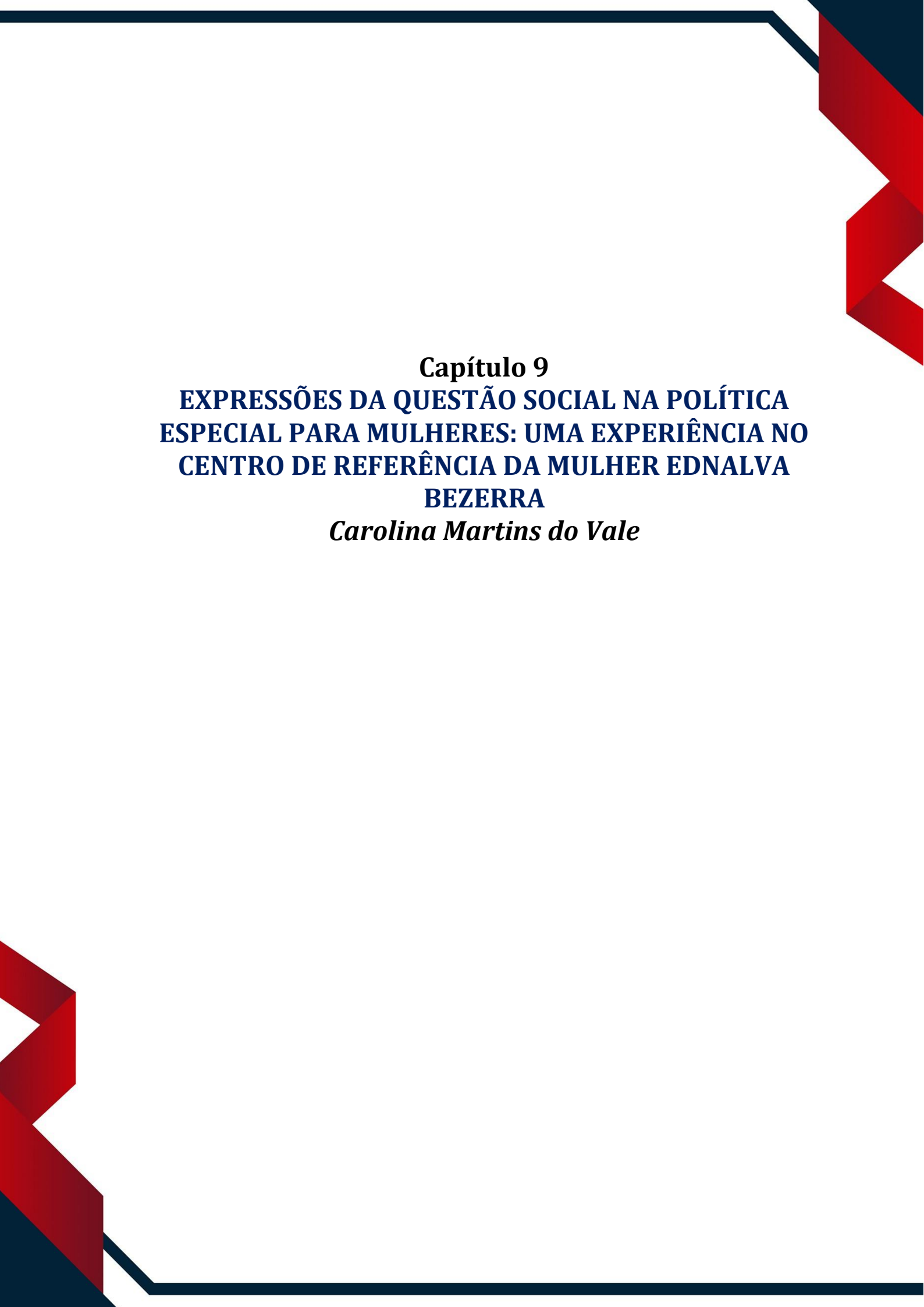
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 110 p. : il. - (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2013. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 23/06/2023.

LEFEBVRE, Henri. **O Capital e a propriedade da terra**. In: A cidade do Capital. Rio de Janeiro. DPYA, 2001.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



**Capítulo 9**  
**EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA**  
**ESPECIAL PARA MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA NO**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA**  
**BEZERRA**

*Carolina Martins do Vale*

# EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA ESPECIAL PARA MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

*Carolina Martins do Vale*

*Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba,  
carolina.martins@academico.ufpb.br.*

## **RESUMO**

O artigo aborda a experiência no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, através do Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Apresenta-se, a priori, as expressões da questão social encontradas na Política Especial para as Mulheres; contextualizando também o campo de estágio, abordando a atuação do Serviço Social na instituição e trazendo a perspectiva sobre as atividades realizadas e as demandas encontradas no espaço sócio-ocupacional, em uma abordagem teórico-prática reflexiva.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Estágio. Centro de Referência da Mulher.

## **ABSTRACT**

The article addresses the experience at the Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, through the Mandatory Supervised Internship of the Social Service course at the Federal University of Paraíba. It is spoken, at first, the expressions of the social issue found in the Special Policy for Women; also contextualizing the internship field, addressing the role of Social Work in the institution and bringing a perspective on the activities carried out and the demands found in the socio-occupational space, in a reflective theoretical-practical approach.

**Keywords:** Social Service. Internship. Centro de Referência da Mulher.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata-se de um estudo descritivo, um relato de experiência no estágio supervisionado, a partir da vivência da própria autora no exercício da atividade

acadêmica, com pesquisa bibliográfica e documental. A análise é realizada no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), na cidade de João Pessoa-Paraíba, durante o estágio supervisionado obrigatório mediado pelo Departamento do Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, durante o semestre letivo de 2022.2.

O relato se baseia na experiência, na leitura de diário de campo, na construção de planos de atividade e contextualização, bem como, através do diálogo com a supervisora de campo de estágio e a acadêmica. Utiliza-se para construir este artigo o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, a Lei Maria da Penha, a PNAS, a Norma Técnica do Centro de Referência e as demais literaturas e documentos referenciados ao longo do artigo.

O estágio é um importante instrumento no processo de formação profissional e sua execução no CRMEB trouxe observações importantes acerca da Política Especial para Mulheres. Dessa forma, o artigo tem como objetivo abordar quais são as expressões da questão social identificadas, bem como discorrer sobre o contexto sócio-histórico da desigualdade de gênero; apresentar a instituição; abordar a atuação profissional do Serviço Social no equipamento; e relatar a experiência vivência sob a perspectiva de estagiária.

## **EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DENTRO DO CAMPO DE ESTÁGIO**

Violência doméstica e familiar contra a mulher se caracteriza de acordo com art. 5º da Lei nº 11.340 de 2006, como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. A violência contra mulher, a vulnerabilidade socioeconômica, a falta de moradia, o desemprego, a dificuldade de conceder os benefícios sociais, a pobreza e a transfobia são expressões da questão social que permeiam a Política Especial para Mulheres. Isso se dá devido ao contexto de desigualdade entre homens e mulheres, algo existente há séculos, mas acentuado pelo sistema capitalista, pois maximiza a divisão sexual do trabalho, delimitando o trabalho doméstico às mulheres e ao homem a caracterização de provedor e de força.

A ordem tradicional coloca o homem como superior e dominador nas relações sociais e sexuais, subjugando a mulher como inferior e passiva. Dessa forma, majoritariamente, as culturas criam um binarismo na diferenciação dos sexos,



solidificando seus papéis na hierarquia, predeterminado as funções do homem e da mulher, como já pontuado (BOZON, 2004).

A mulher, nessa ordem tradicional, é objetificada sexual e socialmente, sendo dominada pelo homem, para este mostrar a sua virilidade e masculinidade através da força e da violência. O que não se restringe apenas ao homem, mas está dentro de uma heteronormatividade, que cria uma lógica de dominador(a) e dominado(a), em um(a) é ativo(a) e outro(a) é passivo(a) (BOZON, 2004). Essa lógica heteronormativa não se limita às relações heterossexuais, mas também alcança as relações homoafetivas. Assim, ressalta-se que a violência praticada contra mulheres, pode ser tanto na relação homem-mulher (majoritário) como mulher-mulher.

Dessa forma, nota-se que as expressões da questão social citadas são demandas que devem ser enfrentadas através de políticas sociais. E a política para mulheres é fruto da luta de classes (e de gênero). Ademais, como embasamento se tem a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006), a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742 de 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662 de 1993), a Constituição Federal de 1988.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO**

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003, possibilitou a ampliação de investimento e a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo os Centros de Referência e as Defensorias da Mulher importantes serviços criados nessa política, além da “(...) construção de Redes de Atendimentos às mulheres em situação de violência (...)” (BRASIL, 2011, p. 6).

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) do Município de João Pessoa-PB foi criado em 2007 e exerce função importante de prevenção e enfrentamento às mulheres em situação de violência. O serviço tem funcionamento de segunda a sexta-feira, de 8h às 17h, com profissionais da psicologia, do direito, da arte-educação, da terapia holística e do serviço social. “O nome do órgão é uma homenagem a Ednalva Bezerra, referência do movimento feminista e sindicalista lutadora pelos direitos trabalhistas das mulheres, inclusive pelos centros de referência no atendimento às mulheres” (ANDRADE; LIMA; CÔRTEZ, 2020, p. 73).

O CRMEB tem como objetivo principal intervir na violência doméstica e familiar contra a mulher, visando o enfrentamento e a prevenção dessa violência. Mas também

promovendo autonomia, com uma atuação que viabiliza a garantia dos direitos das mulheres.

Conforme a Norma Técnica de Uniformização Centros de Referências de Atendimento À Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006), a atuação profissional possui como princípios: atentar-se às demandas da mulher em situação de violência; defender os direitos e os deveres, acolhendo e orientando às mulheres, bem como atribuindo a culpa ao agressor, realizando os devidos encaminhamentos e monitoramento; considerar a heterogeneidade das mulheres, entendendo que a violência de gênero é democrática, sendo assim, independe de classe social, de raça, de orientação sexual, de cultura; identificar o contexto em que a violência ocorre; preservar a segurança da mulher; articulação multiprofissional; gestão, planejamento e avaliação do equipamento com participação de mulheres que sofreram violência.

O CRMEB exerce um trabalho multiprofissional, composto por assistentes sociais, advogadas e psicólogas. Esse serviço municipal é direcionado a mulheres cis, trans, travestis e lésbicas que estão no ciclo de violência doméstica, familiar e/ou violência sexual. Além disso, atua juntamente com a Delegacia da Mulher; Patrulha Maria da Penha (serviço estadual) e Ronda Maria da Penha (serviço municipal)<sup>22</sup>; Casas Abrigo; ONG's; SINE; CRAS e CREAS; CAPS; hospitais e maternidades, destacando o Instituto Cândida Vargas, referência em caso de violência sexual; Conselho Tutelar; Defensoria Pública; e Ministério Público.

O perfil das usuárias atendidas no CRMEB, são mulheres em situação de violência doméstica, familiar e/ou sexual, a partir dos 18 anos. Muitas usuárias estão em vulnerabilidade socioeconômica<sup>23</sup> e são mulheres pretas, contudo, a violência contra a mulher não possui delimitantes. Sendo assim, não há distinção de classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e religião.

Além disso, nota-se que muitas mulheres possuem dependência emocional e/ou financeira, o que é um fator agravante para o desvencilhamento da mulher em situação de violência.

---

<sup>22</sup> A Ronda Maria da Penha é uma das principais articulações do CRMEB. É acessada somente com o boletim de ocorrência e com medida protetiva. O programa atua na busca ativa, com triagem, visitas de intervenções e tranquilizadoras e realiza o monitoramento da medida protetiva. O serviço conta uma equipe com assistentes sociais, advogadas e com a guarda municipal.

<sup>23</sup> A vulnerabilidade socioeconômica é caracterizada através de uma política de proteção social fragilizada e focalizada, mas também pela precarização das formas de trabalho, conforme Kowarick (2002) apud Cançado, Souza e Cardoso (2014, p. 14).

## **ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA**

Abordando especialmente a atuação profissional de assistentes sociais, a profissão exerce função de acolhimento e orientação em matéria do Serviço Social; elaboração de relatório social; planejamento, execução de planos e projetos em matéria do Serviço Social; formação e qualificação profissional; supervisão de estágio; orientações e encaminhamentos para rede de serviço. Além disso, a atuação deve estar envolta de um atendimento que promova o fortalecimento da mulher, fornecendo subsídios para a autonomia da usuária do serviço.

A instrumentalidade no Serviço Social está relacionada à capacidade adquirida na trajetória sócio-histórica profissional de utilizar da teleologia e práxis, de forma que haja intencionalidade na ação, a fim de transformar as condições objetivas e subjetivas da realidade, de forma mediada, considerando a totalidade e articulando no cotidiano as três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Sendo assim, a proposta do Serviço Social no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra tem como aspectos teórico-metodológicos: Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha); Norma Técnica de Uniformização Centros de Referências de Atendimento À Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006); Série Assistente Social no Combate ao Preconceito Machismo (Cartilha CFESS); Diálogos do Cotidiano - Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional (Cartilha CFESS); Lei 8662 de 1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social); Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social; Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Resolução 533 do CFESS; Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No que se refere aos aspectos técnicos-operativos, tem-se: observação; entrevista; relatório social; ficha de atendimento; atendimento; e linguagem. Além disso, o norteador do aspecto ético-político é o Código de Ética da Profissão de 1993, com destaque para os seguintes princípios fundamentais: I. liberdade como valor ético central, bem como o incentivo a autonomia e a emancipação; II. defesa dos direitos humanos; VI. eliminação do preconceito e defesa da diversidade; VIII. projeto profissional que vise uma nova ordem societária, sem discriminação, sem dominação e sem exploração; X. prestação de serviço com qualidade, desenvolvendo competências profissionais e intelectuais. Além

disso, tem-se a luta contra a sociedade opressiva e luta contra a violência da diversidade de gênero um fator importante acerca do aspecto ético-político.

As demandas sociais das mulheres em situação de violência são: atendimento individualizado; orientação acerca dos direitos sociais; encaminhamentos para programas de transferência de renda e/ou outros benefícios sociais, bem como para Casa Abrigo, quando necessário. Ademais, as especificidades dos atendimentos e as vulnerabilidades das mulheres em situação de violência doméstica, familiar e sexual são desafios a serem enfrentados e vivenciados pelas assistentes sociais, principalmente dentro de uma política neoliberal de desmonte de políticas públicas.

Dessa forma, o Serviço Social dentro do equipamento encontra dificuldades de articulação em rede, pois trata-se de uma ação intersetorial, contudo, muitas demandas não são repassadas para o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra ou ao serem encaminhadas do Centro para outro setor, não há andamento do processo, o que se torna um empecilho para a garantia dos direitos das usuárias. Dentre esses serviços, a garantia de abrigo e o auxílio-aluguel são os que encontram maiores dificuldades para efetivação.<sup>24</sup>

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER**

O relato de experiência refere-se ao estágio supervisionado e obrigatório realizado no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no semestre letivo 2022.2 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2023, com a articulação entre discente, docente do Departamento de Serviço Social da UFPB e assistente social do campo em questão. O estágio está situado dentro da Política para Mulheres e tem como objetivo básico: identificar a política setorial e aproximar a graduanda em Serviço Social da prática profissional por observação participativa.

As atividades propostas são: elaboração do plano de atividade, contextualização, projeto de intervenção e relatório final de estágio; observação e escuta dos casos em atendimentos; acompanhamento da assistente social nas atividades executadas; anotações e detecção das demandas relativas ao Serviço Social na instituição; acompanhar a assistente social em eventos.

---

<sup>24</sup> Informação verbal dada pela assistente social Lorayne Leal Santos.

O estágio possibilitou a vivência do trabalho multiprofissional e humanizado no enfrentamento da violência contra a mulher e a percepção da necessidade de um acolhimento inicial com assistente social, psicóloga e advogada para não revitimizar as usuárias. Além de promover um atendimento que visa o fortalecimento e empoderamento das mulheres.

Ademais, observou-se que as principais expressões da questão social, além da violência contra mulher, são: vulnerabilidade socioeconômica; pobreza; falta de moradia; desemprego; falta de acesso aos benefícios sociais. Mas também, encontra-se dificuldade com a articulação em Rede Pública, como já mencionado, o que leva a uma outra observação, a baixa demanda de casos. Em 3 meses, a estagiária participou de apenas 10 atendimentos (com supervisão), em que seis se caracterizavam como retorno. Então, notou que além do baixo fluxo de atendimento, a maioria foi de mulheres que já conheciam o serviço prestado pelo CRMEB.

É revelado assim, que apesar de ser um aparelho público municipal de grande importância para o enfrentamento da violência contra a mulher, pois realiza acolhimento e orientação, necessita maior divulgação e articulação, para que a política seja efetivada e eficaz, obtendo mais alcance e cumprindo seus objetivos.

A política para mulheres não pode ser negligenciada, bem como, precisa de pessoas aptas e preparadas para exercer as suas respectivas funções, ou seja, precisa haver responsabilidade para não perpetuar a violência contra mulher, não reproduzindo a lógica machista e violenta da heteronormatividade, mas utilizando das estratégias disponíveis para romper com o ciclo da violência e colaborar para que as mulheres em situação de violência saiam dessa realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio tem contribuído para a percepção das dificuldades, lutas e conflitos existentes na política de enfrentamento da violência contra a mulher, bem como a importância do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra no acolhimento e orientação das usuárias que estão ou estiveram no ciclo de violência.

O estudo faz-se necessário, pois o Serviço Social está dentro de uma correlação de forças e pode ser hegemônico ou contra-hegemônico, então situá-lo nesse contexto sócio-histórico e analisá-lo é importante para uma formação e atuação profissional que vise o

cumprimento do Código de Ética, sendo uma profissão necessária para a viabilização da garantia de direitos sociais, em uma perspectiva crítica e não meramente tecnicista, mas com uma instrumentalidade mediada.

Portanto, o diálogo entre a academia e a instituição, através do estágio supervisionado é enriquecedor para a formação profissional, pois possibilita a reflexão acerca da importância de situar a profissão do Serviço Social dentro de políticas públicas sociais, em uma conjuntura neoliberal, com uma atuação multiprofissional e com articulação em rede setorial de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, DF: 2009.

ANDRADE, Kaliandra Oliveira; LIMA, Izabel França; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Centros de Referência Ednalva Bezerra: unidade informacional de prevenção à violência doméstica contra as mulheres. **PontodeAcesso**, v. 14, n. 2/3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26618/25389>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011. 213p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.742. Lei Orgânica De Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Normas Técnicas de Uniformização – Centro de Referência De atendimento à mulher em situação de violência**. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, (sem data).

BOZON, Michel. **SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE**. FGV. 2004.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIX.**, 2014, São Pedro-SP. ABEP. Disponível em: [http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

CENTRO de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. João Pessoa: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, (sem data). 1 folder, 10x20 cm, color. Contém informações sobre o funcionamento do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, os serviços oferecidos, sobre a Ronda Maria da Penha, sobre os eixos de atuação da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres e sobre as medidas protetivas de urgência.

CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito: machismo.** Caderno 6. Brasília: CFESS, 2019.

CORTES, Gisele Rocha; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SILVA, Douglas Limeira. **Sistema atende mulher: sistema de informação no centro de referência da mulher Ednalva Bezerra.** Informação e Sociedade: Estudos. Campina Grande(PB): Universidade Federal de Campina Grande, v. 24, n. 2, pág. 85-95, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/130322> >.

INÁCIO, Elisângela de Oliveira. Gênero e violência contra a mulher: um estudo à luz das Assistentes Sociais que atuam em um Centro de Referência da Mulher. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/genero-e-violencia-contraa-mulher-um-estudo-a-luz-das-assistentes-sociais-que-atuam-em-um-centro-dereferencia-da-mulher.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2023.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 13.477. Lei Municipal dispõe da divulgação do serviço de Disque-denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher e do Centro de Referência Da Mulher Ednalva Bezerra, no âmbito do Município de João Pessoa.** João Pessoa: PB, 04 de Outubro de 2017.

JOÃO PESSOA. **Centro de referência da mulher ednalva bezerra.** 2021. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/centro-de-referencia-da-mulher-ednalva-bezerra/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PATRULHA Maria da Penha PARAÍBA. João Pessoa: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social; Tribunal da Justiça da Paraíba, 2019. Um folder 15x15cm, colorido. Contém informações sobre a Patrulha Maria da Penha, na qual é um equipamento na proteção de mulheres paraibanas.

## AUTORES



**Camila Cristina Fernandes Seleiro**

Estudante de Graduação em Serviço Social.

**Carolina Martins do Vale**

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; pós-graduanda em Liderança Cristã pela Faculdade Internacional Cidade Viva. Pesquisadora sobre Relações de Gênero e Violência Doméstica e Familiar. Extensionista bolsista do projeto "Acolhimento e Orientação: ações da CoMu para o enfrentamento da violência contra as mulheres na UFPB" do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB.

**Cleber Augusto Pereira**

Doutor em Engenharia Elétrica e de Computadores. Professor Adjunto no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Maranhão.

**Edir Vilmar Henig**

Professor Associado na Universidade Estadual de Roraima. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PPGA-UERR). Pós-Doutorado em Administração - CEPEAD - UFMG. Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra (Portugal) - Título de doutorado reconhecido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso (2008) e graduação em Ciências Contábeis - Faculdades UNICEN (2011).

**Eliana Gondim Sampaio**

Atua como professora da rede pública estadual de ensino do estado do Ceará e como advogada em direito da família. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor); especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela UECE.

**Eliene Cristina Barros Ribeiro**

Doutora em Engenharia e Gestão Industrial. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade Federal do Maranhão.

**Elvira Simões Barretto**

Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, docente da Faculdade de Serviço Social UFAL. [elvira.barretto@fssso.ufal.br](mailto:elvira.barretto@fssso.ufal.br).

**Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento**

Assistente Social e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). Possui mestrado (2022-2024) e graduação em Serviço Social (2015-2019) pela mesma universidade. É especialista em Atenção Psicossocial pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário Onofre Lopes (PRIMS/HUOL/UFRN) (2020-2022) e em Serviço Social e Dependência Química pela UniBF (2021). É pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Trabalho e Marxologia (NIP-TraMa) e da Rede de Estudos em Trabalho e Marxologia (Rede-TraMa).

**Juliana Arouche Costa**

Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão.

**Kathleen Pimentel dos Santos**

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe – SE. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: [pimentelk18@hotmail.com](mailto:pimentelk18@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6539-6056>.

**Katiane Moraes da Silva**

Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [katiane-moraes@hotmail.com](mailto:katiane-moraes@hotmail.com).

**Leticia Escorcio de Araújo**

Estudante de Graduação em Serviço Social.

**Lhetícia de Freitas Gomes**

Estagiária de pós-graduação em Serviço Social do Núcleo Psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Maranhão; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão; Especialista em “Políticas Públicas e Movimentos Sociais” e “Direitos Humanos e Movimentos Sociais” pela Uninter; Pós-graduanda em Gestão do SUAS na Laboro.

**Maria de Guadalupe Furtado Barros**

Assistente Social Núcleo do Psicossocial Defensoria Pública do Estado do Maranhão; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão; Especialista em Saúde do Idoso, Gestão em Gerontologia pela Faculdade Laboro; Pós-graduada em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade Santa Fé; Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

**Milena Fernandes Barros**

Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: mibarroso@yahoo.com.br.

**Paula Julia Rodrigues Barbosa**

Pesquisadora das categorias de gênero e de sexualidades. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); e mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social também pela UECE.

**Pedro César Pereira Faria Santos**

Pesquisador das categorias de gênero, de sexualidades e de processos de envelhecimento. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); e mestrando em Sociologia também pela (UECE).

**Roberto Santos da Cunha**

Assistente Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; Pós-graduado em Geriatria e Gerontologia UNATI /UERJ; Pós-graduado em Serviço social e Saúde SESO /UERJ; Mestre em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Rodrigo Gustavo de Souza**

Doutor em Economia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade Federal do Maranhão.

**Sophya Garcia Vale**

Estudante de Graduação em Serviço Social.

**Soraia da Silva Rondão do Nascimento**

Assistente Social do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; Graduado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Wallison Hipólito de Meira**

Assistentes Social. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: wallisonhipolito@hotmail.com.



  
**Editora**  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492060-5



9 786554 920605